



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
LINHA TECNOLOGIA DA COMUNICAÇÃO E ESTÉTICAS

**Comunicar para resistir e existir: de rádio cipó à Rede de Radiofonia  
Indígena no Rio Negro – Amazonas**

São Gabriel da Cachoeira–AM

2024

RAY BANIWA

**Comunicar para resistir e existir: de rádio cipó à Rede de Radiofonia  
Indígena no Rio Negro – Amazonas**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

São Gabriel da Cachoeira - AM

2024



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
APRESENTADA POR RAIMUNDO MIGUEL BENJAMIM NA  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, por meio de videoconferência, foi apresentada a dissertação de mestrado de Raimundo Miguel Benjamim, intitulada: “Comunicar Para Resistir e Existir: de rádio cipó à Rede de Radiofonia Indígena no Rio Negro – Amazonas”, perante a banca examinadora composta por: Ivana Bentes Oliveira [orientador(a) e presidente], Suzy dos Santos e Lucas Milhomens Fonseca. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua dissertação:

X aprovada  reprovada  aprovada mediante alterações  aprovada com recomendação para publicação.

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente ata, que segue por mim datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Documento assinado digitalmente  
gov.br IVANA BENTES OLIVEIRA  
Data: 05/07/2024 11:41:11-0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Rio de Janeiro, 05 de julho de  
2024

Documento assinado digitalmente  
gov.br SUZY DOS SANTOS  
Data: 05/07/2024 21:58:41-0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

[ orientador( a) e presidente]

Suzy dos Santos [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente  
gov.br LUCAS MILHOMENS FONSECA  
Data: 05/07/2024 20:52:11-0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Lucas Milhomens Fonseca [examinador(a)]

Raimundo Miguel Benjamim [ candidato(a)]

## CIP - Catalogação na Publicação

M468c Miguel Benjamim, Raimundo  
Comunicar Para Resistir e Existir: de rádio cipó à  
Rede de Radiofonia Indígena no Rio Negro - Amazonas  
/ Raimundo Miguel Benjamim. -- Rio de Janeiro,  
2024.  
161 f.

Orientador: Ivana Oliveira Bentes.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação, 2024.

1. Comunicação Indígena. 2. Povos Indígenas. 3.  
Comunicação Ancestral. 4. Etnomunicação. 5. Rio  
Negro. I. Oliveira Bentes, Ivana, orient. II. Título.

*À minha mãe Maria, que sempre acreditou  
que algum dia poderia alcançar e realizar  
um sonho que parecia distante.  
Seus conselhos e suas palavras continuam  
ecoando quando encontro no caminho as  
dificuldades, e são os que me fazem persistir  
e continuar sonhando.  
Às lideranças indígenas que dedicaram suas  
vidas em lutar e construir futuros possíveis  
para os povos indígenas do Rio Negro.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão a Heeko, o Criador, por me conceder o dom da vida e da existência. Sou igualmente grata à minha mãe, que, infelizmente, não pôde testemunhar a realização de um sonho que parecia tão distante e inalcançável, mas no qual eu sempre acreditei e que ela sempre incentivou. Também é importante reconhecer o papel desempenhado por meu pai, que me apoiou desde os primeiros anos da minha jornada educacional.

Minha eterna gratidão vai para meus ancestrais, que, por meio de sua luta, construíram as bases para que eu pudesse alcançar este objetivo. Quero também reconhecer as primeiras lideranças indígenas, que, com coragem e poucas ferramentas tecnológicas, iniciaram as primeiras experiências de comunicação indígena em nossa história.

Agradeço profundamente aos colaboradores e entrevistados, cujas inestimáveis contribuições abriram o caminho para o cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta empreitada. Em especial, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a Max Tukano, Albino Fontes, Domingos Barreto, Gilson Pascoal, Edneia Teles, Gicely Caxias e Juliana Albuquerque.

Além disso, gostaria de ressaltar a importância dos diálogos e do apoio inabalável de amigos que a vida graciosamente trouxe à minha trajetória nos últimos anos. Uma menção especial vai para Juliana Radler e Ana Amélia, com quem tive o privilégio de trocar ideias e receber apoio como colaboradora no Setor de Comunicação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). As ideias e reflexões compartilhadas sobre a comunicação indígena e seus desafios no Rio Negro foram fundamentais para moldar a trajetória deste projeto.

Minha gratidão também se estende às instituições das quais fiz parte e continuo colaborando indiretamente, notadamente a FOIRN, que me proporcionou a oportunidade de aprofundar minha compreensão sobre o movimento indígena, a comunicação indígena e o conhecimento das comunidades indígenas e suas lideranças durante quase nove anos. Sou particularmente grata à liderança representada pelos presidentes Almerinda Ramos Tariana e Marivelton Rodrigues Baré, com quem tive a oportunidade e o privilégio de participar indiretamente. Durante esse período, vários marcos importantes foram alcançados pelas comunidades indígenas e pelos povos que vivem na região do Rio Negro.

Devo reconhecer e destacar a importância do trabalho desenvolvido pelas organizações de base na região do rio Içana, desde as primeiras, como a ACIRI, até as que

ainda existem e continuam atuando na região. Um agradecimento especial vai para a Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI) e para as Associações Baniwa e Koripako (Nadzoeri), que desempenham um papel crucial no fortalecimento da luta dos povos Baniwa-Koripako, do território do qual faço parte.

Aos membros e coordenações do setor de comunicação da FOIRN, que, graças à dedicação de todos, têm mantido a comunicação indígena no Rio Negro como uma pauta de fundamental importância. Agradeço pelo trabalho dedicado que permitiu, ao longo dos anos, a construção e conquista da estrutura que existe atualmente. Dentro do setor, enfrentamos juntos dias difíceis e celebramos momentos de triunfo e crescimento; cada experiência contribuiu para meu aprendizado e para o nosso aprendizado coletivo.

Agradeço também à Rede Wayuri, por ser minha casa e por oferecer oportunidades e portas abertas para ampliar meus conhecimentos sobre a comunicação indígena por meio de oficinas, seminários e outros espaços ao longo dos anos, desde sua criação em 2017.

Um reconhecimento especial é reservado para minha parenta, Francy Baniwa, e seus filhos, que me acolheram antes mesmo de minha chegada ao Rio de Janeiro. O incentivo deles me impulsionou a me aventurar no processo de seleção, e seu apoio foi fundamental para enfrentar a jornada distante da minha casa e território.

Além disso, gostaria de expressar minha gratidão pelo privilégio de estar entre os estudantes indígenas da UFRJ, muitos dos quais saem de suas casas e territórios em busca de mais conhecimentos para contribuir com seus povos e comunidades. Ser pioneiro no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ, um dos melhores programas do Brasil, é motivo de orgulho. As interações com novos colegas e educadores enriqueceram minha jornada acadêmica e foram fundamentais para moldar os contornos deste trabalho.

Gostaria de expressar minha gratidão à CAPES por me conceder a bolsa de estudos que possibilitou a realização do meu mestrado no Rio de Janeiro. Esse incentivo foi fundamental para minha manutenção durante o curso, permitindo-me cumprir todas as exigências do programa.

Também sou imensamente grato a Nina da Hora e ao Instituto da Hora pela acolhida e pelo trabalho que tive o prazer de realizar durante o primeiro ano do curso. Além dos encontros proporcionados pelo trabalho, foi possível expandir meus horizontes por meio de pesquisas desenvolvidas, trazendo de volta temas que sempre apreciei, como a governança da internet e novas tecnologias, abordados a partir de uma perspectiva antirracista e decolonial.

Por fim, estendo meu agradecimento aos amigos e à minha família pela inestimável

ajuda e colaboração. Os incentivos e apoios recebidos ao longo do percurso acadêmico tornaram o alcance deste objetivo possível, e sou verdadeiramente grato por isso.

## RESUMO

A comunicação indígena no Brasil, com o uso das novas tecnologias, emergiu a partir das mobilizações e da criação das primeiras organizações indígenas na década de 1970. O contexto da Ditadura Militar tornou a existência dos povos indígenas ainda mais desafiadora. No Rio Negro, no noroeste amazônico, projetos e ideias desenvolvimentistas invadiam o território. Diante desse cenário, os povos indígenas reconheceram a necessidade de utilizar e se apropriar das ferramentas tecnológicas de comunicação, tornando-as aliadas na luta pelos direitos e pelo reconhecimento de sua existência. Os povos rionegrinos enfrentavam novas formas de invasão e colonização, empreendidas pelo próprio Estado Brasileiro. Pressionados e ameaçados, iniciaram as primeiras mobilizações que culminaram na criação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) em 1987, uma organização representativa para mediar o contato e representar os interesses dos povos indígenas da região. Com a FOIRN, os povos indígenas passaram a ter voz e espaços para construir projetos de interesse, como o fortalecimento e a comunicação. Ao longo dos anos, foi construída uma rede de rádio na região. Essa tecnologia impactou a forma de comunicação dos povos indígenas, fortalecendo a produção de informações e conhecimentos e integrando-se às tecnologias de comunicação ancestral dos povos indígenas. Esse processo contribuiu para a retomada da autoestima e o fortalecimento da luta em defesa dos territórios tradicionais, além de promover a valorização cultural, a autonomia e o acesso aos direitos. Conceitos como etnocomunicação, etnomídia, comunicação ancestral indígena e comunicação em rede foram explorados para embasar as discussões e análises das experiências de comunicação indígena no Rio Negro e no Brasil. A partir desses conceitos, buscou-se ampliar o horizonte do trabalho para entender como a comunicação indígena contemporânea é construída e moldada pela necessidade de representatividade, destacando a busca pelo protagonismo indígena em vários espaços midiáticos, liderado por jovens e mulheres de diversos povos no Brasil, especialmente com a chegada da internet aos territórios indígenas.

**Palavras-chave:** comunicação indígena; povos indígenas; comunicação ancestral; etnocomunicação; etnomídia; Rio Negro.

## ABSTRACT

Indigenous communication in Brazil, using new technologies, emerged from the mobilizations and creation of the first indigenous organizations in the 1970s. The context of the Military Dictatorship made the scenario of existence for indigenous peoples even more challenging. In Rio Negro, in the northwest of the Amazon, development projects and ideas were arriving, invading the territory. Faced with this context, the indigenous peoples saw the need to use and appropriate technological communication tools and turn them into allies in the struggle for rights, for recognition of their existence. The peoples of Rionegrino were facing new forms of invasion and colonization, undertaken by the Brazilian state itself. Under pressure and threatened, they began the first mobilizations that culminated in the creation of the Federation of Indigenous Organizations of the Rio Negro (FOIRN) in 1987, as a representative organization to mediate contact and represent the interests of the indigenous peoples of the region. From FOIRN onwards, indigenous peoples began to have a voice and spaces to build their projects of interest, such as empowerment and communication. Over the years, a network of radio stations has been built up in the region. This technology has had an impact on indigenous peoples' way of communicating in the region, strengthening the production of information and knowledge in the region, which, integrated with the indigenous peoples' ancestral communication media and technologies, has restored their self-esteem and strengthened their struggle to defend their traditional territories. In addition to contributing to cultural valorization, autonomy and access to rights. Concepts such as ethnocommunication, ethnimedia, indigenous ancestral communication and network communication were explored to support the discussions and analysis of indigenous communication experiences in Rio Negro and Brazil. Based on these concepts, we sought to broaden the horizon of the work to understand how contemporary indigenous communication is constructed and shaped by the need for representation, and therefore the search for indigenous protagonism in various media spaces, led by young people and women from various peoples in Brazil, made possible mainly with the arrival of the internet in indigenous territories.

**Keywords:** indigenous communication; indigenous peoples; ancestral communication; ethnocommunication; ethnimedia; Rio Negro.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ailton Krenak representante da UNI, pinta seu rosto durante a defesa de uma das emendas populares sobre os direitos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte.....	36
Figura 2 – Índigenas ocuparam liderança do PMDB na Câmara, em 1988, durante discussão do capítulo dos índios na Constituinte.....	36
Figura 3 – 1º Encontro de Jovens Comunicadoras e Comunicadores Indígenas, promovido pela Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul). A oficina criou a primeira rede de comunicadores indígenas da região Sul.....	59
Figura 4 – Região conhecida como Rio Negro, abrange três municípios, a atual organização política dos povos indígenas em coordenadorias regionais que são ligadas a FOIRN, são cinco coordenadorias regionais:Nadzoeri – região do Içana; CAIBARNX - TI Balaio, Alto R .....	62
Figura 5 – Quando de Terras Indígenas da região do Rio Negro, elaboração FOIRN/2022...	64
Figura 6 – II Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Rio Negro que fundou a FOIRN em 1987 .....	72
Figura 7 – Presidente da FOIRN, Marivelton Baré faz teste de nova radiofonia instalada na região de Barcelos, setembro de 2020 .....	77
Figura 8 – Da esq. a dir. Boletim Wayuri – Nº 34 - Primeiro Semestre de 1997 e Edição 1/2023 .....	80
Figura 9 – No primeiro plano, André Baniwa, Beto Ricardo/ISA (com microfone na mão) e um casal Koripako, no Alto Rio Içana. Mobilização pela Demarcação das Terras Indígenas, abril 1997.....	81
Figura 10 – Comunidade Vista Alegre do Rio Cuyarí, recebe Kit de Radiofonia da FOIRN em março de 2017 .....	87
Figura 11 – Rosiléia Gabriel - Tariano (1997), Ednéia Teles - Arapasso (2019) e Elisângela da Silva - Baré (2021), e abaixo - Marinete Baniwa (2020) e Maria da Graças Baré (2020) ..	90
Figura 12 – Figura 3 Em destaque, Elisângela da Silva Baré e Janete Alves Desana, Coordenadoras do DMIRN e da Campanha Rio Negro, Nós Cuidamos, distribuindo máscaras para moradores de São Gabriel da Cacheira.....	98
Figura 13 – Carro de Som, levando informações sobre os cuidados e prevenção da Covid-19 nas ruas de São Gabriel, ação de comunicação da FOIRN, Rede Wayuri, ISA e voluntários	100
Figura 14 – Página de abertura do site Memoráveis lançado pela parceria FOIRN/ISA.....	104
Figura 15 – Equipamentos abandonados por garimpeiros no território indígena Yanomami — Foto: Ibama via AP/G1 .....	107

Figura 16 – Da esq. a dir. Comunidade Barcelos/Alto Içana, Escola Pamáali/Médio Içana e Bela Vista/Médio Içana recebendo kit de internet da Starlink pela FOIRN em Outubro de 2023 .....	111
Figura 17 – Edição Nº 35/2015 do boletim - O Companheiro do Deputado Sinésio Campos (PT), teve seu conteúdo repudiado em uma Assembleia Baniwa e Koripako.....	116
Figura 18 – Logotipo criado pelo artista indígena, Feliciano Lana para Rede Wayuri.....	120
Figura 19 – Da esq. a dir. Ira Maragua do Povo Baré e Sioduhi Lima do Povo Piratapuya são Influenciadores Digitais indígenas de São Gabriel da Cachoeira/AM. Fotos: Reprodução...	126
Figura 20 – Ilustração 1 Romana Waiãpi faz poste de agradecimentos após alcançar 1 milhão de seguidores no Instagram, postado no dia 15 de maio de 2024 .....	128

## LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACIARP	Assembleia das Comunidades Indígenas do Alto Rio Papuri
ACIMIRC	Comunidades Indígenas do Médio Rio Içana e Cuyari
ACIRT	Comunidades Indígenas do Rio Tiquié
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATL	Acampamento Terra Livre
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CF	Constituição Federal
CIERN	Cooperativa Indígena de Exportação do Alto Rio Negro
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DMIRN	Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro
DSEI ARN	Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena Alto Rio Negro
ECO	Escola de Comunicação da UFRJ
FIB	Fórum de Internet no Brasil
FOIRN	Federacao das Organizações Indígenas do Rio Negro
FIRN	Fundo Indígena do Rio Negro
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GESAC	Governo Eletrônico de Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
MCOM	Ministério das Comunicações
MC	Ministério da Comunicação
MD	Ministério da Defesa
MDS	Ministério do Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MNO	Mídia Nativa On
MPI	Ministério dos Povos Indígenas

NCI	Núcleo de Culturas Indígenas
OIBI	Organização Indígena da Bacia do Içana
ONG	Organização não governamental
PCN	Projeto Calha Norte
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNBL	Programa Nacional de Banda Larga
PT	Partido dos Trabalhadores
OIBI	Organização Indígena da Bacia do Içana
OIT	Organização Internacional do Trabalho
Rede Wayuri	Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Renca	Reserva Nacional de Cobre e Associados
RR	Roraima
SGC	São Gabriel da Cachoeira
STF	Superior Tribunal Federal
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAC	União Familiar Cristã
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNI	União das Nações Indígenas
UNIB	União das Nações Indígenas Baniwa
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1	UM BREVE CONTEXTO RIONEGRINO .....	15
1.2	MEU PERCURSO E CONTATO COM AS NOVAS TECNOLOGIAS .....	23
1.3	A PESQUISA .....	24
1.3.1	<b>Abordagem e Método</b> .....	27
1.3.2	<b>Coleta de Dados</b> .....	27
1.3.3	<b>Instrumento de Pesquisa</b> .....	29
<b>2</b>	<b>COMUNICAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL E RIO NEGRO: TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA</b> .....	31
2.1	COMUNICAR PARA RESISTIR E EXISTIR – UM BREVE HISTÓRICO DA COMUNICAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL .....	31
2.2	COMUNICAÇÃO INDÍGENA NO RIO NEGRO CONTEMPORÂNEA, UM COMPLEXO ECOSISTEMA DE COMUNICAÇÃO .....	44
2.3	A ETNOCOMUNICAÇÃO, ETNOMÍDIA E COMUNICAÇÃO ANCESTRAL INDÍGENA .....	47
2.4	COMUNICAÇÃO EM REDE: REDES DE COMUNICADORES INDÍGENAS NO BRASIL .....	57
<b>3</b>	<b>COMUNICAÇÃO A PARTIR DA FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO (FOIRN) – PROJETOS E PROCESSOS EM CONSTRUÇÃO</b> .....	61
3.1	RIO NEGRO, LOCALIZAÇÃO E SEUS POVOS .....	62
3.2	INÍCIO DE UMA FEDERAÇÃO, COMUNICAÇÃO ENTRE AS COMUNIDADES ANTES E DEPOIS DA CRIAÇÃO DA FOIRN .....	68
3.3	RADIOFONIA NO RIO NEGRO PARA COMUNICAR, ACESSAR DIREITOS E PROTEGER O TERRITÓRIO .....	75
3.4	COMUNICAÇÃO INDÍGENA NO RIO NEGRO: TRAJETÓRIA, DESAFIOS E CONQUISTAS DA FOIRN .....	92
3.5	COMUNICAR PARA SALVAR VIDAS – RADIOFONIA NA PANDEMIA DE COVID-19 NO RIO REGRO .....	97
<b>4</b>	<b>INTERNET NO RIO NEGRO E NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO, POSSIBILIDADES E DESAFIOS</b> .....	105
4.1	INTERNET E TECNOLOGIAS NO RIO NEGRO PARA ENFRENTAR	

DESINFORMAÇÃO E NOVOS DESAFIOS.....	108
4.2 REDE WAYURI, COMUNICAÇÃO INDÍGENA EM REDE NO RIO REGRO.....	115
4.3 MUDIATIVISRAS DIGITAIS INDÍGENAS: A BUSCA DE NOVOS FORMATOS DE PROTAGONISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	124
4.4 DIÁLOGOS ENTRE CONHECIMENTOS: APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA PELOS POVOS INDÍGENAS.....	129
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>134</b>
5.1 CONTRIBUIÇÕES DA RADIOFONIA E A INFLUÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA VIDA POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO.....	134
<b>ANEXO A - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA FOIRN.....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO B - REGIMENTO DA RADIFONIA DO RIO NEGRO.....</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO C - QUESTIONARIOS ELABORADO PARA GUIAR AS ENTREVISTAS.....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO D - ENTREVISTAS REALIZADAS.....</b>	<b>158</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 UM BREVE CONTEXTO RIONEGRINO

Desde que emergimos da cachoeira de Wapuí, nós, Medzeniakonai ou Walinanai, como nos autodenominamos, ou através da imersão em uma canoa de transformação, como os povos da família linguística Tukano, recebemos nossa língua. Ao longo do tempo, desenvolvemos nossa linguagem e formas de escrita desde os tempos imemoriais. Essa escrita pode ser observada em diversos meios, como grafismos, artesanato, cerâmicas, desenhos corporais, petróglifos e outros. Essas são nossas escritas ancestrais.

Nossa linguagem de comunicação também se desenvolveu ao longo do tempo, com a criação e o aperfeiçoamento de códigos específicos, como sinais e sons. Na história Baniwa, a comunicação ancestral, em tempos passados, era realizada através de mensageiros animais-gente. Em várias narrativas, por exemplo, era comum o pássaro *Pitsiro*, que se transformava em pássaro para levar mensagens aos ancestrais (Baniwa, 2023).

Ainda hoje, esse pássaro dá sinais sobre se uma pessoa vai receber uma boa ou uma má notícia. Quando o pássaro canta alegremente, indica que a pessoa que está ouvindo receberá uma notícia boa ou positiva. Quando canta de forma triste, é sinal de que algo ruim aconteceu ou está prestes a acontecer com parentes e familiares do receptor da mensagem.

Os povos do Rio Negro possuem suas particularidades culturais, mas também compartilham algumas características comuns, como sua organização social baseada na coletividade. As formas de organização tinham como princípio a coletividade. A maloca servia como espaço de convívio coletivo, onde conhecimentos e saberes eram repassados para jovens e adolescentes, funcionando como um espaço social de circulação de informações e conhecimentos. Outros espaços tradicionais, com princípios de coletividade, eram os rituais realizados em certos períodos, especialmente durante as temporadas de peixes ou de frutas, os dabucuris.

Esses espaços sociais também serviam para a transmissão de saberes e conhecimentos entre as pessoas, tanto entre os mais velhos quanto entre os mais velhos e os mais novos. Além das trocas de ofertas, esses eventos funcionavam como espaços de intercâmbio de informações e conhecimentos sobre variados assuntos, como colheitas, pescarias, medicina tradicional, entre outros.

Sobre o Kalidzamai, trata-se de uma cerimônia na qual um jovem deixa sua casa para passar um tempo com outros jovens e mestres conhecedores tradicionais, completando sua

formação como pessoa, iniciada em sua casa desde a infância. É um período em que os adolescentes e jovens aperfeiçoam seus conhecimentos sobre artesanato, instrumentos musicais, danças e códigos de comunicação ancestral. Um exemplo desses códigos de comunicação, comum entre os Baniwa, é o trançado usado para enganar o curupira, um ser muito presente nas narrativas indígenas rionegrinas, que age quando necessário ou quando uma pessoa não respeita e cumpre as regras de cuidado.

São várias as histórias de caçadores que se perdem no mato devido a uma armadilha deixada pelo curupira para aqueles que não tomaram banho antes de comer xibé ou que comeram xibé suados. O trançado, feito com folhas de uma palmeira específica, é usado para desfazer o feitiço do curupira. A pessoa que cai no feitiço se perde na mata, não consegue encontrar o caminho e pode rodar várias vezes no mesmo ponto de referência, como um “looping eterno”. Só conseguirá se desvencilhar se deixar o trançado no caminho. O curupira sempre seguirá a pessoa que se perdeu; por isso, quando encontra o trançado e tenta desfazê-lo, quebrando alguns dos fios, que são sensíveis e frágeis, a pessoa consegue se livrar do feitiço, quebrar o looping e encontrar o caminho de volta para casa.

Em uma das caçadas de meu pai, ele havia matado uma queixada e estava longe da comunidade. Com pressa para retornar porque o sol estava se pondo, ele parou para tomar xibé em um igarapé antes de seguir. Com o peso nas costas, ele partiu. Depois de alguns minutos andando, percebeu que estava novamente no local onde havia parado para tomar xibé. Ele retornou ao mesmo local mais de três vezes.

Segundo ele, parecia que a pessoa perde a consciência e não se preocupa em entender por que e como voltou ao mesmo lugar. Só quando ele fez o trançado e o deixou no caminho conseguiu se livrar da armadilha e voltar para casa. Ele já passou por essa situação outras vezes. O trançado é uma tecnologia ancestral de codificação de comunicação tão complexa quanto a Enigma usada na Segunda Guerra Mundial.

São conhecimentos e tecnologias ancestrais de comunicação entre as pessoas e com a própria natureza, desenvolvidos há milhares de anos. Mesmo após séculos de contato com os invasores brancos, que tentaram extinguir esses conhecimentos através de diversas estratégias, como o uso da religião e da escola como ferramentas de colonização, essas práticas continuam existindo. No entanto, é verdade que muitos saberes e conhecimentos foram perdidos.

No Rio Negro, os povos indígenas enfrentaram todos os tipos de violência e violação desde a chegada dos colonizadores, mas sempre buscaram formas de resistir e enfrentar esses processos de dizimação. Desde 1500, o Brasil teve centenas de povos indígenas,

principalmente aqueles localizados no litoral. Os povos do Rio Negro foram, possivelmente, os últimos a serem alcançados pelos invasores portugueses, na região do alto Rio Negro.

Registros históricos, sistematizados e disponibilizados por estudos recentes, como o de Robin Michael Wright (2005) em seu livro “História Indígena e Indigenismo no Alto Rio Negro”, abordam os principais momentos vividos pelos povos indígenas do Rio Negro, especialmente pelo povo Baniwa, desde a escravização, deslocamentos forçados e domínio da região por patrões, até doenças infecciosas, influência da religião, projetos desenvolvimentistas da Ditadura Militar e a criação da FOIRN e das primeiras organizações na região a partir do final dos anos 1980.

Wright (2005) descreve como os Baniwa se organizaram para enfrentar os comerciantes por volta da metade do século XIX, através de seus profetas, conhecidos como milenaristas. Esse movimento consistia no surgimento de profetas que mobilizavam a comunidade por meio de uma organização religiosa, baseada no que chamavam de “o canto da cruz” ou “religião da cruz”, e que perdurou até o início do século XX. Esse movimento foi crucial para que as comunidades e povos indígenas enfrentassem os patrões que dominaram a região por mais de cinco décadas.

Há inúmeros casos e relatos que permanecem na memória dos mais velhos sobre eventos passados que exigiram mobilização e a formulação de estratégias de resistência pelos povos indígenas. O pesquisador indígena e antropólogo Francisco Sarmiento, do povo Tukano (Sarmiento, 2019), destaca a importância de compreendermos o contexto e o processo histórico do contato indígena com os invasores para entender as estratégias de resistência e como esses processos foram fundamentais para o entendimento do contexto atual dos povos rionegrinos. Sarmiento (2019) enfatiza a relevância de autores como Sweet (1974), Farage (1991), Wright (1991, 2005), Meira (1994, 2006, 2018) e Sarmiento (2018), que fornecem registros abrangentes e discussões mais amplas sobre os primeiros relatos de viajantes acerca das políticas de escravidão, capturas, deslocamentos e massacres nos séculos XVII e XVIII.

Concordamos com Sarmiento (2019) sobre a importância de conhecer os registros dos processos históricos para entender melhor as transformações que ocorrem na vida dos povos indígenas do Rio Negro. No entanto, neste trabalho, faremos um recorte temporal a partir dos anos 1970, período em que chegaram os projetos integracionistas da Ditadura Militar (1964-1985). Esses projetos visavam integrar a região amazônica ao restante do país, possibilitando a entrada de mineradoras, a construção de estradas e a invasão de garimpeiros na região, como veremos com mais detalhes adiante. Esses projetos trouxeram muitos problemas para o

território, representando uma ameaça à existência física e cultural dos povos indígenas do Rio Negro.

Esses contatos trouxeram ferramentas e tecnologias nunca vistas pelos povos indígenas. A chegada dos colonizadores, embora não seja o foco aqui, merece destaque por introduzir novas culturas como método de homogeneização das culturas indígenas. Isso inclui a proibição da prática das culturas e do uso das línguas indígenas pelas missões salesianas no Rio Negro e em várias outras partes da Amazônia desde sua chegada. Além da imposição da língua portuguesa, ocorreu um fenômeno conhecido como tupinização, um processo imposto pelos jesuítas aos povos indígenas não falantes de Tupi, com o objetivo de facilitar a catequese e os processos integracionistas e assimilatórios realizados nos aldeamentos e missões jesuítas.

Desde o século XVI, o processo de tupinização apresentava um caráter violento de homogeneização da população indígena. A resistência a esse processo frequentemente legitimava a escravização, castigos e torturas físicas. No Rio Negro, são inúmeros os relatos de pessoas que estudaram nos internatos Salesianos, confirmando que suas línguas maternas eram proibidas no dia a dia. Aqueles que falassem suas línguas eram humilhados e castigados. Um dos relatos que podemos destacar é da professora e artesã Baniwa Nazária Andrade Montenegro, que, nos anos 1980, frequentou aulas na missão Salesiana de Taracuaá, no baixo rio Uaupés. Segundo ela, quem falava a língua materna carregava uma placa no pescoço com os dizeres “Eu falo a língua... Baniwa, Tukano”. O aluno que fosse pego falando sua língua ficava com essa placa por alguns dias, o que, segundo Nazária, era uma forma de humilhação. Ela relata que, para evitar carregar a placa, era necessário falar português.

Para estudar na época, o aluno tinha que deixar sua comunidade e permanecer no internato. Esse sistema de ensino colonialista foi concebido para separar os adolescentes de suas famílias, mantendo-os internados e impedindo sua participação na vida social de suas comunidades, bem como nos espaços de aprendizagem essenciais para sua formação como homens ou mulheres Baniwa, Tukano, entre outros. O modelo de escola privava os estudantes, futuros pais e avós, do acesso aos conhecimentos que deveriam ser transmitidos para as novas gerações. Além de serem afastados da vida social de suas comunidades, eles eram obrigados a aprender a língua e a religião do projeto colonizador e a esquecer sua própria língua.

Os Salesianos, com o apoio do Estado Brasileiro, visando promover o projeto de integração dos indígenas, estabeleceram centros internatos de colonização a partir de 1916 em

São Gabriel da Cachoeira, 1923 em Taracuá, 1930 em Iauaretê e 1945 em Pari Cachoeira. Paralelamente, a missionária norte-americana Sophie Miller, da Missão Novas Tribos, realizou uma campanha de conversão em massa da população Baniwa e Koripako na região do rio Içana, levando os Salesianos a implantarem mais um centro em 1951, em Assunção do Içana, no território Baniwa.

O método de evangelização de Sophie Miller diferenciava-se do dos Salesianos ao traduzir trechos da Bíblia e cânticos para a língua Baniwa, além de criar a grafia da língua e ensinar a escrita e a leitura para os mais velhos. No entanto, ambos os grupos compartilhavam a visão de demonizar a cultura local, considerando práticas como danças, caxiri, cerimônias, rituais e pajelanças como malignas e coisas do diabo. Isso levou à proibição dessas práticas, obrigando mestres de dança e pajés a abandonarem seus instrumentos e funções tradicionais para se tornarem líderes religiosos. Essa transformação não visava a educação formal, mas sim a formação dos mais velhos para perpetuar os ensinamentos da nova fé e reprimir a cultura nativa.

Os Salesianos e a missionária Sophie Miller representam abordagens missionárias distintas na região do Rio Negro. O filme "Ex-pajé" (2018) lança luz sobre as consequências da evangelização e da demonização das práticas indígenas. Assim como a chegada dos Salesianos e da missionária americana significou a imposição cultural nas comunidades locais, a ficção do filme retrata o impacto na vida de Perpera, um pajé Paiter Suruí, que perde seu papel social devido à influência de um pastor evangélico. Esse contexto ficcional nos conecta à realidade histórica das mudanças culturais e sociais enfrentadas pelas comunidades Baniwa e de outros povos indígenas na região, mostrando os efeitos duradouros da evangelização e das visões negativas em relação às tradições indígenas. Tal imposição representou perdas irreparáveis na cultura indígena no Rio Negro.

A implementação dos modelos de educação escolar indígena, baseados em interculturalidade e bilinguismo, busca superar os impactos do modelo de colonização, especialmente a imposição da língua portuguesa e a supressão das línguas maternas. Essas diretrizes curriculares, respaldadas pela legislação recente, integram o conhecimento das ciências ocidentais com os saberes ancestrais dos povos indígenas, como aponta a pesquisadora Valéria Weigel (2003), ao estudar a proposta de ensino desenvolvida pelo povo Baniwa no Rio Negro.

Weigel (2003), a partir dos relatos de ex-alunos dos internatos salesianos, indica que, apesar das perdas culturais causadas, a experiência foi positiva para o ensino da língua

portuguesa. Isso não apenas instrumentalizou os indígenas para defender seus direitos, mas também os capacitou a participar ativamente das primeiras organizações que surgiram no Rio Negro a partir dos anos 1980.

Considerando os debates sobre a educação escolar indígena nos últimos 20 anos no Rio Negro, é relevante abordar os impactos do modelo de colonização, que impunha aos estudantes a aprendizagem do português e o abandono de suas línguas maternas, e como as propostas de escola e educação escolar indígena vêm revertendo esse modelo colonizador. As conquistas não se refletem apenas nas práticas pedagógicas, mas também no avanço das legislações.

Um exemplo significativo são as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, aprovadas em 14/09/1999 pelo Parecer nº 14/99 da Câmara Básica do Conselho Nacional de Educação (MEC, 2002). Esses avanços legislativos são resultado de décadas de discussões e proposições feitas por lideranças, professores e estudantes indígenas e representam um reconhecimento das práticas que já ocorrem em várias partes do país nos territórios indígenas, promovendo o diálogo entre conhecimentos ocidentais e saberes indígenas.

A realização das primeiras reuniões e assembleias que culminaram na criação da FOIRN em 1987 ocorreu em um contexto marcado por divisão e conflitos internos entre os povos indígenas do Rio Negro. Esse período foi caracterizado pela entrada de mineradoras e garimpeiros na região, resultando em caos social devido ao aumento significativo da população na cidade, impulsionado pela chegada dos trabalhadores das empresas e das construtoras de estradas. Diante desse cenário desafiador, as lideranças indígenas se fortaleceram e iniciaram as primeiras reuniões para discutir o que deveria ser feito para garantir o futuro dos povos indígenas na região. Esses encontros começaram localmente e, posteriormente, expandiram-se para abranger toda a região do Rio Negro.

Um marco importante nesse processo foi a realização da I Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Rio Negro, em Pari Cachoeira, no ano de 1984. Essa assembleia definiu caminhos para a realização de grandes encontros regionais que abordaram questões cruciais para os indígenas, como a demarcação das terras e a saída das empresas mineradoras. Por esses marcos, a região, e especialmente essa comunidade indígena, é reconhecida por muitos como o berço do movimento indígena do Rio Negro.

Nos anos 1970 e 1980, os povos indígenas viviam o risco iminente de perder seus territórios para o governo brasileiro, que impunha projetos de demarcação baseados em

interesses econômicos voltados para a ocupação e exploração da região. Na tentativa de obter o apoio dos povos indígenas do Rio Negro, os representantes do governo e das mineradoras foram surpreendidos pela resposta durante a II Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Rio Negro, realizada em abril de 1987.

De acordo com Ricardo (2024), a assembleia contou com mais de 1 mil pessoas presentes. A resposta dos indígenas foi a criação de uma organização representativa, a FOIRN. No entanto, logo após sua criação, a FOIRN enfrentou crises políticas e financeiras, campanhas de desinformação promovidas por líderes, políticos e comerciantes locais pró-mineração, e a falta de recursos para suas atividades, dependendo principalmente do apoio da Igreja Católica. Isso causou instabilidade, desistências e trocas de diretorias já nos primeiros anos de existência. A FOIRN começou a se fortalecer no início dos anos 1990, com o apoio e financiamento de organizações e campanhas internacionais, especialmente da Europa.

Estudos de Peres (2003) apontam que, na década de 1990, as ONGs (Organizações não governamentais) indigenistas formadas nos anos 1970 e 1980 se transformaram em canais imprescindíveis de interlocução nos programas governamentais de cunho desenvolvimentista, financiados por organismos transnacionais. Segundo o autor, o desenvolvimento sustentável tornou-se um tema paradigmático em torno do qual as ONGs passaram a elaborar seus objetivos estratégicos e modalidades de operacionalização, tornando-se o caminho para acessar os recursos oferecidos pelas agências de fomento. Ainda hoje, a principal fonte de financiamento dos projetos de comunicação implantados pela FOIRN provém de organizações e fundos internacionais.

Desse modo, o presente trabalho se baseia principalmente em pesquisas realizadas na região do Rio Negro, com ênfase em estudos etnográficos. Pretendo destacar autores indígenas e pessoas negras para fundamentar minhas reflexões e proposições, visando contribuir, mesmo que minimamente, para combater o epistemicídio, que persiste e se perpetua em vários espaços da sociedade, incluindo a academia. Busco respostas para enfrentar esse desafio, reconhecendo que a diversidade de conhecimentos é fundamental para enriquecer a academia, incluindo a valorização da ciência indígena, frequentemente marginalizada pela visão eurocêntrica do saber.

Para definir o tema da pesquisa, reflito sobre as tecnologias tradicionais de comunicação desenvolvidas pelos meus ancestrais e analiso também os formatos contemporâneos adotados pelos povos indígenas, como o uso da internet e das redes sociais, que fortalecem a comunicação nos territórios indígenas. O objetivo é construir uma

compreensão conceitual da comunicação indígena ancestral, integrando tecnologias ancestrais e novas tecnologias do mundo ocidental. Esta abordagem será apresentada detalhadamente no último capítulo deste trabalho.

A pesquisa é justificada pela importância histórica e contemporânea desses meios de comunicação para as comunidades indígenas. Durante a pandemia, a radiofonia desempenhou um papel crucial na disseminação de informações vitais para as comunidades, como casos de infectados e óbitos, demonstrando sua relevância como fonte confiável de notícias e orientações. A radiofonia foi considerada um meio de comunicação que salvou muitas vidas durante o ano pandêmico, como será detalhado adiante.

A falta de registros acadêmicos específicos sobre a radiofonia na região do Rio Negro revela uma lacuna que este estudo busca preencher, explorando não apenas o papel da radiofonia durante a pandemia, mas também sua evolução e importância ao longo do tempo. Considera-se especialmente o impacto de outras tecnologias de comunicação, como a internet via satélite, que passou a integrar o complexo ecossistema de comunicação indígena na região.

A reflexão sobre o impacto das novas tecnologias, como as antenas de internet via satélite da Starlink, e seu potencial para substituir a radiofonia como meio de comunicação primário levanta questões importantes sobre a resistência e adaptação da radiofonia frente às mudanças tecnológicas. Dados iniciais indicam uma redução significativa na quantidade de rádios ativas após a implementação dessas tecnologias digitais, destacando a necessidade de compreender as implicações dessas mudanças para as comunidades indígenas e para a preservação das histórias e experiências transmitidas por meio da radiofonia.

A pesquisa também reconhece a importância das experiências e histórias relacionadas ao uso da radiofonia, que estão enraizadas na memória das lideranças, comunicadores e ex-funcionários da FOIRN. Essas narrativas não apenas destacam a relevância da radiofonia como ferramenta de comunicação, mas também ressaltam seu papel na preservação da cultura e da história dos povos indígenas do Rio Negro.

Portanto, este estudo busca não apenas documentar essas experiências, mas também compreender sua importância e contribuição para a identidade, autoafirmação e acesso aos direitos, incluindo o direito à informação, pelas comunidades indígenas. A combinação desses elementos – a relevância histórica e contemporânea da radiofonia, o impacto das novas tecnologias e a preservação das experiências e histórias de uso – torna este tema significativo e digno de investigação aprofundada. Ao explorar esses aspectos, este estudo visa contribuir

para uma compreensão mais ampla da comunicação indígena no Rio Negro e para o fortalecimento da valorização e preservação das práticas comunicativas ancestrais indígenas.

## 1.2 MEU PERCURSO E CONTATO COM AS NOVAS TECNOLOGIAS

Ao percorrer minha jornada até aqui, percebo o quanto cada passo foi significativo e moldou meu caminho de maneira única. Minha ligação com a radiofonia e as novas tecnologias de comunicação não é recente; ela remonta a um tempo em que minha vida se entrelaçava com as águas calmas e as pedras bonitas da pequena comunidade de Taiacu Cachoeira, às margens do médio Içana.

Naqueles dias simples e profundos, a escola era uma presença distante, em meio aos banhos na beira do rio e às cachoeiras que se revelavam nos períodos de cheia. Minha família, oriunda de uma comunidade evangélica, via nas opções de estudo em Assunção do Içana ou São Gabriel um dilema entre valores e possibilidades limitadas. A falta de recursos e o desafio de acesso à educação superior pareciam restringir nossos horizontes.

Foi nesse cenário que surgiu a oportunidade de ingressar na escola Baniwa-Koripako, um marco em minha jornada educacional no segundo semestre de 2001. O internato, com sua rotina rígida e práticas integradas ao ambiente natural, ampliou meu entendimento sobre aprendizagem e conexão com a comunidade e com meu povo. O contato com conhecimentos tradicionais, a valorização da cultura Baniwa e a busca por formas inovadoras de ensino marcaram profundamente minha formação. Ao longo dos anos, minha busca por conhecimento expandiu-se para além das fronteiras da comunidade e do meu território.

A chegada da internet à escola foi um divisor de águas, abrindo portas para um mundo de possibilidades e aprendizados. Tornei-me monitor do Telecentro do Programa GESAC, mergulhando no universo da inclusão digital e da disseminação de informações em minha região. Essas experiências, somadas à participação em eventos e cursos sobre internet e tecnologias, despertaram em mim uma consciência sobre o poder transformador da informação e da comunicação. Minha atuação como comunicador na escola, a criação de blogs e o contato com líderes e organizações fortaleceram meu desejo de contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento das comunidades indígenas, especialmente as comunidades Baniwa-Koripako.

Em 2013, o convite para integrar o Setor de Comunicação da FOIRN foi um marco decisivo em minha trajetória. O desafio de cuidar da presença online da organização e ampliar

sua voz na internet trouxe novas responsabilidades e aprendizados. Essa jornada, permeada por experiências marcantes e desafios superados, moldou não apenas minha carreira, mas também minha visão de mundo e meu compromisso com a inclusão, a educação e a valorização das culturas tradicionais.

Cada capítulo dessa história é um tributo às raízes que me sustentam e às aspirações que me impulsionam a seguir adiante, sempre em busca de novos horizontes e oportunidades para contribuir positivamente com minha comunidade e com o mundo ao meu redor.

### 1.3 A PESQUISA

Quando pensei em buscar um curso de pós-graduação, não foi apenas para ampliar ou aprofundar meus conhecimentos sobre a comunicação indígena e compreender os impactos trazidos pelo uso das novas tecnologias, mas também para continuar contribuindo para o fortalecimento da comunicação indígena no Rio Negro. Essa motivação está alinhada com o que a pesquisadora e mestra indígena em comunicação, Ariene Sussui, do Povo Wapichana, defende. Segundo ela, o conhecimento adquirido na academia só faz sentido se for útil para o movimento indígena. Sobre a formação e os espaços do comunicador indígena, ela afirma: “A nossa primeira universidade tem que ser o movimento indígena.”

Além disso, tive motivos mais pessoais para buscar algo novo. A morte da minha mãe em março de 2021 me abalou profundamente. Muitos colegas e amigos perceberam que eu não estava com o ânimo de antes; inclusive, recebi apoio e acolhimento de alguns amigos e assessores próximos, alguns dos quais haviam passado pela mesma experiência e queriam me ajudar a me reerguer e continuar com a vida e os trabalhos.

Ao fazer algumas buscas rápidas, notei que havia poucas pessoas indígenas na região Norte, especialmente se destacando ou abordando a comunicação indígena na academia, principalmente na pós-graduação. Conheci o pessoal da comunicação do Conselho Indígena de Roraima (CIR), que visitei um ano antes para compartilhar experiências da rede Wayuri. Ao buscar informações sobre o processo seletivo da Universidade Federal de Roraima (UFRR), encontrei um edital aberto. Isso me animou muito. Comecei a considerar essa opção, sabendo que já havia ido a Roraima e que podia contar com alguns conhecidos lá, especialmente para o início da jornada.

Mais tarde, ao imaginar a possibilidade de fazer a pós-graduação em Roraima, que ainda era minha primeira opção, decidi realizar mais pesquisas. Foi quando encontrei o edital de 2021 para ingresso em 2022 na Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ. Como ainda

estávamos em um ano pandêmico, era possível realizar todo o processo de seleção de forma remota. Li o edital e percebi que o processo seletivo da UFRJ tinha mais etapas em comparação com o da UFRR. Procurei mais informações sobre a universidade e sobre a Escola de Comunicação, avaliando seu histórico e nota de avaliação.

Ao fazer essas pesquisas, percebi que seria o desafio que eu estava buscando. Ao analisar o banco de teses e dissertações, um dos trabalhos mais recentes que encontrei foi "Indianista, Indigenista e Indígena: Formação histórica de projetos de representação indígena no Cinema", de Gustavo Requião. Esse trabalho foi um dos poucos que achei sobre a questão indígena. Isso me motivou a pensar que essa era a oportunidade de tentar ingressar na pós-graduação em uma das universidades mais reconhecidas e renomadas do Brasil e da América Latina.

Poucas pessoas sabiam que eu estava em busca de inspiração para tentar o mestrado. Uma dessas pessoas era minha parenta Francly Baniwa, que já estava morando no Rio de Janeiro. Ela havia saído da FOIRN para fazer mestrado em Antropologia Social. Em 2021, quando comentei sobre a inscrição com ela, já estava iniciando o doutorado também em Antropologia, no Museu Nacional.

Ela me incentivou ainda mais a tentar e a seguir em frente, o que me animou bastante. Submeti a primeira proposta de pesquisa, o resumo expandido. Cada etapa concluída demorava cerca de uma semana ou mais até sair o resultado. Fui aprovado nessas etapas sucessivas. Em dezembro de 2021, saiu o resultado, com uma lista de pouco mais de dez nomes aprovados. Meu nome estava na lista final.

O ingresso na UFRJ me permitiu desenvolver uma proposta de pesquisa focada nas experiências de comunicação e no uso de novas tecnologias pelos povos indígenas do Rio Negro, por meio dos projetos de comunicação desenvolvidos pela FOIRN. Após reflexões, decidi direcionar o trabalho para investigar as experiências de uso da radiofonia na região do Rio Negro ao longo de três décadas. Embora o período de 30 anos ou mais representasse um desafio significativo, considerando o tempo disponível e as condições para um trabalho aprofundado, planejei fazer um recorte dos períodos ou momentos considerados mais importantes nos relatos das lideranças selecionadas para a entrevista.

Neste estudo, a metodologia de coleta de dados foi baseada principalmente em entrevistas e levantamento bibliográfico. O objetivo era compreender a transformação causada pelo uso da radiofonia e outras tecnologias na região do Rio Negro, especialmente em contextos históricos, culturais e políticos de grandes transformações. Quanto à seleção dos

entrevistados, inicialmente foi elaborada uma lista de pessoas consideradas importantes para a compreensão do tema. Foram priorizadas lideranças indígenas, ex-diretores da FOIRN, operadores de rádio e jovens comunicadores. Essa seleção visou obter diferentes perspectivas e experiências relacionadas à comunicação indígena.

Os entrevistados foram divididos em dois grupos. O primeiro grupo incluiu aqueles que compartilharam relatos sobre os períodos anteriores e posteriores à criação da FOIRN, oferecendo insights sobre o contexto da comunicação e o uso das tecnologias de comunicação, especialmente nas décadas de 1980 e 1990. O segundo grupo foi composto por lideranças atuais, que contribuiriam com suas perspectivas sobre a comunicação indígena contemporânea. Paralelamente às entrevistas, foi realizado um levantamento bibliográfico em fontes relevantes, incluindo trabalhos acadêmicos, documentos institucionais e estudos sobre comunicação indígena. Esse levantamento ajudou a embasar teoricamente as discussões e análises realizadas no estudo.

Durante a coleta de dados, enfrentamos desafios logísticos e de disponibilidade, o que limitou o acesso a algumas pessoas da lista inicial de entrevistados. No entanto, as entrevistas realizadas proporcionaram uma ampla gama de perspectivas e informações relevantes para a pesquisa. Ao combinar entrevistas e levantamento bibliográfico, esta metodologia permitiu uma abordagem abrangente e contextualizada da transformação da comunicação indígena na região do Rio Negro, oferecendo percepções valiosas sobre os desafios e oportunidades enfrentados pelos povos indígenas em relação ao uso das novas tecnologias em seu território.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, a introdução inclui um breve histórico da comunicação indígena no Brasil. A primeira parte propõe a introdução da trajetória da comunicação indígena e seus protagonistas, destacando as lideranças indígenas que iniciaram o uso das tecnologias de comunicação nas décadas de 1970 e 1980, como a criação do primeiro programa de rádio apresentado pelos indígenas. Também é apresentada a complexidade do contexto da comunicação indígena contemporânea, que envolve meios tecnológicos e não tecnológicos, os quais se complementam para possibilitar a circulação de informações no território, abordada sob uma perspectiva ecossistêmica.

São apresentados conceitos desenvolvidos nos últimos anos para atender às práticas da comunicação indígena, como etnocomunicação, etnomídia e comunicação ancestral. Este capítulo ainda retrata a complexidade da comunicação indígena atual, onde novas estratégias, como a comunicação em rede, passaram a ser usadas e adaptadas pelos povos indígenas. Um dos principais autores utilizados para subsidiar as reflexões sobre esse tema é Castells (1999).

No Capítulo II, são abordados pontos fundamentais para entender o processo de organização e reorganização sociopolítica no Rio Negro, com a fundação da FOIRN em 1987 como principal ponto de referência. Esse recorte histórico é essencial para compreender os novos contextos e configurações que surgiram a partir desse período e como influenciaram o fortalecimento da comunicação indígena após a criação da FOIRN. São apresentadas algumas das principais iniciativas da FOIRN relacionadas à comunicação no Rio Negro, incluindo a rede de radiofonia. A apresentação dos projetos e do início deles contribui para o registro e a melhor compreensão dessa apropriação tecnológica.

Portanto, é importante uma breve abordagem sobre o setor e o departamento de comunicação da FOIRN. A chegada da pandemia em 2020 no Rio Negro evidenciou a importância da radiofonia para os povos indígenas da região. Nesse ponto, são apresentados relatos sobre o uso da radiofonia durante o período pandêmico para salvar vidas no Rio Negro.

No Capítulo III, apresentamos e refletimos sobre o contexto atual e futuro dos povos indígenas no Rio Negro, considerando a chegada da internet nas comunidades indígenas da região, que pode trazer novas possibilidades de comunicação e desafios para o território. A comunicação em rede é considerada uma das alternativas possíveis para fortalecer as lutas indígenas no Brasil e no Rio Negro. Nesse sentido, compartilhamos um breve resumo da trajetória da Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro - Rede Wayuri, abordando os desafios atuais e futuros enfrentados por essa iniciativa.

### 1.3.1 Abordagem e Método

A presente pesquisa adotou a metodologia de pesquisa participante, em razão da minha integração na instituição e participação em alguns projetos abordados no trabalho, seja como comunicador ou membro do Setor de Comunicação da FOIRN. Essa escolha metodológica é justificada pelo fato de que, segundo Soares e Ferreira (2006), a pesquisa participante exige a participação ativa do pesquisador no contexto, grupo ou cultura estudada, assim como dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa (Soares; Ferreira, 2006).

### 1.3.2 Coleta de Dados

Para a coleta das informações, foram conduzidas entrevistas utilizando um questionário semiestruturado, o que permitiu a flexibilidade necessária para que os

participantes compartilhassem suas perspectivas, experiências e conhecimentos sobre a comunicação indígena, os projetos de comunicação da FOIRN e suas vivências com o uso da radiofonia. Esse formato possibilitou a abordagem de questões-chave, ao mesmo tempo em que abriu espaço para novos temas emergirem durante o diálogo (Flick, 2009).

De acordo com Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada caracteriza-se por questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses relacionadas ao tema da pesquisa, gerando novas hipóteses a partir das respostas dos informantes. O foco principal é colocado pelo investigador-entrevistador, favorecendo tanto a descrição dos fenômenos sociais quanto sua explicação e compreensão total (Triviños, 1987, p. 152).

#### 1.3.2.1 Seleção dos Entrevistados

Foi realizado um pré-levantamento de nomes de pessoas com potencial para participar e contribuir como informantes. Durante o processo, alguns nomes se tornaram inviáveis devido a questões de tempo e acessibilidade, como a localização em comunidades distantes no território, o que impossibilitou a realização das entrevistas, e desencontros de agendas, quando os informantes estavam na cidade. A maioria das entrevistas foi realizada em São Gabriel da Cachoeira, onde os funcionários da FOIRN foram entrevistados na sede da instituição. Algumas lideranças indígenas que estavam fora da cidade foram entrevistadas por meio de aplicativos de videoconferência, como Google Meet e Zoom.

Anotações também foram feitas durante encontros informais e a partir da participação em palestras realizadas pelo Departamento de Comunicação para lideranças indígenas, nas quais foram apresentadas a atual estrutura do departamento, a equipe, o plano de trabalho e os processos de produção. Informações dessas apresentações foram utilizadas como base de dados para este trabalho. Além disso, acompanhou-se o operador de radiofonia para conhecer melhor a rotina, os assuntos e o funcionamento do trabalho.

#### 1.3.2.2 Número de Entrevistas

Foram previstas 10 entrevistas, mas apenas 7 foram realizadas, além das conversas e trocas informais sobre o tema da pesquisa. Entre os entrevistados estavam comunicadores indígenas, lideranças e funcionários atuais da FOIRN, membros do Departamento de Comunicação. Goldenberg (1999) afirma que a pesquisa é qualitativa quando a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do objeto pesquisado, mas com o

aprofundamento da compreensão do que está sendo investigado, seja uma realidade social, trajetória, organização ou documento. Neste caso, a pesquisa é qualitativa também porque se trata de dados subjetivos. Assim, considerou-se que o grupo entrevistado era qualificado para a obtenção de dados e informações sobre o tema.

### 1.3.3 Instrumento de Pesquisa

O questionário utilizado nesta pesquisa foi cuidadosamente elaborado para obter informações abrangentes e detalhadas sobre os projetos de comunicação desenvolvidos pela FOIRN ao longo de sua história, com foco especial no uso da radiofonia. As perguntas foram divididas em temas específicos, abrangendo desde a utilização da radiofonia nas comunidades indígenas até as perspectivas sobre o futuro da apropriação tecnológica. Cada pergunta foi formulada com base nos objetivos específicos da pesquisa, abordando aspectos relevantes para compreender como os projetos de comunicação da FOIRN, especialmente a radiofonia, contribuíram para o resgate e valorização cultural, o fortalecimento das lutas por direitos e a preservação dos saberes tradicionais dos povos indígenas do Rio Negro.

Os temas Abordados no Questionário:

1. **Uso da Radiofonia na Comunidade:** Identificar a presença e utilização da radiofonia nas comunidades indígenas do Rio Negro, sua importância na comunicação local e a percepção dos entrevistados sobre sua eficácia.
2. **Utilização da Tecnologia na Comunidade:** Compreender se, além da radiofonia, outras tecnologias têm sido utilizadas nas comunidades indígenas.
3. **Desafios da Apropriação Tecnológica:** Identificar os principais desafios enfrentados pelas comunidades ao utilizar tecnologias modernas.
4. **Opinião sobre a Apropriação Tecnológica:** Entender a perspectiva dos entrevistados em relação à apropriação tecnológica, benefícios e possíveis aspectos prejudiciais.
5. **Preservação Cultural e Saberes Tradicionais:** Explorar como a tecnologia pode ajudar na preservação da cultura e dos saberes tradicionais.
6. **Protagonismo Indígena e Lutas pelos Direitos:** Compreender como as tecnologias são usadas para promover o protagonismo indígena e lutar por direitos.
7. **Papel das Organizações Indígenas na Apropriação Tecnológica:** Compreender como as organizações indígenas, especialmente a FOIRN, influenciam a apropriação tecnológica nas comunidades.

8. **Uso da Tecnologia pelos Jovens:** Explorar como os jovens das comunidades lidam com a tecnologia e a apropriação tecnológica.

9. **Perspectivas Futuras da Apropriação Tecnológica:** Explorar as expectativas dos entrevistados em relação ao futuro da apropriação tecnológica nas comunidades indígenas.

Cabe informar que a pesquisa bibliográfica foi utilizada ao longo do percurso para complementar as entrevistas. Foram consultados trabalhos já produzidos e disponíveis sobre o tema, embora tenha havido dificuldades para acessar informações sobre os projetos de comunicação nos primeiros anos, devido à ausência de dados e documentação formal sobre essas atividades. A internet foi usada para confirmar dados e momentos importantes relacionados à comunicação indígena e à utilização da radiofonia durante a pandemia.

Portais de notícias foram consultados para buscar informações sobre o avanço da internet nos territórios indígenas e o uso da tecnologia para fortalecer projetos que visam o bem-estar nos territórios, bem como para obter informações sobre como essa mesma tecnologia é utilizada para a prática de ilegalidades. As entrevistas e consultas bibliográficas ajudaram a confirmar ou refutar a hipótese da pesquisa e foram fundamentais para alcançar os objetivos do trabalho. A dificuldade de acessar documentos oficiais ou registros feitos ao longo dos anos será refletida ao longo do trabalho, especialmente nas conclusões.

Ao finalizar este estudo, espera-se contribuir para o registro das contribuições das tecnologias de comunicação para a retomada da autoestima e o fortalecimento da luta pelos direitos, especialmente o direito ao território. Muitas dessas lutas persistem até hoje, e as experiências desenvolvidas e adquiridas ao longo dos anos relacionadas aos projetos de comunicação indígena na região do Rio Negro são de grande importância para esse registro.

## **2 COMUNICAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL E RIO NEGRO: TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Neste capítulo, apresentaremos um breve percurso da trajetória e da construção da comunicação indígena contemporânea. Para isso, é fundamental conhecer alguns momentos marcantes na luta do movimento indígena brasileiro a partir dos anos 1970, quando as primeiras organizações indígenas surgiram para lutar pelo reconhecimento de seus direitos e existência. A partir dessa trajetória, é possível compreender a complexidade que a comunicação indígena assumiu com a integração da comunicação ancestral e a apropriação tecnológica, especialmente das tecnologias de comunicação.

Essa complexidade ecossistêmica exige a (re)construção de conceitos para tentar definir essa comunicação, que se tornou ainda mais complexa com a adoção da comunicação em rede nos últimos sete anos. Embora tenha havido avanços significativos com o uso das novas tecnologias, o contexto político no Brasil impõe aos povos indígenas novos desafios e estratégias de luta. Para as lideranças e comunicadores indígenas, a comunicação ancestral integrada aos modernos recursos tecnológicos se tornou uma arma de luta e resistência neste século.

### **2.1 COMUNICAR PARA RESISTIR E EXISTIR – UM BREVE HISTÓRICO DA COMUNICAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL**

Na década de 1970, o Brasil estava sob o regime autoritário da Ditadura Militar, caracterizado por repressão política, censura e restrições às liberdades civis. Esse contexto influenciou diretamente as políticas indigenistas, que refletiam uma visão de desenvolvimento centrada na integração forçada dos povos indígenas à sociedade nacional. A abordagem assimilacionista, que buscava eliminar as diferenças culturais dos povos indígenas em prol de uma homogeneização social, era predominante nesse período (Leal, 2018).

Durante o regime militar, conforme o mesmo autor, as políticas indigenistas enfrentaram conflitos e desafios significativos. Houve uma priorização de interesses econômicos e expansão territorial, muitas vezes em detrimento dos direitos e demandas das comunidades indígenas. A exploração de recursos naturais em terras indígenas e a pressão por projetos de desenvolvimento frequentemente ignoravam as vozes e os direitos das populações indígenas, gerando tensões e resistências.

Nesse contexto de adversidades, as comunidades indígenas e seus líderes se

mobilizaram e resistiram ativamente. Surgiram movimentos de resistência e luta pelos direitos indígenas, marcando o início de uma articulação política e social mais forte entre os povos originários. Essa mobilização foi essencial para o surgimento das primeiras lideranças indígenas no país, que passaram a desempenhar um papel fundamental na defesa dos direitos, da autonomia e da preservação das culturas indígenas frente às políticas assimilacionistas e opressivas do regime militar.

Assim, o contexto histórico da Ditadura Militar na década de 1970 teve um impacto profundo nas políticas indigenistas, destacando a importância da resistência e da mobilização das comunidades indígenas como elementos essenciais para a construção de uma agenda de direitos indígenas mais ampla e inclusiva no Brasil.

Para entender o surgimento das primeiras lideranças indígenas no cenário nacional na década de 1970, que passaram a dar voz às populações indígenas no Brasil, é necessário retratar e compreender o contexto em que esses povos e lideranças se encontravam. Naquele período, o Brasil vivia o pré-constituente. Pessoas engajadas em apoiar a causa indígena, como professores e antropólogos da USP e da UNICAMP, cientistas e outros atores ligados a organizações científicas e acadêmicas, iniciaram a mobilização e a campanha contra o Decreto de Emancipação.

Este decreto visava separar os indígenas, chamados de silvícolas, que ainda mantinham suas tradições e territórios, daqueles considerados aculturados, ou seja, os que haviam abandonado suas culturas e não viviam mais em suas terras tradicionais. Esse movimento era visto como mais um avanço na dizimação da população indígena, conforme observa Manuela Carneiro da Cunha, que menciona a tentativa do então ministro do Interior, Rangel Reis, em 1978, de fazer aceitar o chamado “Decreto da Emancipação”.

Essa iniciativa visava distinguir entre “silvícolas” e indígenas “aculturados”, sendo que a emancipação frequentemente era interpretada como uma forma de destituí-los de sua condição indígena e, conseqüentemente, de seus direitos sobre as terras que ocupavam, liberando essas terras para outros usos (Cunha, 2018). Embora o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973) tenha sido promulgado em 1973, e seu Art. 65 estabelecesse a obrigação do Estado de demarcar todas as terras indígenas no prazo de cinco anos, o Decreto de Emancipação representava uma ameaça concreta à redução dos territórios indígenas, funcionando como um mecanismo jurídico para retirar as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas sob a justificativa de emancipação. Ou seja, ao deixar de ser considerado indígena, os povos não teriam mais direito à posse de suas terras. Como é sabido, uma parte

significativa das populações indígenas no Brasil ainda se encontra nessa condição.

A partir dessa mobilização liderada por voluntários e da criação das primeiras organizações indigenistas, como a Comissão Pró-Índio de São Paulo em 1978, surgiu, nos anos 1980, a primeira organização indígena no Brasil, a União das Nações Indígenas (UNI). Essa organização recebeu apoio e intervenções de importantes instituições científicas no Brasil, como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), além de especialistas em direito constitucional da USP (Universidade de São Paulo).

Um dos pontos fundamentais nesse debate e construção era a capacidade jurídica do “índio”, termo ainda utilizado por muitos até hoje. Historicamente, a legislação brasileira considerava o indígena como incapaz e, dentro do sistema legal, era tratado como “relativamente capaz”, justificando a necessidade de tutela. Isso motivou a criação de órgãos como o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) em 1910 e, em 1967, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Em todas as constituições anteriores a 1988, essa incapacidade era vista como um fator que justificava a integração ou assimilação dos povos indígenas.

Feijó (2014) observa que toda a legislação tutelar dos indígenas tinha como objetivo específico promover sua integração à comunhão nacional, civilizando-os, de modo que a condição de “índio” era compreendida como transitória e fadada à extinção, uma vez que todo autóctone se integraria, abandonando seu modo de vida “primitivo”. Esse era o chamado paradigma da assimilação cultural, uma política oficial do governo brasileiro que visava a integração e a aculturação gradual dos povos indígenas. Uma vez civilizado e integrado à sociedade envolvente, o indígena perderia a condição de “índio” e poderia, enfim, exercer plenamente os atos da vida civil, tornando-se senhor de sua vida e de seus pertences (Feijó, 2014).

Ou seja, ser indígena era visto como algo transitório, até que se incorporasse à comunhão nacional, pois a política integracionista do Estado era baseada na ideia de que as sociedades indígenas estariam predestinadas ao desaparecimento por meio da aculturação inevitável à comunhão nacional (França, 2015). Ao longo desses cinco séculos, desde a chegada dos invasores ao território, milhares de vidas indígenas foram perdidas e centenas de povos foram dizimados. No entanto, muitos povos resistiram e continuam resistindo. Mesmo com a conquista de dois capítulos na Constituição Federal de 1988, 36 anos depois, os povos indígenas continuam lutando. Se antes a luta era pela garantia de direitos na Constituição Federal de 1988 (CF/88), hoje a luta é para não perder esses direitos, que estão

constantemente ameaçados.

A sede do capitalismo pela exploração econômica dos territórios a qualquer custo continua igual à dos primeiros invasores que chegaram em 1500. No momento em que escrevo este trabalho, final de dezembro de 2023, um dos dispositivos mais nocivos e destrutivos, o Marco Temporal, foi promulgado pelo Senado Federal, mesmo que o STF tenha declarado a proposta de lei como inconstitucional.

Retomando as décadas de 1970 e 1980, o projeto de assimilação e aculturação dos povos indígenas fez com que as lideranças indígenas demorassem a surgir. Manuela Carneiro da Cunha observa a chegada das primeiras lideranças indígenas com a criação das primeiras organizações de apoio à pauta indígena e da UNI. Ela destaca que, na fundação da Comissão Pró-Índio de São Paulo em 1978, vários voluntários se reuniram, incluindo um grupo de antropólogos da USP e da Unicamp, como Lux Vidal, Araci Lopes da Silva, Dominique Gallois, e ela mesma, além de Carlos Alberto (Beto) Ricardo, antropólogo que havia deixado a docência na Unicamp para se dedicar a uma ONG, então chamada Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), que mais tarde se tornaria o Instituto Socioambiental (ISA). Havia também um médico da Escola Paulista de Medicina, Rubens Santilli, e um jovem que, inicialmente desconfiado e relutante em se declarar indígena, Ailton Krenak, que desempenharia um papel importantíssimo na Constituinte (Cunha, 2018).

Essa mobilização pela pauta indígena pré-constituinte trouxe ao cenário nacional lideranças indígenas que se destacaram e desempenharam papéis fundamentais no processo. Como observado por Cunha (2018), essas lideranças já dominavam a escrita e a fala da língua portuguesa e passaram a mobilizar uma frente indígena. Entre eles estavam Ailton Krenak e Álvaro Tukano, um da região sudeste e outro da região norte.

Apesar da mobilização de aliados não indígenas, era essencial amplificar as vozes indígenas para enfrentar a mídia hegemônica, que fazia campanha articulada contra os direitos indígenas na nova Constituição Federal. Jornalistas de periódicos como O Estado de S. Paulo, Correio Braziliense, A Crítica (de Manaus), O Globo (do Rio) e um jornal de Recife participaram dessa vergonhosa campanha. Como dizia Goebbels, mentiras repetidas tantas vezes podem se tornar verdades.

Cunha (2018) relata que até seus pais chegaram a questionar se as acusações tinham algum fundamento. Segundo ela, após essa campanha de desinformação, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo apresentou formalmente desculpas pela campanha de calúnias dirigida a Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, e ao Cimi (Cunha, 2018).

Em uma das falas no documentário *Índio Cidadão?* de 1980, em frente ao Congresso Nacional, Ailton Krenak afirma:

Nos vemos um risco muito grande, no momento de decisão nacional se lotear, se leiloar o interesse do povo indígena, porque o povo indígena não tem dinheiro para fazer lobby, povo indígena não tem representante no congresso, o povo indígena não tem poder econômico para fazer pressão, então nós temos que estar aqui presente, tem que estar pintado de urucum e penas na cabeça, para mostrar que somos originários daqui, filhos dessa terra, é isso que vivemos dizer hoje ao Congresso Nacional, espero que tenham nos escutado (*Índio Cidadão*, 2014).

Foi Ailton Krenak quem proferiu o discurso histórico, simbólico e midiático na Assembleia Nacional Constituinte em 1988. Trajando terno e gravata, ele subiu ao púlpito da Câmara dos Deputados para abordar a situação dos povos indígenas. Durante seu discurso, Krenak começou a pintar o rosto com tinta de jenipapo, uma demonstração de sua indignação contra as violações e extermínios que os povos indígenas enfrentavam no Brasil desde 1500. Esse gesto, um símbolo de luto utilizado pelos Krenak, não apenas apelava pela aprovação da emenda, mas também sinalizava o risco de que tais propostas não fossem aprovadas na Assembleia Nacional Constituinte. O discurso, realizado em 4 de setembro de 1987, comoveu o país, como é evidente no relato de Álvaro Tukano no filme *“Índio Cidadão?”*.

Ele foi um dos melhores articuladores políticos da União das Nações Indígenas, melhor advogado dos povos indígenas, quando na Constituinte ele pintou o rosto, ele expressa, todas as lágrimas de 5 milhões de brasileiros, índios que morreram nessa terra, tantas nações indígenas que continuam chorando.

É verdade que muitas lideranças indígenas participaram diretamente da luta pelos direitos indígenas na nova constituição, especialmente dos povos mais próximos, como os do Parque Indígena do Xingu, criado em 1952. Em uma entrevista publicada no dia 6 de setembro de 2018 no site *Believe Earth*, Ailton Krenak lembra dos bastidores da Constituinte:

O movimento pelos direitos dos indígenas ocorreu no bojo de um movimento social mais amplo, de lutas pelas eleições diretas e pela democracia. Esse movimento contava com forças como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e outras. Foi uma grande articulação de setores da sociedade brasileira que apoiaram a inclusão de um capítulo exclusivo sobre os índios. E, claro, os povos indígenas, como Caiapós, os Xavante, os Guaranis e os Terena levaram centenas de pessoas para Brasília, que ocuparam o Congresso, debateram e participaram das comissões. A minha presença ganhou destaque porque eu fiz a defesa pública dessa emenda dentro do plenário do Congresso Constituinte. Mas milhares de pessoas participaram desse processo.

Figura 1 – Ailton Krenak representante da UNI, pinta seu rosto durante a defesa de uma das emendas populares sobre os direitos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte



Fonte: Reynaldo Stavale/ADIRP

Figura 2 – Índigenas ocuparam liderança do PMDB na Câmara, em 1988, durante discussão do capítulo dos índios na Constituinte



Fonte: Beto Ricardo-ISA

Outro fato importante desse período foi a aprovação da Convenção 169 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1989, que visava assegurar direitos aos povos indígenas em seus respectivos países, embora só tenha sido promulgada em abril de 2004 pelo Decreto 5.051/2004. Mais tarde, em 2007, foi aprovada a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, um esforço coletivo que envolveu vários países, lideranças, entidades e movimentos ligados a essas populações. Esse contexto favoreceu o surgimento de organizações indígenas em todo o Brasil e entidades ligadas à questão indígena e à proteção do meio ambiente. Assim, algumas agências internacionais

começaram a reconhecer as organizações indígenas como mecanismos de desenvolvimento de projetos para o fortalecimento e a proteção dos povos indígenas e do meio ambiente.

Essas organizações também começaram a participar e ganhar visibilidade em reuniões e fóruns internacionais, especialmente aqueles organizados pela Organização das Nações Unidas, conforme observado por Oliveira e Freire (2006). Um caso muito lembrado até hoje no Rio Negro é a denúncia dos Salesianos no início dos anos 80 no Tribunal dos Povos Indígenas na Holanda (Tribunal Bertrand Russell), feita pelo jovem líder Álvaro Tukano em novembro de 1987, como mencionado por De Paula (2005).

Em depoimento publicado em 2018 no site Acervo Pernambucano<sup>1</sup>, Álvaro Tukano lembra que a denúncia causou mudanças ao longo dos anos, incluindo a perda de financiamento e o fechamento das escolas internas no Rio Negro. No entanto, imediatamente após retornar ao Brasil, foi perseguido e visto como inimigo pelo Estado e pela Igreja Católica, sendo forçado a deixar seu território tradicional, Pari Cachoeira, localizado na região do alto rio Tiquié, para fundar sua nova comunidade na BR-307, onde atualmente se encontra a comunidade Balaio (Ricardo, 2024).

Tornou-se uma necessidade a presença midiática das lideranças indígenas, pois, como Álvaro Tukano descreveu a representatividade de Ailton Krenak na Constituinte, era essencial mostrar que os povos indígenas eram originários, filhos da terra. A partir daquele período, surgiu um novo marco na história brasileira, em que os próprios indígenas puderam e passaram a falar por si mesmos, ainda que na mídia tradicional. Na grande imprensa brasileira, como vimos anteriormente, havia campanhas para conter o avanço da inclusão das propostas sobre os direitos indígenas na nova Constituição Federal.

Pode-se afirmar que a mídia indígena, como alternativa de comunicação contra a mídia hegemônica, surgiu quando as lideranças reconheceram a necessidade de usar e apropriar-se das tecnologias de comunicação para dar visibilidade às vozes dos povos indígenas e mostrar à sociedade brasileira que eles existiam, além de levar informações e notícias sobre suas conquistas, como a inclusão dos direitos indígenas na CF de 1988, especialmente para as comunidades localizadas em áreas remotas.

Além da habilidade de articulação política, Ailton Krenak se destacava pela oratória, o que o tornou naturalmente o porta-voz dos povos indígenas no Brasil. Tanto ele quanto Álvaro Tukano e outras lideranças começaram a fortalecer a mobilização indígena na luta

---

<sup>1</sup> Disponível no endereço eletrônico: <https://www.suplementopernambuco.com.br/acervo/in%C3%A9ditos/2156-%C3%A1lvaro-tukano-conta-a-luta-dos-povos-ind%C3%ADgenas-no-brasil.html>

pelos direitos. Uma das frentes importantes dessa mobilização foi a comunicação. Foram eles os pioneiros no uso do rádio para amplificar a voz e dar visibilidade à luta dos povos indígenas pelos direitos na CF de 1988. Idealizado no âmbito da UNI, o Programa de Índio foi lançado em junho de 1985 pela Rádio USP de São Paulo, conforme descrito por Pappiani (2012).

Entre 1985 e 1992, foram produzidos mais de 200 programas. O Programa de Índio foi realizado pelo Núcleo de Culturas Indígenas (NCI), o braço oficial da UNI. Duas décadas depois, por meio de um edital e projeto aprovado pela Petrobras através da Lei de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, todos os programas foram digitalizados e atualmente é possível acessar os programas e o histórico no site lançado em 2007.

Para Pappiani (2012), o Programa de Índio foi muito mais do que "um programa de índio amansar branco", como foi conhecido por alguns, incluindo Ailton Krenak. O programa representou um marco histórico na comunicação indígena e no uso das tecnologias de comunicação, permitindo que povos indígenas de várias regiões do país compartilhassem suas danças, músicas e reafirmações de identidade.

Em pouco tempo, o programa ganhou reconhecimento em todo o país. Com a proposta de destacar a diversidade de povos, línguas e tradições indígenas, além de promover a defesa dos direitos por meio de informações, história, música, cultura, humor e beleza, o programa foi inicialmente produzido nos estúdios da Rádio USP, onde estava sediado o departamento de comunicação da UNI. A escolha da USP se deu por ser uma instituição que apoiava movimentos sociais, incluindo a mobilização indígena. No entanto, anos mais tarde, a direção da rádio alegou falta de capacidade indígena para a continuidade do programa, o que resultou em uma paralisação temporária da produção.

A paralisação do Programa de Índio gerou protestos entre indígenas, aliados e ouvintes, que enviaram centenas de cartas à direção da Rádio USP e até à Reitoria da USP, pedindo a retomada do programa. Embora o programa tenha retornado, na segunda paralisação, a direção da UNI decidiu não prosseguir com a produção. Essa interrupção gerou desafios significativos para as comunidades indígenas e para a própria mobilização em prol dos direitos indígenas.

A interrupção das transmissões levantou questões sobre a representatividade das vozes indígenas na mídia tradicional e destacou a necessidade de meios de comunicação próprios e autônomos. No entanto, essa adversidade também impulsionou a busca por soluções criativas e alternativas na comunicação, levando ao desenvolvimento de novas estratégias para

amplificar as vozes e as questões das comunidades indígenas (Lomba, 2018).

Ao longo dos anos, a comunicação indígena evoluiu consideravelmente, demonstrando resiliência e capacidade de adaptação diante dos desafios. Surgiram iniciativas como rádios comunitárias, programas de televisão e a utilização das redes sociais, proporcionando espaços para a expressão cultural, a disseminação de informações relevantes e a defesa dos direitos indígenas (Pappiani, 2017). Essa evolução não apenas fortaleceu as comunidades indígenas, mas também contribuiu para uma maior conscientização e engajamento da sociedade em questões indígenas e ambientais, marcando um avanço significativo na comunicação inclusiva e diversificada.

O programa contribuiu para a retomada da autoestima e do autoconhecimento, principalmente entre indígenas que já estavam vivendo em centros urbanos. Muitos profissionais que escreviam cartas para a produção do programa afirmavam ter se reconhecido, buscando suas ancestralidades e raízes étnicas.

Pappiani (2012) revela um dado importante sobre o uso de novas tecnologias pelos povos indígenas nesse período (1970-1980). Segundo ela, os gravadores de fita cassete eram muito populares entre os povos indígenas nos territórios. De acordo com relatos históricos, o Deputado Mário Juruna, do povo Xavante, conquistou fama nacional e até uma cadeira na Assembleia Legislativa, com mandato entre 1983 e 1987, graças à sua peregrinação com um gravador cassete, registrando a palavra dos políticos e cobrando a verdade.

Mário Juruna, conhecido nacional e internacionalmente como Juruna, foi descrito por Darcy Ribeiro como “depois de Rondon, índios do Brasil têm pela primeira vez um representante incontestável”, no prefácio do livro “O Gravador do Juruna”, publicado em 1982. Uma das muitas indagações de Juruna, que questionava o papel daqueles que tomavam as terras indígenas, foi: “Quem inventou esse papel com que tomam nossas terras dizendo que são donos?”

Juruna ficou famoso por sua chegada a Brasília no início de 1977, carregando um gravador e determinado a registrar as promessas feitas pelas lideranças brancas, especialmente pelos representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que muitas vezes eram posteriormente esquecidas. Sua presença abalou Brasília, gerando notícias e sendo alvo de brincadeiras e piadas, mas também aproveitou a fama repentina para defender sua comunidade e o povo indígena brasileiro, além de seus próprios interesses. Ele representou uma mudança significativa na visibilidade e na defesa dos direitos indígenas no Brasil. Sua atuação destacada colocou em pauta questões cruciais, como a demarcação de terras e a

proteção dos povos indígenas contra as injustiças sofridas. O uso estratégico do gravador como ferramenta de registro e denúncia contribuiu para uma maior conscientização e mobilização em torno das questões indígenas no país.

Pode-se afirmar que a fama de Juruna, pelo uso do gravador, contribuiu para que outras lideranças indígenas no Brasil passassem a utilizar gravadores para registrar os acontecimentos, como observado por Pappiani (2012) na época do Programa de Índio, período em que Juruna usava novas tecnologias no âmbito das lutas por direitos indígenas no Congresso Nacional.

A força das mobilizações indígenas em Brasília, pré-constituente, era sentida no Rio Negro. Em várias ocasiões, as lideranças envolvidas diretamente nas lutas pelos direitos na capital federal traziam informações sobre os acontecimentos. O CIMI, órgão criado para atuar nos territórios indígenas, começava a se estabelecer, como será detalhado no Capítulo I deste trabalho. Ou seja, o que ocorria nacionalmente, ainda que distante geograficamente, chegava e refletia nas primeiras reuniões e assembleias locais, principalmente no alto Rio Tiquié.

De Paula (2005) atribui como uma das principais contribuições salesianas no alto Rio Negro o incentivo às primeiras mobilizações e formações do movimento indígena na região, por meio da promoção da organização das comunidades. Isso resultou na criação das primeiras cooperativas, principalmente na região do rio Tiquié, afluente do rio Uaupés, com o objetivo inicial de organizar e fortalecer as produções agrícolas locais. A chegada da Igreja Católica representou também a introdução de novas tecnologias, incluindo tecnologias de comunicação, como a radiofonia. No entanto, as lideranças indígenas não tinham acesso a esses meios. O cenário começou a mudar a partir da metade dos anos 1980, quando, como lembrado por algumas lideranças, padres ligados ao CIMI passaram a incentivar o uso dessas tecnologias para fortalecer a mobilização na região.

A utilização das novas tecnologias de comunicação tornou-se necessária para os povos indígenas enfrentarem novos contextos ou resolverem problemas antigos. Usar as ferramentas de comunicação dos brancos passou a significar a afirmação de sua presença e a sua existência contínua, apesar das inúmeras fases de genocídio e opressão que enfrentaram. Nesse período, muitos já dominavam a língua do colonizador e podiam discutir de "igual para igual" — como chamam — a capacidade de dialogar ou debater frente a frente, mesmo que não houvesse um verdadeiro equilíbrio de poder. Agora, era o momento de também utilizar as tecnologias dos brancos, como os meios de comunicação disponíveis na época, ainda que fossem restritos para a maioria.

Os povos rionegrinos precisaram utilizar novas formas de comunicação, como a radiofonia, para fortalecer sua mobilização e enfrentar novas invasões no rio Negro nas décadas de 1970 e 1980, e também nas décadas seguintes. Nesse contexto, com acesso limitado a essas tecnologias, tornou-se um objetivo e um desejo ter acesso a esses equipamentos, o que ocorreu anos mais tarde. Não era apenas uma questão de usar as novas tecnologias, mas também de apropriá-las e adaptá-las ao contexto rionegrino. Nos primeiros anos de mobilização, o foco principal era a (re)construção das relações sociais entre os grupos, pois, como mencionado anteriormente, a chegada da Igreja e da religião havia causado rupturas na organização social do território, gerando conflitos internos que marcaram a vida das populações e permanecem vivos na memória dos mais velhos até hoje.

Para fortalecer a luta, era necessária a reafirmação das identidades étnicas e o acesso a novos conhecimentos, o que De Paula (2005) denomina como a politização dos povos indígenas. Esse foi o momento em que as comunidades e lideranças indígenas precisaram conhecer seus direitos, participar de oficinas de formação e assembleias, espaços que possibilitaram o acesso a conhecimentos essenciais para enfrentar novos contextos, como a confrontação com empresas mineradoras e outros agentes do Estado.

Os povos indígenas queriam e precisavam transmitir à sociedade brasileira que existiam e estavam presentes, como frequentemente destacou Ailton Krenak. As ondas de rádio, que ecoaram as vozes indígenas de norte a sul do país, criaram conexões entre os povos, fortalecendo e unindo a luta que travavam contra os invasores há séculos.

A partir desses anos, os povos indígenas brasileiros, independentemente das condições em que se encontravam, puderam perceber que não estavam sozinhos na luta. Através das ondas de rádio, puderam se atualizar sobre os acontecimentos em outras regiões, especialmente na Capital Federal, onde uma decisão crucial sobre seu futuro estava por vir. As novas tecnologias de comunicação conectaram territórios e uniram as forças indígenas para enfrentar desafios antigos, como o reconhecimento da existência pela sociedade brasileira e, principalmente, da sua capacidade, pois continuavam a ser vistos como “incapazes”.

Os povos indígenas foram dizimados em nome do desenvolvimento e progresso. Desde a chegada dos invasores em 1500, as terras e as riquezas que existiam e ainda existem hoje continuam a ser motivos de derramamento de sangue em várias regiões do Brasil, especialmente em territórios com conflitos causados pela demora no reconhecimento e na demarcação das terras indígenas. Sempre que avança algum projeto de lei no Congresso

Nacional, isso representa um incentivo para os invasores continuarem violando os direitos indígenas e avançando no genocídio dos povos indígenas no Brasil. Todos os anos, conforme o Relatório Violência no Campo, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), lideranças indígenas e aliados morrem por defender e lutar pelos direitos.

Nem todos os crimes cometidos nos territórios indígenas têm repercussão mundial, como foi o caso do assassinato brutal do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, ocorrido em junho de 2022, no Vale do Javari. Muitos jovens indígenas e lideranças quilombolas, como Bernadete Pacífico em agosto de 2023, morrem todos os anos sem repercussão e comoção nacional, apenas por estarem lutando e defendendo seus territórios. Uma pesquisa rápida no Google Imagens, com a frase “líder indígena é assassinado”, revela imagens e notícias de mortes mais recentes. Muitas lideranças são vítimas do sistema opressor e da colonização que persiste na sociedade, como o caso do Cacique Galdino Pataxó, queimado vivo na rua por cinco jovens da classe média em abril de 1997, em Brasília. Até hoje, os criminosos continuam impunes.

A resistência indígena é, de fato, uma luta pela sobrevivência. Lideranças indígenas precisam sair de seus territórios para acampar em Brasília e cobrar o cumprimento de seus direitos, tornando-se alvos de forças políticas e econômicas que veem a luta indígena e o reconhecimento de seus direitos originários como um obstáculo para seus projetos e interesses econômicos.

Como uma organização nascida para fortalecer e organizar a luta indígena nacionalmente, a UNI não conseguiu avançar e atingir esses objetivos (Pappiani, 2012), mas serviu de inspiração e modelo para a criação e fortalecimento de organizações a partir do final dos anos 1980. No Rio Negro, foi criada a FOIRN em 1987, que serviu de base para a criação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira em 1989. Em Roraima, as lideranças estavam mobilizando e lutando pelo reconhecimento de seus territórios desde os anos 1970 através do Conselho Indígena de Roraima (CIR), formalizado a partir de 1990.

Essas organizações desempenharam um papel fundamental na reorganização social, no fortalecimento etnopolítico e sociocultural dos povos que representam. Por meio delas, os povos encontraram formas organizadas e institucionalizadas de resistência, promovendo protestos e mobilizações diante dos desafios enfrentados. Além disso, essas organizações implementaram os primeiros projetos de comunicação como forma de fortalecer a luta, dando voz e visibilidade à existência e resistência dos povos no território.

No caso específico dos povos indígenas do Rio Negro, a comunicação e o uso de

novas tecnologias foram essenciais para a mobilização e a luta contra os invasores e os projetos do Estado Brasileiro que ameaçavam o território. A criação da FOIRN permitiu aos povos indígenas lutar e resistir contra as invasões, ameaças e violência, buscando recuperar gradualmente a autoestima e retomar suas identidades culturais, que haviam sido dizimadas devido ao contato com o exterior. Os projetos de comunicação trouxeram às comunidades indígenas a possibilidade de possuir tecnologias de comunicação, representando autonomia, algo que não ocorria antes da formalização do movimento indígena rionegrino.

Antes da criação da FOIRN, algumas lideranças já haviam experimentado o uso da radiofonia e reconheciam o potencial dessa tecnologia para fortalecer a luta indígena. Como lembra o líder Maximiliano Correa Menezes, conhecido como Max Tukano no Rio Negro, “alguns padres nos incentivaram a usar a radiofonia para mobilizar as comunidades e levar o máximo de pessoas para participar da assembleia que criou a FOIRN. Mas estava nas mãos deles (padres), e só podíamos usar quando eles liberassem. E quando tivéssemos a oportunidade, queríamos ter nossas próprias rádios.”

Ao assumirem o controle de suas emissoras de rádio, as comunidades indígenas passaram a ter autonomia na gestão dos equipamentos, podendo compartilhar suas próprias narrativas, acessar informações de seu interesse e contar suas histórias de forma autêntica e em sua própria língua. A oralidade permitiu que informações sobre práticas culturais, crenças e conhecimentos tradicionais fossem compartilhadas de maneira autêntica, preservando a essência da cultura indígena.

Outro marco importante na história da comunicação indígena no Brasil é a criação da primeira rádio online indígena do país. A Rádio Web Yandê foi lançada em 11 de novembro de 2013, com sede no Rio de Janeiro e alcance mundial. Um dos fundadores da Rádio Yandê afirma que a emissora tem ouvintes em 190 países, o que demonstra como os programas da rádio levam a voz de muitos povos indígenas a um público global.

Outra experiência notável de apropriação tecnológica é o uso do vídeo pelos Kaiapó. Desde a década de 1980, eles utilizam tecnologias de registro audiovisual para promover o reconhecimento e a luta pelo direito de existir.

A internet nos territórios indígenas trouxe novas formas de comunicação, como as rádios online, exemplificadas pela Rádio Yandê. No Rio Negro, especificamente em SGC, a Rede Wayuri lançou, no final de 2023, a Rádio Wayuri Online, que tem alcançado e conectado indígenas rionegrinos de várias partes do país.

Em suma, a história da comunicação indígena no Brasil é marcada por momentos

significativos, como os mencionados acima, que incluem as primeiras mobilizações indígenas e a criação das primeiras organizações indígenas para reafirmar e organizar a luta que vinha ocorrendo desde 1500. Pela primeira vez na história do país, as lideranças indígenas contaram com o apoio de uma parte significativa da sociedade brasileira, especialmente de intelectuais e juristas, que foram fundamentais na elaboração das propostas incluídas na Constituição Federal de 1988.

A comunicação indígena surgiu para afirmar a presença dos povos indígenas e transmitir a mensagem de que eram originários e filhos da terra. Os primeiros comunicadores indígenas foram as próprias lideranças, algumas das quais se destacaram pela habilidade de articulação e oratória, como é o caso de Ailton Krenak, que se tornou porta-voz de inúmeras lideranças que iam a Brasília para exigir o reconhecimento de seus direitos e de suas terras.

Naquele momento da história do país, os povos indígenas estavam diante de uma oportunidade única: lutar pela inclusão de seus direitos na Constituição Federal ou arriscar perder tudo, inclusive seu futuro. Nesse contexto, as ondas de rádio se mostraram uma alternativa eficaz para amplificar suas vozes, que até então não eram ouvidas ou não tinham espaços adequados para se manifestar. O Programa do Índio representa um marco histórico na comunicação indígena e no uso das novas tecnologias de comunicação no Brasil. Através dele, foi possível constatar que já existiam muitas vozes indígenas na rádio em vários países da América Latina.

## 2.2 COMUNICAÇÃO INDÍGENA NO RIO NEGRO CONTEMPORÂNEA, UM COMPLEXO ECOSISTEMA DE COMUNICAÇÃO

O Rio Negro, além de apresentar uma rica diversidade cultural, possui uma extensão territorial imensa, abrangendo não apenas o rio principal, mas também uma rede de comunidades indígenas e ribeirinhas espalhadas por diversos rios na região. Entre os principais afluentes estão o rio Uaupés e seus afluentes, como Tiquié, Japu e Papuri, bem como o rio Içana e seus afluentes.

Nesse contexto, cada povo desenvolveu sua própria forma de comunicação, que vai além da oralidade e da escrita, incluindo pinturas corporais, danças, gestos, sons da natureza, pássaros e outros meios não convencionais (Zanatto, 2019). Esta diversidade de tecnologias e códigos de comunicação ancestrais presentes nas culturas indígenas da região do Rio Negro reflete a riqueza e complexidade dos diferentes grupos étnicos indígenas e ribeirinhos que habitam suas margens e afluentes.

Cada uma dessas comunidades possui suas próprias tradições, línguas, cosmovisões e modos de vida que se entrelaçam de maneira única, contribuindo para um cenário culturalmente diversificado e vibrante (Santos, 2019). Comunidades indígenas como os Tukano, Tuyuka e Baniwa possuem visões de mundo e práticas culturais distintas, influenciadas pela sua relação ancestral com o ambiente, os espíritos e os ciclos da vida na Amazônia.

Essa diversidade cultural se manifesta nas formas de comunicação utilizadas por esses povos. Além da fala e da escrita, que podem variar entre diferentes línguas indígenas e o português, as comunidades do Rio Negro empregam uma variedade de meios não convencionais para se comunicar (Garnelo, 2019). Por exemplo, rituais cerimoniais como o Yurupari, praticado pelos Tukano, Baniwa e outros grupos, envolvem danças, cantos e representações simbólicas que são formas de transmitir conhecimento, valores e histórias ancestrais. Os mitos e narrativas também desempenham um papel crucial na comunicação indígena, sendo transmitidos oralmente de geração em geração para preservar a identidade cultural e o conhecimento tradicional.

Além disso, Garnelo (2019) ressalta que práticas cotidianas como a produção de artesanato, a preparação de alimentos tradicionais, a construção de moradias e o manejo dos recursos naturais também são veículos importantes de comunicação nas comunidades ribeirinhas e indígenas. Através dessas atividades, são transmitidos conhecimentos sobre técnicas ancestrais, relações com o meio ambiente, vínculos familiares e comunitários, e valores éticos que orientam a vida em sociedade e na comunidade.

A interação comunicativa nessas comunidades vai além das palavras, abrangendo gestos, expressões faciais, posturas corporais e outros elementos não verbais que complementam e enriquecem a comunicação interpessoal. Essa diversidade de formas de comunicação reflete a profunda conexão entre a cultura, a identidade e a comunicação nas comunidades do Rio Negro, evidenciando a importância de uma abordagem intercultural e respeitosa para compreender e valorizar essa complexidade.

Mesmo com o avanço das tecnologias em muitas regiões, as trocas de mensagens em áreas específicas da Amazônia ainda dependem dos rios e da navegação para o transporte de recados ou koekato, como são conhecidos pelos Baniwa. Esses recados e mensagens são repassados oralmente, sendo levados de uma pessoa para outra por meio de um intermediário que "transporta" a informação. O rio não apenas serve como via de transporte, mas também como fonte de sustento e canal para a comunicação.

Enquanto a telefonia e a internet ainda não alcançam todos os lugares, é necessário

recorrer à canoa ou voadeira para entregar recados ou conversar pessoalmente (Zanatto, 2019). Nesse contexto, as vias fluviais são partes importantes do transporte da mensagem, funcionando como um mecanismo vital para a circulação da informação no território.

A extensão territorial do Rio Negro e sua região circundante apresentam desafios significativos em termos de comunicação devido à vastidão das áreas cobertas e à diversidade de comunidades dispersas ao longo de seus afluentes. As distâncias geográficas substanciais entre as comunidades, muitas delas acessíveis apenas por vias fluviais, tornam a comunicação presencial e a entrega de mensagens um processo complexo e demorado. Além disso, a infraestrutura de comunicação nessas áreas é muitas vezes limitada, com acesso restrito à telefonia fixa, internet e outras tecnologias de comunicação modernas. Em 2020, a chegada da pandemia evidenciou esse desafio imposto pelas condições geográficas do território.

Esses desafios têm um impacto direto no desenvolvimento de estratégias eficazes de comunicação, que devem ser consideradas pelas organizações indígenas, como a FOIRN. A falta de infraestrutura de telecomunicações, por exemplo, dificulta a disseminação rápida e abrangente de informações importantes, como alertas de emergência, notícias relevantes e orientações de saúde pública. Isso pode resultar em atrasos na resposta a crises e na falta de acesso equitativo à informação para todas as comunidades da região.

Ao adotar uma perspectiva ecossistêmica, é importante compreender que a comunicação não é um fenômeno isolado, mas sim um processo que envolve um ambiente cultural que influencia a criação, circulação e significação das mensagens. Esse ambiente é constituído por uma rede de interações entre diferentes sistemas que, apesar de distintos, dependem uns dos outros para coexistir (Pereira, 2011). Nesse ecossistema, as trocas comunicacionais ocorrem em um ambiente repleto de elementos complexos e inter-relacionados, exigindo uma compreensão aprofundada das relações entre os diferentes sistemas que dão vida às práticas comunicativas (Zanatto, 2019).

Para superar esses desafios, é crucial adotar uma abordagem sistêmica que leve em consideração não apenas as limitações infraestruturais, mas também as características culturais, sociais e econômicas específicas de cada comunidade. Estratégias que integrem tecnologias de comunicação modernas, como telefonia móvel e internet via satélite, com práticas tradicionais de comunicação são fundamentais para possibilitar a disseminação de informações e o engajamento das comunidades.

Mesmo com o avanço das tecnologias de comunicação, como a presença nos territórios digitais e o uso de aplicativos de mensagens, esses avanços não substituem práticas tradicionais, como a rádio cipó e as conversas presenciais. Durante a pandemia, a radiofonia

foi considerada a forma mais eficiente de repassar informações sobre a doença às comunidades indígenas (Zanatto, 2019).

O fortalecimento da rede de radiofonia — através da aquisição de novas estações, da ampliação dos pontos de internet nas comunidades indígenas do Rio Negro durante a pandemia de COVID-19 e do uso dos códigos e transmissões sobre a medicina tradicional nas próprias línguas — demonstrou como a combinação de tecnologias modernas e práticas tradicionais de comunicação foi fundamental para transmitir informações qualificadas entre as comunidades. Isso possibilitou a integração dessas comunidades por meio das redes de comunicação existentes no território. Além disso, as novas tecnologias de comunicação estão moldando novas formas de estar presente no território (Handan, 2023).

O ecossistema de comunicação indígena do Rio Negro é marcado pela coexistência entre práticas tradicionais e avanços tecnológicos, refletindo a complexidade única desse território. A valorização da oralidade e das línguas locais torna essa região um ambiente singular do ponto de vista da comunicação indígena, onde se adicionam a diversidade e o multilinguismo dos 23 povos indígenas que habitam o território. A compreensão dessa complexidade requer uma abordagem ecossistêmica que considere as interações entre os diferentes sistemas presentes e que coexistem nesse contexto singular, chamado Rio Negro, onde os rios são os principais caminhos por onde a comunicação e as informações precisam circular, ou melhor, navegar para chegar ao destino, que ainda é uma realidade para muitas comunidades indígenas.

### 2.3 A ETNOCOMUNICAÇÃO, ETNOMÍDIA E COMUNICAÇÃO ANCESTRAL INDÍGENA

Desde a chegada dos colonizadores portugueses em 1500, os povos indígenas enfrentaram uma série de tragédias que culminaram em um genocídio persistente. Esse genocídio se manifestou de várias formas ao longo da história, incluindo massacres diretos, disseminação de doenças introduzidas pelos colonizadores, deslocamento forçado de terras ancestrais e políticas de assimilação cultural violentas. Esses eventos resultaram na morte de milhares de indígenas ao longo dos séculos (Will, 2014).

Os motivos por trás desse genocídio, conforme o mesmo autor, são complexos e multifacetados. Inicialmente, os colonizadores buscavam explorar as riquezas naturais das terras ocupadas pelos povos indígenas, resultando em conflitos violentos e no despojo de recursos fundamentais para a subsistência desses povos. Além disso, a visão eurocêntrica de

superioridade cultural levou à desvalorização e demonização das culturas indígenas, justificando assim práticas de extermínio e dominação. Um ponto crucial na história do genocídio indígena foi o período colonial, marcado pela escravização em massa, abusos sistemáticos e apropriação indébita de terras (Oliveira, 2018).

A exploração desenfreada dos recursos naturais, aliada à disseminação de doenças como varíola e gripe, resultou em epidemias devastadoras que dizimaram comunidades inteiras. Mesmo após a independência do Brasil e a promulgação de leis que teoricamente protegiam os direitos indígenas, as práticas genocidas persistiram, muitas vezes mascaradas sob a égide do progresso e do desenvolvimento (Will, 2014).

A exploração econômica das terras indígenas, a invasão de territórios por fazendeiros e empresas, a negligência na prestação de serviços básicos de saúde e educação e a violência sistemática perpetrada por grupos interessados em usurpar as terras indígenas são exemplos contundentes dessa realidade. Quando o resultado do Censo 2022 foi divulgado, líderes e organizações indígenas demonstraram satisfação pelo fato de a população indígena ter ultrapassado a marca de um milhão de habitantes. Sônia Guajajara, do Ministério dos Povos Indígenas, lembrou que, anos atrás, muitos indígenas preferiam não se identificar como tal para evitar perseguições, mas hoje se sentem à vontade para se declarar, mesmo que, em muitos casos, corram risco de vida.

Alguns analistas atribuem o aumento gradual da população indígena a mudanças na metodologia do censo. Outros enfatizam o papel crucial desempenhado pela mobilização das lideranças e organizações indígenas, que asseguraram que o censo abrangesse os territórios indígenas, como no caso da população Yanomami, cuja contagem exigiu esforços especiais para que o IBGE conseguisse alcançar suas aldeias remotas.

Uma das principais mudanças na metodologia do censo foi a inclusão da autodeclaração étnico-racial, permitindo que os indivíduos se identificassem como indígenas, algo que antes não era tão incentivado devido a questões históricas de perseguição e discriminação (Jesus, 2020). Além disso, houve uma abordagem mais abrangente e específica para áreas remotas, com estratégias direcionadas para alcançar comunidades indígenas em regiões de difícil acesso, como o uso de equipes capacitadas e o envolvimento de líderes locais na coleta de dados. Essas mudanças contribuíram significativamente para um censo mais inclusivo e representativo da diversidade étnica e cultural do Brasil, especialmente em relação à população indígena.

O processo histórico de reconstrução e reorganização dos povos indígenas foi impulsionado por novas formas de organização e luta, que integraram tanto práticas

tradicionais quanto tecnologias modernas. As organizações indígenas, surgidas a partir da década de 1970, desempenharam um papel fundamental nesse processo, funcionando como pilares de representação e plataformas para a mobilização. A criação e expansão de redes comunicacionais permitiram uma troca mais eficiente de informações e a coordenação de ações coletivas, fortalecendo as estratégias de resistência. Essas redes são essenciais para compreender as lutas indígenas contemporâneas, pois facilitam a auto-organização e promovem a união e a solidariedade entre diferentes comunidades indígenas, amplificando suas vozes e demandas (Fonseca, 2021).

As redes comunicacionais construídas ao longo dos anos e a apropriação de ferramentas e tecnologias de comunicação tornaram-se essenciais para a disseminação de informações sobre assuntos de interesse e para as trocas de saberes entre os indígenas. A produção de conhecimentos e a conscientização sobre direitos e o acesso a eles têm sido protagonizadas pela juventude e pelas mulheres por meio de diversas plataformas e canais, como rádios, podcasts, radiofonia, audiovisual e redes comunitárias de internet, bem como através de espaços sociais de transmissão dentro dos territórios. Isso ocorre porque poucos conseguem ter acesso a dispositivos para acessar os canais e plataformas digitais.

A chegada da internet às comunidades indígenas foi um processo gradual, impulsionado por iniciativas governamentais, ONGs e pelos próprios esforços das comunidades. Entre as políticas públicas destacam-se o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que buscou expandir a infraestrutura de internet para áreas remotas, incluindo territórios indígenas, instalando antenas de satélite e redes de fibra óptica. Algumas ONGs e instituições acadêmicas, como o Instituto Socioambiental (ISA) com a Rede Povos da Floresta, forneceram recursos e treinamento, capacitando jovens indígenas no uso de tecnologias digitais (Resende, 2016).

A juventude indígena desempenhou um papel essencial nesse processo, promovendo o uso da internet para fins educacionais, culturais e políticos. A formação de redes comunitárias de internet, muitas vezes geridas localmente, garantiu o acesso contínuo e ampliado. As rádios comunitárias, que já eram vitais antes da internet, expandiram seu alcance com transmissões online, aumentando a interação e a disseminação de conteúdos relevantes para a comunidade (Leite, 2017).

A ampliação do acesso à internet permitiu que as comunidades indígenas utilizassem plataformas digitais para educação, preservação cultural, mobilização política e defesa de seus direitos, fortalecendo o espaço de representação e produção indígena por meio do que é chamado de "etnomídia". Esse conceito se refere à comunicação produzida pelos e para os

próprios indígenas (Tupinambá, 2016).

Segundo a comunicadora e jornalista indígena Renata Tupinambá, o conceito de etnocomunicação ou etnomídia está conectado ao empoderamento cultural e étnico, possibilitado pela apropriação e produção midiática pelas populações subalternizadas. Essas comunidades utilizam os recursos comunicacionais a partir de suas próprias perspectivas e pontos de vista étnico-culturais, promovendo uma descolonização dos meios de comunicação e transformando-se em seus próprios interlocutores. Uma das características da etnomídia é a apropriação dos espaços e meios de produção de conteúdo e sua distribuição.

Outro aspecto da etnomídia está relacionado à ideia de uma comunicação anticolonial, caracterizada por ser desenvolvida pelos povos indígenas para reescrever suas próprias histórias a partir de suas narrativas e cosmovisões, desconstruindo estereótipos construídos ao longo dos séculos pelo pensamento e pela prática colonial. Conforme Santi (2020), essa prática comunicacional refere-se aos meios de comunicação criados e geridos por grupos étnicos, com o objetivo de preservar e promover suas culturas, línguas e tradições.

A etnocomunicação, por sua vez, é a prática de usar esses meios de comunicação para fortalecer a identidade cultural e política de um grupo, promovendo a autorrepresentação e a resistência contra narrativas dominantes. Ou seja, ela parte da comunicação comunitária e, além de contribuir para a preservação das identidades culturais, busca ser uma alternativa à comunicação hegemônica praticada e imposta pela grande mídia.

O "Programa de Índio", criado na década de 1970 pela UNI, teve como uma de suas características a etnomídia, que serviu como espaço e alternativa para que as lideranças indígenas levassem informação para os territórios indígenas. Isso foi uma resposta à marginalização dos povos indígenas nos meios de comunicação convencionais. Houve um esforço consciente para utilizar e se apropriar das tecnologias de comunicação como uma ferramenta de luta e resistência, garantindo que os povos indígenas tivessem uma voz própria na arena pública, contrabalançando a desinformação e os estereótipos perpetuados pela mídia hegemônica.

A Rádio Yandê, criada em 2013, é um exemplo de etnomídia. Ela se caracteriza por oferecer conteúdo político, educacional e étnico, com a proposta de transmitir o modo de vida tradicional indígena em formato digital, promovendo a difusão da cultura indígena através da ótica tradicional dos povos indígenas, enquanto utiliza a velocidade e o alcance proporcionados pela tecnologia e pela internet.

O próprio nome da rádio, "Yandê", que significa "nossa" na língua geral (Nheengatu), traduz e reflete o espírito coletivo e inclusivo da rádio, feita para "você" e "todos nós", como

ocorre com a maioria das rádios online e outros meios de comunicação construídos e mantidos pelos povos indígenas. Um exemplo é a Rede Wayuri, o coletivo de comunicadores indígenas do Rio Negro, onde "Wayuri" significa trabalho coletivo, destacando o espírito de coletivismo como uma das características centrais da etnomídia.

No Rio Negro, um exemplo de etnomídia desenvolvido pela FOIRN foi a criação do Programa Vozes do Rio Negro na rádio municipal de São Gabriel da Cachoeira, lançado no ano 2000, como relata Domingos Barreto, liderança do povo Tukano e vice-presidente da FOIRN na gestão 2001-2023, em entrevista concedida a mim no dia 14 de setembro de 2023. Segundo ele: “Queríamos levar informação e notícias de parente para parente. Por isso, em muitos casos, os conteúdos eram feitos nas próprias línguas indígenas”. O programa foi considerado um sucesso, mas acabou sendo interrompido algumas vezes a partir de 2005, até ser desativado em 2017, por falta de espaço na grade da programação da rádio, devido a divergências políticas com o gestor municipal, um prefeito indígena contrário ao movimento indígena, como será detalhado no último capítulo.

Outra iniciativa mais recente, que será melhor explicada no próximo capítulo, é a rádio Wayuri Online, um dos projetos da Rede Wayuri, lançada em novembro de 2023, que mantém uma programação voltada para levar informações tanto para indígenas dentro do território quanto para fora dele. Todas essas experiências mencionadas têm como base a comunicação anticolonial, que é também uma característica fundamental da etnomídia.

Segundo Maldonado, Velásquez e Rojas (2015), a comunicação anticolonial está inserida em uma produção de sistemas de pensamento que valorizam o ser humano e a natureza, reconhecendo o outro e superando as diferenças. Este tipo de comunicação possibilita uma transformação das condições de dominação, assegurando a libertação dos oprimidos. Eles denominam essa prática como “comunicação-outra” ou “outra comunicação”, em contraste com a comunicação hegemônica e colonial. Dessa forma, a etnomídia e a etnocomunicação desempenham papéis cruciais na luta dos povos indígenas por reconhecimento, autonomia e preservação cultural, ao mesmo tempo em que desafiam e desmantelam as estruturas coloniais e opressoras ainda presentes na sociedade contemporânea.

A comunicação feita pelos povos indígenas no Brasil busca tanto desconstruir estereótipos quanto compartilhar e disseminar as cosmovisões ancestrais desses povos. As novas tecnologias, cada vez mais presentes em suas vidas, oferecem formatos inovadores para a preservação, promoção e fortalecimento de suas línguas e culturas, indo além dos métodos tradicionais de registro baseados na memória e na transmissão oral. Segundo autores como

Pinto (2011), quando as novas tecnologias são apropriadas de forma consciente e participativa pelas comunidades indígenas, elas oferecem possibilidades ampliadas de expressão cultural, registro histórico e disseminação de conhecimentos tradicionais.

Isso representa uma mudança significativa na forma como as narrativas indígenas são transmitidas e preservadas, passando de uma tradição exclusivamente oral para uma combinação de métodos tradicionais e tecnologias modernas, como a internet, redes sociais, produção audiovisual e rádio comunitária, como destacado por Almeida e Barboza (2019). Essa integração dinâmica entre tradição e inovação não apenas fortalece a identidade cultural dos povos indígenas, mas também contribui para uma maior valorização e reconhecimento de suas contribuições para a diversidade cultural do Brasil.

Líderes indígenas reconhecem e incentivam o uso dessas novas tecnologias nos territórios indígenas. Álvaro Tukano, uma das lideranças participantes da fundação da FOIRN, avalia que o uso dessas tecnologias é uma oportunidade tanto para difundir a cosmologia indígena quanto para preservar a identidade por meio delas. Ele enfatiza que o acesso a informações detalhadas sobre cada aldeia fortalece a resistência dos povos indígenas, permitindo a proteção de sua identidade contra invasores, além de possibilitar a discussão de seus negócios, crenças, cerimônias, cânticos e estudos comparativos sem influências externas.

Na última década, as novas tecnologias passaram a fazer parte do dia a dia de alguns grupos indígenas no Brasil. É notável a apropriação dessas tecnologias por diversos povos indígenas, não apenas no campo da comunicação, mas também em tecnologias de ponta, usadas para a vigilância e defesa de seus territórios. Reportagens, como a publicada pelo portal de notícias Mongabay em dezembro de 2021, destacam o uso de drones e Inteligência Artificial (IA) nas Terras Indígenas Katukina/Kaxinawá, no Acre, para monitorar o território e protegê-lo contra invasões impulsionadas pelo avanço do agronegócio na região.

Em 2013, o líder Almir Suruí solicitou apoio ao Google<sup>2</sup> para obter recursos tecnológicos avançados com o objetivo de preservar e monitorar o território. Isso resultou na doação de laptops, celulares, GPS e treinamento para monitoramento e denúncia de crimes ambientais, cada vez mais frequentes no território da Terra Indígena Sete de Setembro, localizada no estado de Rondônia. O uso de recursos tecnológicos pelos povos indígenas tem crescido e se mostrado cada vez mais necessário para fortalecer sua identidade, proteger seus territórios e enfrentar desafios contemporâneos.

O uso das novas tecnologias no contexto dos desafios enfrentados pelos povos

---

<sup>2</sup> Reportagem disponível em: <https://kaninde.eco.br/tribo-paiter-surui-usa-tenoclogia-google-para-divulgar-cultura/>

indígenas, além de servir como ferramenta de expressão cultural, também se tornou um instrumento de luta, resistência e defesa de seus territórios e direitos, como enfatizam autores como Souza (2012) e Manduruku (2018).

Por meio de mídias e plataformas digitais, como rádios comunitárias e redes sociais, as comunidades indígenas têm ampliado sua capacidade de denunciar invasões territoriais, desmatamento ilegal, conflitos e violações de direitos humanos, conforme destacado por Sousa (2020). Portanto, a comunicação indígena contemporânea não se limita à preservação cultural, mas também desempenha um papel vital na defesa dos territórios e da vida dos povos indígenas.

Na última década, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o contexto político nacional forçou a formação de diversos coletivos e redes de comunicação indígena em todas as regiões do Brasil. Esses grupos, organizados principalmente por jovens e com significativa participação de mulheres — em alguns casos, sendo coletivos exclusivamente femininos —, desempenharam um papel crucial em um governo abertamente anti-indígena, que atacou e ameaçou a existência dos povos indígenas, militarizando a FUNAI, o principal órgão de promoção das políticas indigenistas no país.

Esse período foi marcado pela mobilização nacional das organizações indígenas, lideradas por comunicadores e coletivos, com campanhas como "Demarcando Telas e Ocupando Redes", lançada em 2020. Com a pandemia de COVID-19, os povos indígenas intensificaram sua mobilização por meio das redes e plataformas digitais. Em quase duas décadas de existência do Acampamento Terra Livre (ATL), 2020 foi o primeiro ano em que a maior mobilização indígena do Brasil e da América Latina ocorreu de forma totalmente remota. Toda a programação foi realizada online, através das redes sociais e plataformas digitais.

O movimento indígena brasileiro começou a utilizar a comunicação indígena como uma estratégia de luta, fortalecendo as organizações dentro dos territórios para denunciar violações de direitos, o avanço do garimpo ilegal, e continuar a principal luta: a luta pela mãe-terra e pela demarcação de terras. Durante o governo Bolsonaro, os processos de demarcação foram completamente paralisados, e até mesmo as terras já reconhecidas enfrentaram ameaças de redução e revisão.

Atualmente, conforme destaca a comunicadora e jornalista indígena Ariene Susuí, a luta indígena também se estende às redes e territórios digitais: "Ocupar os territórios digitais é importante para mostrar quem somos e para defender nossos direitos e territórios", afirmou

ela em sua conta no Instagram, em abril de 2024, durante a realização do ATL em Brasília.

A etnomídia emerge como uma resposta à mídia branca e colonial, na qual as vozes e representações indígenas não têm espaço. Em busca desse protagonismo nas mídias, alguns comunicadores indígenas estão trilhando caminhos nos espaços digitais, onde ecoam suas vozes além dos territórios indígenas. Na última sessão deste trabalho, será abordado como jovens comunicadores indígenas têm conquistado espaços e visibilidade nas plataformas digitais, como é o caso de um jovem comunicador do povo Xavante, que ficou conhecido por produzir conteúdos voltados à desconstrução de narrativas e estereótipos criados pela colonização e pelo pensamento colonial, que ainda persiste. Em entrevista concedida à Revista Trip<sup>3</sup>, concedida no dia 17 de outubro de 2020, Cristian Wariu diz encarar como missão pessoal, impulsionada por sua influência nas redes, a promoção da convivência harmoniosa entre os povos indígenas. Ele afirma:

Minha missão ao produzir conteúdo indígena sempre foi e sempre será melhorar a convivência com os povos indígenas, desconstruir estereótipos arraigados sobre nosso povo e dar voz não apenas a mim, mas também a outros indígenas, ocupando esses espaços para demonstrar por que somos indígenas e por que existimos.

Cristian Wariu, do povo Xavante, é reconhecido como uma voz proeminente na comunicação indígena contemporânea. Sua atuação nas redes sociais tem sido marcada por um engajamento significativo, alcançando milhares de seguidores ávidos por suas mensagens e conteúdos. Ele não apenas compartilha aspectos culturais e históricos de seu povo, mas também aborda questões atuais e desafios enfrentados pelas comunidades indígenas, contribuindo assim para uma maior conscientização e valorização da diversidade étnica e cultural do Brasil. Sua alcunha de "Guerreiro Indígena do Século XXI" reflete sua determinação em defender os direitos e a dignidade dos povos indígenas no contexto contemporâneo, utilizando as ferramentas da comunicação digital para amplificar suas vozes e narrativas (De Souza, 2020).

Além dos novos atores da etnomídia, que produzem conteúdo para desconstruir a visão atrasada e racista da sociedade sobre os povos indígenas, essa comunicação também é realizada pelas organizações indígenas. Um fenômeno interessante que tem sido notado há pelo menos duas décadas é o Acampamento Terra Livre (ATL), que passou a ser realizado anualmente desde 2004. Nesse espaço, várias conquistas e lutas foram travadas com o Congresso Nacional, o Poder Executivo e o Judiciário.

---

<sup>3</sup> Entrevista disponível neste endereço: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/cristian-wariu-um-guerreiro-indigena-do-seculo-xxi>.

Uma das principais e mais marcantes conquistas foi a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que passou a coordenar a realização do ATL, evento anual que reúne milhares de indígenas em Brasília, além de articular mobilizações contra ameaças e retrocessos nos direitos, como o recente combate ao Marco Temporal. Além da representação jurídica, a APIB mantém uma comunicação potente, conectando o que acontece na capital federal aos territórios indígenas, além de promover várias ações de comunicação que envolvem coletivos de comunicadores indígenas e colaboradores não indígenas de todo o país.

O ATL é um ato de resistência no Brasil contemporâneo, onde a programação inclui debates, rodas de conversa, apresentações culturais e, principalmente, a marcha até o Congresso Nacional, uma das marcas do evento. No evento, a etnomídia produz as narrativas indígenas para contrapor a cobertura da grande mídia, que nem sempre reporta os fatos sob a perspectiva indígena. Nesse aspecto, a etnomídia se aproxima do conceito de midiativismo, onde os comunicadores indígenas também são parte ativa da mobilização.

O midiativismo é um conceito desenvolvido a partir dos anos 2000. Eusébio (2016) contribui para o entendimento inicial do midiativismo, destacando que ele se refere à mídia ativista ou ao ativismo midiático, que utiliza a mídia e as tecnologias de comunicação em prol dos movimentos sociais e políticos. Braighi e Câmara (2018) avançam na discussão de uma das perspectivas do conceito, afirmando que o midiativismo é o exercício da resistência. Segundo os autores, para que a comunicação seja considerada midiativista, ela precisa estar na linha de frente da resistência, sendo parte integrante das ações que ocorrem diretamente nos espaços de luta e mobilização, caracterizando-se como algo que acontece nas ruas, no chão, no corpo a corpo.

Sobre a etnomídia também apresentar características de midiativismo, Ariene Susuí, a primeira indígena a obter o título de mestre em comunicação no Brasil pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), em 2022, discute em seu artigo intitulado “A comunicação feita por indígenas é o arco e flecha do século 21” que a comunicação indígena é uma forma de comunicação ativista, na qual os comunicadores indígenas participam diretamente da luta de seus povos.

Segundo Susuí, a comunicação indígena está intrinsecamente ligada à memória. Apesar de muitas perdas ao longo dos anos, como territórios, modos de vida e línguas nativas, a história e as narrativas permanecem como elementos fundamentais da comunicação indígena. Essas histórias, contadas em assembleias, reuniões e nos momentos cotidianos, são transmitidas de geração em geração, formando a base essencial dessa forma de comunicação.

Um conceito em ascensão nos discursos de comunicadores e jornalistas indígenas é o da comunicação ancestral, também discutido por Susuí em seu artigo. Segundo ela, essa prática, além de abrigar os elementos da etnomídia, traz a territorialidade e a memória como duas bases de produção. Susuí argumenta que a existência dos povos indígenas nos territórios e a preservação de sua memória são essenciais para uma comunicação ancestral, que deve ser uma prática comunicacional que valoriza a história, as narrativas de resistência e a memória dos ancestrais.

Outro jornalista indígena, Erisvam Guajajara, em seu artigo publicado no portal Terra, em dia 11 de abril de 2022<sup>4</sup>, corrobora os argumentos de Ariene Susuí. Ele afirma que “a comunicação é a principal arma dos povos indígenas no século 21”. Para ele, “a comunicação é uma ferramenta importante de luta para que os povos originários brasileiros manifestem suas diversidades culturais e suas batalhas pelo direito de existir. Nas redes sociais, diferentes povos indígenas conseguem chamar a atenção de instituições nacionais e internacionais para diversas questões urgentes”. Erisvam destaca um dos aspectos da comunicação proporcionada pela internet e pelas plataformas digitais: a instantaneidade.

Atualmente, muitos povos e organizações indígenas produzem seus conteúdos em tempo real, através de transmissões nas redes sociais. Essa facilidade contribui significativamente para o monitoramento dos territórios e para as denúncias de ilegalidades, pois as autoridades competentes são acionadas imediatamente. Um exemplo disso ocorreu no Rio Negro, onde balsas de garimpo que tentavam subir o rio foram prontamente denunciadas pelas comunidades conectadas à internet.

A relação entre território e comunicação indígena está profundamente enraizada na cosmovisão dos povos originários, que veem a terra como um ser vivo, com espíritos e energias presentes em cada elemento natural. Nessa perspectiva, a comunicação se integra à natureza por meio de símbolos, mitos e rituais, expressando a conexão espiritual e emocional com o ambiente. A transmissão do conhecimento ancestral ocorre de forma orgânica, estabelecendo uma ligação entre os seres humanos e o território, em uma linguagem que vai além das palavras, incorporando gestos, sons, expressões corporais e o uso de elementos naturais como formas de comunicação.

A preservação da memória e da história é um dos principais objetivos da comunicação indígena ancestral. Como enfatizado por Susuí, essa prática busca manter vivas as tradições e os saberes transmitidos ao longo das gerações. Trata-se de um sistema complexo e

---

<sup>4</sup> <https://www.terra.com.br/nos/opiniao/midia-india/comunicacao-e-a-principal-arma-de-povos-indigenas-no-seculo-21,8b9583501cafb02565aaf6940ed3eedfx7hnelez.html>

multifacetado, que transcende as barreiras da linguagem escrita e se baseia na harmonia entre seres humanos, natureza, memória e espiritualidade.

A integração da comunicação ancestral com as tecnologias contemporâneas e mídias digitais torna a comunicação indígena contemporânea única e plural, já que cada território desenvolve sua comunicação a partir das ancestralidades dos povos indígenas. Com a criação das redes de comunicação, como será abordado mais adiante, essas territorialidades comunicativas têm se conectado cada vez mais por meio do uso das novas tecnologias, como a internet.

#### 2.4 COMUNICAÇÃO EM REDE: REDES DE COMUNICADORES INDÍGENAS NO BRASIL

De acordo com Castells (1990), o formato de organização que passou a conectar pessoas e organizações, tornando as redes de relações cada vez mais complexas e multifacetadas, tem provocado mudanças significativas na forma como a sociedade se organiza, permitindo novos arranjos. Esse processo já acontece há bastante tempo nas sociedades não indígenas. No entanto, com os avanços da tecnologia nos últimos anos, tornou-se possível uma maior integração entre as ações da sociedade civil organizada, órgãos de governo e empresas privadas, possibilitando que todos participem de uma rede de relações com um objetivo comum.

Etimologicamente, a palavra "rede" origina-se do latim *rete*, *retis*, com o sentido de: teia (de aranha); rede, laço; sedução (Houaiss, 2001). Considerando o caráter polissêmico da palavra, é necessário recorrer a autores como Castells (1990) e Whitaker (1998) para entender esse conceito quando aplicado à comunicação em rede, uma prática possível através das redes sociais e comunitárias, que servem como referência de organização. Neste trabalho, buscamos relacionar esse conceito à emergência da comunicação indígena em rede, uma prática que passou a fazer parte das estratégias de comunicação de muitas organizações indígenas que compõem o movimento indígena contemporâneo, especialmente no período da pandemia da Covid-19.

O surgimento das redes e coletivos de comunicadores indígenas no Brasil marca uma nova fase da comunicação indígena no país, na qual as práticas comunicativas operam por meio de conexões entre indivíduos — os comunicadores — e territórios, revelando-se como uma nova forma de manter relações de contato, troca, produção e circulação de informações. Comunicar em rede passou a representar novas formas de comunicação que fortalecem a

resistência indígena, tornando os comunicadores protagonistas da etnomídia na produção e circulação de informações e conhecimento dentro desses espaços.

Em artigo, Ray Baniwa *et al.* (2022, p. 141) corroboram as afirmações dos comunicadores e jornalistas indígenas Ariene Susuí e Erisvam Guajajara, ao afirmar que a comunicação é um instrumento de luta dos povos indígenas. Quando realizada através de redes, essa prática é potencializada para enfrentar e combater problemas antigos. Embora a comunicação indígena tenha emergido na década de 1970, foi apenas nos últimos sete anos que os povos indígenas, liderados pela juventude e pelas mulheres, começaram a formar suas próprias redes de comunicação no Brasil.

Como afirma Castells (1999), as redes já existentes ganharam nova vida em nosso tempo, transformando-se em redes de informação energizadas pela internet. É válido considerar que as práticas de comunicação ancestrais adquiriram novos contornos com a chegada das novas tecnologias de comunicação, especialmente a internet.

Atualmente, as tecnologias antecedem, sucedem e mantêm as relações, criando memória e identidade, além de ampliar as redes. Como estrutura organizacional, as redes apresentam vantagens extraordinárias como ferramentas de organização, devido à sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes — uma característica essencial para sobreviver e prosperar em um ambiente de rápida mudança. Para Francisco Whitaker (1998), uma estrutura em rede corresponde também ao que seu próprio nome indica, em que seus integrantes se ligam horizontalmente aos demais, diretamente ou através dos que os cercam. Segundo ele:

Conjunto de resultante é como uma malha de múltiplos, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nodos podem ser considerados principal ou central, nem representantes dos demais. Não há chefe, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo (Whitaker, 1998).

A comunicação em rede tem desempenhado um papel fundamental na conscientização e no fortalecimento das populações indígenas no Brasil. Através de iniciativas como a Rede Wayuri, Rede Wakway, Mídia Nativa On (MNO) e outras redes de comunicadores indígenas, busca-se combater a disseminação de informações falsas, promover a conscientização sobre questões de saúde e bem-estar, além de dar voz e visibilidade às comunidades indígenas em todo o país.

Castells (2003) considera que a comunicação em rede é um fenômeno central na sociedade contemporânea, pois possibilita a conexão e a interação entre diferentes atores sociais, incluindo grupos marginalizados como as populações indígenas. Para o autor, as redes de comunicação têm o potencial de fortalecer identidades culturais e promover a participação

política e social desses grupos diversos. Jenkins (2008) ressalta a importância das redes de comunicação na construção de narrativas alternativas e na promoção da diversidade cultural. Para Jenkins, as redes de comunicação oferecem espaços para que diferentes vozes e perspectivas sejam ouvidas, contribuindo para a valorização e preservação das culturas indígenas.

Peres (2003) concorda com os autores citados e destaca a importância da comunicação institucional no fortalecimento das organizações indígenas e na promoção da circulação de informações sobre os movimentos e trabalhos realizados por essas organizações. A comunicação em rede pode potencializar essas práticas.

Figura 3 – 1º Encontro de Jovens Comunicadoras e Comunicadores Indígenas, promovido pela Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul). A oficina criou a primeira rede de comunicadores indígenas da região Sul



Fonte: CIMI

A criação da Rede Wayuri no Rio Negro, em 2017, representou uma resposta estratégica da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e do Instituto Socioambiental (ISA) diante do avanço da desinformação nas comunidades indígenas dentro do território. Através dessa iniciativa, jovens comunicadores indígenas têm sido capacitados para produzir e disseminar informações sobre a luta das populações indígenas, combatendo a desinformação na região onde vivem 23 povos indígenas.

Além da Rede Wayuri, outras iniciativas de comunicação comunitária têm surgido em

diferentes regiões do Brasil, como a Rede Wakway, em Roraima (RR), e outras redes que estão se formando na Amazônia e em outros biomas brasileiros. No sul do país, comunicadores indígenas estão se organizando em redes, apoiados e incentivados pela Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), em parceria com a APIB, e pela Mídia Nativa On (MNO).

Durante a pandemia de Covid-19, as redes e os coletivos de comunicadores indígenas desempenharam um papel crucial na conscientização sobre cuidados e orientações sanitárias, na valorização da medicina tradicional e na importância da vacinação. Além disso, esses grupos foram responsáveis por promover campanhas de arrecadação de recursos para garantir alimentos e kits de higiene a diversas comunidades indígenas no período mais crítico da pandemia. Essas iniciativas ocorreram no Rio Negro, em Roraima, no Pará e em outras regiões do país, onde uma das principais frentes de atuação no período pandêmico foi a comunicação.

Nesse sentido, fortalecer e consolidar esses coletivos e redes é de extrema importância diante do cenário desafiador em que as populações indígenas se encontram, onde a comunicação tornou-se um dos principais campos de luta dos povos indígenas. Com o advento da internet e das novas ferramentas tecnológicas informacionais, a comunicação indígena ganhou ainda mais relevância. A presença na internet e o domínio das novas tecnologias passaram a ser tão importantes quanto as tecnologias ancestrais que guiaram esses povos até aqui. A valorização e o fortalecimento dessas iniciativas são fundamentais para garantir a representatividade e a autonomia das comunidades indígenas em todo o Brasil.

### **3 COMUNICAÇÃO A PARTIR DA FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO (FOIRN) – PROJETOS E PROCESSOS EM CONSTRUÇÃO**

Neste capítulo, faremos uma breve apresentação da região conhecida como Rio Negro, território onde foram e continuam a ser desenvolvidos os projetos de comunicação apresentados neste trabalho. Também será feita, de forma resumida, uma descrição da diversidade dos povos indígenas do Rio Negro e do processo histórico de contato com não indígenas, que causou impactos e transformações profundas na cultura, no modo de vida e na organização sociopolítica da região. Esse processo tem se moldado ao longo dos anos, adaptando-se conforme as necessidades e os contextos vivenciados pelos povos indígenas.

Atualmente, o movimento indígena organizado é representado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), criada em 1987, que atua em três municípios da região do Rio Negro: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Dados de 2023, extraídos do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) Wasú, contabilizam 91 associações filiadas e cinco Coordenadorias Regionais (ver mapa abaixo), todas integradas à Federação. Entre as organizações indígenas regionais da Amazônia e do Brasil, a FOIRN é considerada uma das maiores e mais reconhecidas instituições de representação política dos povos indígenas.

Vários autores já produziram trabalhos sobre o movimento indígena do Rio Negro. Como não é nosso objetivo aprofundar a análise sobre esse tema, indicamos, para leitura, as produções de autores como Jackson (1993, 1995), Athias e Chagas (1999), Pereira (2001), Garnelo (2002, 2004), Peres (2003), Luciano (2006), Soares (2012), Andrello (2009, 2012), entre outros.

Figura 4 – Região conhecida como Rio Negro, abrange três municípios, a atual organização política dos povos indígenas em coordenadorias regionais que são ligadas a FOIRN, são cinco coordenadorias regionais: Nadzoeri – regio do Içana; CAIBARNX - TI Balaio, Alto R



Fonte: PGTA/FOIRN

De forma resumida, a partir dos estudos de Soares (2012), observa-se que a proposta de estrutura organizacional está baseada em um modelo de organização horizontal, no qual as lideranças representantes são eleitas democraticamente a cada quatro anos. O processo eleitoral permite que as lideranças eleitas para o cargo de diretor representante possam ser reeleitas ou que novas lideranças sejam escolhidas. Ao longo do tempo, a organização e sua estrutura institucional foram sendo moldadas, sempre orientadas pelo Estatuto Social, que define seus objetivos, sua missão e seus espaços de decisão. Entre os principais espaços de decisão estão a Assembleia Geral e o Conselho Diretor. É nesses espaços, durante as assembleias, que podem ser demandadas atualizações ou mudanças no Estatuto Social.

### 3.1 RIO NEGRO, LOCALIZAÇÃO E SEUS POVOS

A região do Rio Negro está localizada no extremo noroeste do estado do Amazonas, abrangendo três municípios: Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Nessa região, povos indígenas habitam há milhares de anos, conforme narrativas de origem dos próprios habitantes locais e corroboradas por descobertas arqueológicas, como a mais recente, realizada em 2022 por estudantes do curso de Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e pelo projeto Parinã, que reúne história, narrativas, cartografia e conhecimentos indígenas.

Na região do Rio Negro, vivem 23 povos indígenas: Arapaso, Makuna, Mirity-Tapuya,

Bará, Barasana, Desana, Karapanã, Kubeo, Pira-Tapuya, Siriano, Tariana, Tukano, Tuyuca, Kotiria, Hupdah, Yuhupde, Dow, Nadöb, Baniwa, Koripako, Baré e Werekena. Esses povos pertencem a três famílias linguísticas: Tukano, Aruak e Maku. O modo de vida e a ocupação sofisticada desses povos fazem com que o território seja um dos mais preservados da Amazônia brasileira. São mais de 750 comunidades e sítios localizados às margens do Rio Negro e de seus principais afluentes: Uaupés, Içana e Xié (FOIRN, 2022).

O Rio Negro é uma região transfronteiriça, com várias comunidades indígenas dos povos mencionados acima também habitando o lado colombiano e venezuelano. Acima de São Felipe (Colômbia) e São Carlos (Venezuela), o Rio Negro passa a ser chamado de Guanía.

O censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que, no Rio Negro, dois municípios estão entre os que possuem a maior população indígena do país: Santa Isabel do Rio Negro (96,2%) e São Gabriel da Cachoeira (93,2%). Esse fato se deve às ações e projetos de valorização da identidade cultural desenvolvidos nos últimos anos, especialmente na região do Médio Rio Negro, pelas organizações indígenas de base e pela FOIRN, que têm atuado em eixos temáticos como Valorização Cultural, Fortalecimento da Economia Sustentável Indígena, Garantia de Segurança Alimentar, Fortalecimento das Associações Indígenas, Direitos Indígenas e Gestão Territorial.

Como resultado da luta pelos direitos territoriais, o território do Rio Negro atualmente abrange 12 terras indígenas: oito terras homologadas – Alto Rio Negro, Balaio, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Apapóris, Rio Tea, Uneixi e Yanomami (parte); duas terras declaradas – Jurubaxi-Tea e Cué-Cué Marabitanas; e duas terras em processo de identificação – Baixo Rio Negro I e Baixo Rio Negro II. Em abril de 2024, a FUNAI divulgou a constituição de Grupos Técnicos (GTs) para estudos de seis terras indígenas localizadas na Amazônia, sendo uma dessas a Terra Indígena Baixo Rio Negro e Rio Caurés (PGTA-FOIRN, 2022).

Figura 5 – Quando de Terras Indígenas da região do Rio Negro, elaboração FOIRN/2022.

Terra Indígena (TI)	Extensão em hectares	Situação jurídica
Alto Rio Negro	8.026.994,80	Homologada em 1998
Médio Rio Negro I	1.808.390,85	Homologada em 1998
Médio Rio Negro II	317.610,47	Homologada em 1998
Rio Apaporis	108.258,82	Homologada em 1998
Rio Téa	415.433,93	Homologada em 1998
Balaio	261.400,24	Homologada em 2009
Uneixi (com ampliação)	553.125,69	Declarada em 2006
Cué-Cué Marabitanas	788.826,94	Declarada em 2013
Jurubaxi-Téa	1.212.199,98	Declarada em 2017

Fonte: PGTA/FOIRN

As primeiras cinco terras indígenas demarcadas no território do Rio Negro foram estabelecidas em meados da década de 1990, como resultado da articulação e luta nos primeiros anos de atuação da FOIRN. Esse período está diretamente relacionado ao aumento do número de radiofonias nas comunidades indígenas, tema que será abordado mais adiante. Outras terras indígenas foram conquistadas após o ano de 2000, em grande parte devido ao contexto da política indigenista no Brasil.

Durante a gestão de Jair Bolsonaro, um governo abertamente anti-indígena, o presidente declarou que não demarcaria "nenhum centímetro de terra indígena" e cumpriu essa promessa. Isso resultou no enfraquecimento da FUNAI, com cortes de recursos e a nomeação de pessoas publicamente contrárias à causa indígena para comandar o órgão, além da militarização da instituição, com a indicação de militares para assumir as coordenações regionais responsáveis pela implementação de ações nos territórios.

Para ilustrar esse contexto, basta observar a situação das principais coordenações da FUNAI nesse período. Em janeiro de 2023, foi amplamente noticiado pela mídia a exoneração de 43 coordenadores regionais, dos quais treze eram militares<sup>5</sup>. No Amazonas<sup>6</sup>, começando por Manaus, a coordenadoria da FUNAI era comandada pelo tenente-coronel Francisco de Souza Castro. Na região do Alto Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira, a coordenação regional estava sob o comando do subtenente Feliciano Borges Neto. No Alto Solimões, no município de Tabatinga, o coordenador regional era o fuzileiro naval Jorge Gerson Baruf.

Apesar do contato com não indígenas ao longo dos séculos ter causado perdas físicas e culturais, os povos indígenas da região do Rio Negro possuem um profundo conhecimento do

<sup>5</sup> <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/24/governo-lula-exoneracoes-funai-tragedia-yanomamis.htm>.

<sup>6</sup> <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/01/24/coordenadores-da-funai-no-am-sao-exonerados-dos-cargos.ghtml>

seu território, da floresta e de suas propriedades medicinais, bem como técnicas tradicionais de caça, pesca e um complexo sistema agrícola, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Imaterial do Brasil desde 2010. Cada um desses povos tem suas próprias formas de organização social e política, baseadas em sistemas de parentesco, lideranças comunitárias e cerimoniais tradicionais.

Com a criação da FOIRN, esses povos também passaram a se apropriar do associativismo, um formato de organização política e jurídica que visa lutar pelo acesso às políticas públicas e recursos financeiros de fundos e editais, promovendo ações consideradas prioritárias dentro dos seus PGTAs. A preservação dessas tradições é fundamental para a manutenção da identidade cultural e do modo de vida desses povos.

Apesar do reconhecimento das terras indígenas na região do Rio Negro, do fortalecimento político através das organizações de base, das coordenadorias regionais e da FOIRN, os povos indígenas rionegrinos continuam a enfrentar diversos desafios. Estes incluem as pressões externas sobre seus territórios, propostas legislativas no Congresso Nacional que impactam diretamente essas pressões, e ações de políticos locais e estaduais que promovem a exploração de recursos naturais. Além disso, há a presença de garimpeiros ilegais e narcotraficantes nos territórios, e os impactos das mudanças climáticas, cada vez mais evidentes na região, como cheias e secas severas, como as ocorridas no final de 2023, que afetaram diretamente várias comunidades e cidades na Amazônia, impactando especialmente as populações ribeirinhas e os povos indígenas.

A promulgação do Marco Temporal pelo Senado Federal representa uma ameaça direta aos povos indígenas no Brasil. Essa medida se traduz no aumento de invasões dos territórios e mortes de lideranças indígenas, uma vez que muitos povos ainda não conseguiram a demarcação de suas terras e são as principais vítimas dessa violação de direitos. Essa tese foi considerada inconstitucional pelo STF, que rejeitou a proposta por 9 votos a 2 no dia 21 de setembro de 2023<sup>7</sup>. Segundo as lideranças indígenas, o marco temporal é considerado o mais grave ataque aos direitos dos povos indígenas. A jovem liderança Txai Suruí alertou sobre essa questão em uma entrevista<sup>8</sup>, concedida para a Revista Veja, no dia 21 de janeiro de 2022:

---

<sup>7</sup> STF derruba tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552#>

<sup>8</sup> Txai Suruí: “Lutamos para não perder os direitos que já temos”, entrevista disponível em: <https://veja.abril.com.br/ideias/txai-suru-i-lutamos-para-nao-perder-os-direitos-que-ja-temos/>

Lutamos para não perder os direitos que já temos. [...] As redes sociais são um instrumento de luta. A gente usa como forma de proteção da nossa cultura. Tradicionalmente, passamos o conhecimento de forma oral. Mas hoje, podemos gravar um vídeo de uma história que meu pai está contando. E ela não será perdida nunca mais. Meu filho um dia vai poder ouvir a história que o avô contou. Também usamos como maneira de denunciar o que está acontecendo aqui. (Txai Suruí, entrevista para Revista Veja, em 21/01/2022).

A frase é de Txai Suruí, jovem ativista e liderança indígena do povo Paiter Suruí, que ganhou reconhecimento mundial após seu discurso potente e histórico durante a COP26 em Glasgow, na Escócia. A preocupação da liderança reflete o contexto atual dos povos indígenas. Ela também destaca que a comunicação e as novas tecnologias têm sido essenciais para denunciar os ataques e as violações dos direitos indígenas no Brasil.

Apesar dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu um prazo de cinco anos para o reconhecimento e demarcação de todas as terras indígenas, esse prazo não foi cumprido. Três décadas após a promulgação da Constituição de 1988, o Estado Brasileiro pouco fez para preservar e garantir a proteção dos direitos dos povos indígenas. O que se observou foram retrocessos, com muitas propostas de leis destinadas a retirar os direitos conquistados. Atualmente, as bancadas que votam contra os direitos indígenas no Congresso Nacional são majoritárias, tornando ainda mais vulneráveis as leis que protegem os povos indígenas no Brasil.

Esses fatores impactam diretamente a vida e as comunidades indígenas no Rio Negro. "Nunca foi fácil e nunca será, mas vamos continuar resistindo", disse Marivelton Baré, presidente da FOIRN, em uma das reuniões de lideranças indígenas no Rio Negro, referindo-se aos avanços das propostas que tiram ou reduzem os direitos indígenas no Brasil e à aprovação da Tese do Marco Temporal em dezembro de 2023.

Uma das lideranças indígenas que esteve presente na Constituinte, Marcos Terena, recentemente publicou em suas redes sociais uma foto de 1985 e finalizou o texto com a seguinte frase: "Sim, as lutas indígenas por respeito aos seus direitos e demarcação territorial não começaram agora, e não são feitas de poesia e sonhos, mas de decisão e coragem, pois o inimigo continua vivo e atual!" A frase do líder Terena reflete o contexto vivido pelos povos indígenas em vários territórios no Brasil.

Vários povos indígenas têm se fortalecido por meio de suas organizações e buscado promover a defesa de seus direitos, desenvolvendo projetos de geração de renda e sustentabilidade, fortalecendo as comunidades e formando uma nova geração de lideranças. No Rio Negro, a FOIRN e suas organizações de base, nas últimas três décadas, têm desenvolvido projetos e mobilizações no território para conscientizar e sensibilizar as

comunidades sobre a importância da preservação da natureza. Nesse sentido, destaca-se a importância de atividades de geração de renda que tragam benefícios e tenham o menor impacto ambiental possível, ao mesmo tempo em que promovam a valorização da cultura. Nesse contexto, surgiram vários projetos no Rio Negro, como o Banco Tukano, Arte Baniwa, Pimenta Baniwa e Cerâmica das Mulheres Tukano, entre outros.

A partir da elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), foram identificadas outras potencialidades no território, o que deu início aos projetos de ecoturismo e turismo de pesca comunitária. Segundo a Coordenadora do Departamento de Negócios Socioambientais da FOIRN, Luciane Mendes de Lima, atualmente há 11 projetos em andamento, sendo 9 de pesca esportiva e 2 de ecoturismo (Yaripo – TI Yanomami e Serras Guerreiras – Médio Rio Negro). Os projetos de pesca estão concentrados na região do Médio Rio Negro. Esses projetos são fundamentais para a preservação e gestão dos territórios indígenas, uma vez que, a partir deles, os conhecimentos tradicionais e o modo de vida são preservados, fortalecidos e transmitidos para as novas gerações.

A presença indígena no Rio Negro e seus modos de vida e projetos recentes têm sido fundamentais para a preservação do território, hoje um dos mais preservados da Amazônia. Em junho de 2018, o território foi reconhecido como a maior área úmida protegida do planeta, recebendo o título de Sítio Ramsar Rio Negro durante o Fórum Mundial de Águas. Esse reconhecimento é de grande importância, pois, embora não tenha efeitos jurídicos, contribui para o reconhecimento e a necessidade de preservação, fortalecendo o trabalho realizado pela FOIRN e pelas organizações de base em relação à proteção da biodiversidade e da diversidade cultural, patrimônios inestimáveis para o Brasil e para o mundo.

A preservação desse ecossistema único e o respeito aos direitos dos povos indígenas são fundamentais para garantir um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras. Especialmente no contexto atual, com a emergência climática, reconhecer o papel que os povos indígenas desempenham e respeitar seus direitos constitucionais é essencial. Sem os povos indígenas, não há território preservado, e sem floresta em pé, não há como garantir o futuro do planeta. Cabe ressaltar que, apesar de todos os acontecimentos climáticos ocorridos nos últimos anos e da confirmação pela ciência da importância das Terras Indígenas, as vozes indígenas continuam fora dos espaços de debates e decisões importantes sobre as questões climáticas (Batista, 2022).

Para ilustrar, como bem lembra Bandeira (2024), embora a COP28 (Conferência das Nações Unidas sobre o Clima) tenha sido considerada a primeira a ter um “dia dos povos

indígenas”<sup>9</sup> e tenha recebido a maior delegação indígena do Brasil e do mundo, realizada em Dubai no final de 2023, deixou de fora das mesas de negociação as questões indígenas e seus representantes. Em 2025, a COP30 foi anunciada para ocorrer no Brasil, especificamente na Amazônia, cidade de Belém<sup>10</sup>. Existem muitas dúvidas sobre se os povos indígenas terão suas vozes e demandas recebidas e consideradas nas negociações. Especialistas afirmam que a COP30 será um marco para definir se haverá uma reação eficaz para frear a crise climática ou se será a confirmação de que nada será feito para garantir nosso futuro no planeta.

No Rio Negro, um dos resultados dessa mobilização indígena e luta pela preservação e valorização cultural foi o reconhecimento das línguas indígenas como línguas co-oficiais. A partir da Lei nº 145, de 11 de dezembro de 2002, as línguas Baniwa, Nheengatu e Tucano foram tornadas oficiais, conforme regulamentado pela Lei nº 210, de 31 de outubro de 2006. A Lei nº 0084/2017, promulgada para o município em questão, representou um marco na inclusão da língua Yanomami como uma das línguas indígenas oficialmente reconhecidas.

No contexto mais amplo do estado do Amazonas, o Projeto de Lei nº 642, de 2023, publicado em setembro de 2023, foi um passo significativo. Durante o lançamento da CF 88 na língua Nheengatu pela presidente do STF na Casa do Saber da FOIRN em São Gabriel da Cachoeira, no dia 19 de junho de 2023<sup>11</sup>, outras 16 línguas indígenas foram oficialmente reconhecidas como línguas co-oficiais. Essas iniciativas refletem um avanço crucial no reconhecimento e na preservação das línguas indígenas, promovendo a diversidade linguística e cultural dessas comunidades (Sousa, 2024).

### 3.2 INÍCIO DE UMA FEDERAÇÃO, COMUNICAÇÃO ENTRE AS COMUNIDADES ANTES E DEPOIS DA CRIAÇÃO DA FOIRN

Antes dos anos 1970, o contexto rionegrino era marcado pela introdução da religião nas comunidades da região do Içana. Houve conflitos internos devido às diferenças religiosas, com a escolarização centrada na parte católica da população Baniwa, enquanto os missionários se preocupavam principalmente em estudar a língua, traduzir trechos da Bíblia e

<sup>9</sup> Em dia histórico, povos indígenas assumem protagonismo na COP 28 em Dubai. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/em-dia-historico-povos-indigenas-assumem-protagonismo-na-cop-28-em-dubai#>:

<sup>10</sup> ONU confirma Belém-PA como sede da COP-30, a conferência para o clima. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/05/onu-confirma-belem-pa-como-sede-da-cop-30-conferencia-para-o-clima>.

<sup>11</sup> Constituição Federal é traduzida pela primeira vez em língua indígena. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-07/constituicao-brasileira-e-traduzida-pela-1a-vez-para-lingua-indigena>

formar líderes religiosos para continuar a missão. Nesse contexto, a informação circulava predominantemente de forma oral, através de recados. Em menor medida, especialmente nas comunidades evangélicas, os recados e convites para eventos religiosos eram transmitidos por escrito. Entre os Baniwa, a circulação de informações é conhecida como *koekato*.

Naquele período, mandar recados ou informações para outra comunidade era feito dessa maneira. Tanto os eventos religiosos entre os evangélicos quanto as cerimônias culturais e tradicionais, amplamente mantidas pelas comunidades católicas, continuavam a servir como espaços de troca de informações. A circulação tradicional, de forma oral e sem escrita, fazia com que as narrativas que surgiam ou circulavam fossem conhecidas como "rádio cipó". Esse termo se refere ao fato de que essas narrativas ou recados podiam sofrer alterações ou chegar incompletos aos destinatários.

Para Soares (2016), a expressão "rádio cipó" tem como ponto de partida as formas nativas de comunicação, ou seja, a circulação de saberes através da oralidade. Adicionalmente, a "rádio cipó", uma comunicação boca a boca plurilíngue e criativa, na acepção local, carrega uma conotação de inverdade, sendo vista como uma ferramenta para causar dano, fazer brincadeiras ou espalhar fofocas. É usada no sentido de enredar ou se relacionar em uma região multiétnica, assim como atualmente fazem a radiofonia e a internet. Para entender melhor sobre a "rádio cipó", Soares traz definições apresentadas por duas lideranças indígenas.

Conforme afirma Baniwa (2019), uma liderança responsável por icônicos projetos de valorização da cultura e bem-estar, a fofoca é a única coisa que pode acabar com um projeto onde tudo está planejado e acordado. Esta comparação parece válida no sentido de serem formas de comunicação flexíveis, rápidas, sem registro formal, com espaço para distorções e complementações, e que não dependem de infraestrutura ou fundos específicos. Um exemplo disso é a ideia de Higino Tenório, um conhecedor Tuyuka, sobre a rádio cipó. Ele explica que é quase sempre em festas, em momentos ébrios, que se inventam notícias da rádio cipó. Não devem ser consideradas como verdades. É parecido com o que os brancos chamam de telefone sem fio: a mensagem começa de um jeito e termina de outro.

Ainda segundo este autor, em seu livro sobre 25 anos de gestão de associativismo da OIBI para o bem viver, ele relata o contexto da época da criação da FOIRN e das primeiras organizações na região do Içana. Menciona que a única alternativa de comunicação era a famosa rádio cipó, ou *koekato*, uma forma de enviar recados verbalmente com alguém conhecido que estava de passagem pela comunidade. No mesmo relato, Baniwa descreve que, sendo uma liderança conhecida na região, foi impedido de usar a radiofonia para tratar de uma

emergência de saúde, pois uma menina estava muito doente e ele não estava autorizado a utilizá-la.

Ele ainda explica que a luta pela radiofonia não foi fácil, mas foi muito necessária. Conta um episódio em Tunuí Cachoeira, onde a diretoria da OIBI foi ao escritório local da Missão Novas Tribos para pedir que passassem um recado via radiofonia sobre uma criança que estava muito doente. O pastor se recusou a passar a mensagem, alegando não ter autorização, o que deixou a criança em risco. Segundo Baniwa, esse episódio destaca a importância da radiofonia para a comunicação e a segurança das comunidades. Esse relato ilustra as dificuldades enfrentadas pelas comunidades na ausência de meios de comunicação eficientes e a importância da radiofonia como uma ferramenta crucial para a comunicação e a segurança dessas populações.

Os povos indígenas ronegrinos enfrentaram mais um período de tensão nos anos 1970 com a chegada dos projetos desenvolvimentistas e integracionistas da Ditadura Militar (1964-1985). Esses projetos representavam uma fase difícil e uma ameaça direta à sobrevivência física e cultural desses povos. Além de causar conflitos internos entre as comunidades, como ocorreu na região do Içana com a chegada da religião, esses projetos colocavam em risco o que era mais sagrado e importante para os indígenas: seus territórios.

Após a instauração da ditadura militar em 1964, a região amazônica passou a integrar projetos destinados à expansão da fronteira de recursos a partir de algumas frentes privilegiadas, como a colonização dirigida e a implantação de grandes empreendimentos agropecuários, hidrelétricos, de transporte e de extração mineral. A ótica estatal para o incremento da ocupação da Amazônia submetia a uma lógica autoritária e concentracionista, desconsiderando a racionalidade inerente às modalidades de apropriação do espaço pelos atores locais (Peres, 2003). O PCN trouxe não apenas projetos de infraestrutura, mas também uma ideologia de desenvolvimento e integração das comunidades ao restante do país. Muitos apoiaram a ideia, convencidos pelas promessas de escolas, barcos e postos de saúde, que acabaram não se concretizando.

Garnelo (2002) observa que, na região do Içana, a falta de informações claras e a incompreensão de termos pelos indígenas eram estratégias usadas para levar as lideranças locais a aderir aos projetos. Ele destaca que a ação missionária produziu uma ruptura nas antigas formas de poder político e ritual, deixando as chefias locais imersas em uma incompreensão difusa sobre o funcionamento das instituições no mundo dos brancos. Segundo Garnelo, o jogo de decretos, portarias e comissões encobria interesses obscuros e amplos, deixando as chefias sem as informações necessárias para a tomada de decisão. As

informações localmente disponíveis eram insuficientes para a compreensão de conceitos abstratos, como florestas nacionais e segurança nacional.

Enquanto esses projetos chegavam ao Rio Negro, surgiram movimentos sociais no Brasil que lutavam pela saída do regime militar, contribuindo para a criação da primeira organização indígena no país, a UNI, que desempenhou um papel importante na mobilização indígena com o apoio de aliados na constituinte. A Igreja Católica, nesse período, criou o CIMI em 1972, no auge da Ditadura Militar, para apoiar e dar suporte à mobilização indígena em busca do reconhecimento de sua existência e para incluir direitos indígenas na Constituição Federal.

Max Tukano relata que, nas primeiras mobilizações indígenas no Rio Negro para a realização da I Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Rio Negro, realizada em Pari Cachoeira em 1984, houve incentivo e apoio de alguns padres ligados ao CIMI. Esses padres, favoráveis ao movimento indígena, incentivavam a mobilização e permitiam o uso da radiofonia para passar recados para outras lideranças, destacando que uma das únicas formas de fortalecer a luta indígena era através da mobilização.

De Paula (2005) descreve o incentivo que alguns padres davam a partir dos movimentos sociais da Igreja Católica nos anos 70. Ele destaca que as primeiras cooperativas criadas pelos indígenas na região do Tiquié e Iauaretê se tornaram inspiração para a criação do movimento indígena organizado no Rio Negro.

Nesse sentido, segundo De Paula, pode-se considerar que o Movimento Indígena organizado no Rio Negro teve suas origens nos movimentos sociais da Igreja Católica, com a instalação das Comunidades Eclesiais de Base na década de 70. Nesse período, foram criadas duas cooperativas: a de Melo Franco do Rio Papuri, no distrito de Iauaretê, e a União Familiar Cristã (UFAC) no Rio Tiquié, no distrito de Pari Cachoeira. Essas cooperativas foram criadas pelos próprios indígenas, incentivados pelos missionários, como o Padre Antonio Scolaro, que compreendeu bem a cultura indígena e chegou a falar o Tukano.

A partir das experiências das cooperativas indígenas criadas, outras associações indígenas foram estabelecidas na região do Tiquié e de Pari Cachoeira, tornando-se porta-vozes dos povos indígenas para discutir e contrapor as propostas do Governo Federal. O governo rejeitava as propostas das lideranças indígenas, alegando que seria impossível a demarcação de Terras Indígenas de forma contínua em uma faixa de 150 km na fronteira por questões de segurança nacional.

Além disso, o governo considerava que os indígenas estavam em estado avançado de aculturação e que logo deixariam de ser indígenas. A proposta governamental era demarcar as

terras indígenas no formato de "Colônias Agrícolas Indígenas", onde cada família teria seu lote com título de propriedade. Esta proposta foi discutida e refutada em uma assembleia extraordinária convocada pela Associação das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (ACIRT) em junho de 1986.

Enquanto se formulava e debatia a nova Constituição em Brasília, a região do alto Rio Negro tornou-se um laboratório para a implantação prática da estratégia de demarcar, reduzindo e fragmentando, as terras indígenas na faixa de fronteira. Durante 1986 e 1987, houve um intenso processo de negociação entre a cúpula do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e os Tukano do Tiquié, culminando com a realização de uma grande assembleia de lideranças em abril de 1987 (ISA-FOIRN, 1998).

As negociações continuaram tensas, com a presença de garimpeiros e empresas mineradoras no território. A pressão das empresas mineradoras e dos órgãos do governo era grande, e três questões principais precisavam ser definidas: o recém-chegado PCN, as atividades das empresas de mineração e a regularização das terras indígenas. Essas três pautas motivaram a realização da II Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Rio Negro, no fim de abril de 1987, com financiamento do CSN. O evento, realizado em São Gabriel da Cachoeira, reuniu lideranças indígenas, representantes do Governo Federal, empresas mineradoras, a Igreja Católica e algumas organizações indigenistas, contando com a participação de cerca de 1.000 pessoas (Ricardo, 2024).

Figura 6 – II Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Rio Negro que fundou a FOIRN em 1987



Fonte: Beto Ricardo/ISA

A mobilização para trazer representantes das comunidades indígenas, como descrito por Oliveira (2019), foi de proporções significativas. Segundo o relato de Max Tukano, membro da comissão organizadora, a principal preocupação era garantir a presença do maior número possível de participantes no evento. As lideranças envolvidas mobilizaram transporte para buscar representantes das calhas dos rios Uaupés, Içana e alto Rio Negro.

Max Tukano, conforme destaca Sene (2015), ressalta a importância de ter representantes de diversas comunidades para defender e reivindicar os direitos indígenas. Ele menciona a dificuldade em comunicar a realização do evento e a relevância das decisões que seriam tomadas, já que muitos líderes comunitários não estavam cientes dos acontecimentos. Foram feitos esforços para transmitir as informações sobre o evento, considerando sua importância para o futuro das comunidades indígenas.

Representantes das empresas mineradoras e do CNS esperavam uma decisão favorável para a implantação de seus projetos no território, mas tiveram suas expectativas frustradas pela decisão dos indígenas. Em vez de concordar com as propostas que impactariam a existência dos povos indígenas da região, os líderes decidiram criar uma organização para representar seus interesses, sendo o principal deles a luta pelo reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas no Rio Negro.

Há uma narrativa, ainda não confirmada, que sugere que as línguas indígenas desempenharam um papel fundamental nas negociações e decisões tomadas pelas lideranças indígenas em momentos cruciais. Isso se deve ao fato de que os não indígenas não compreendiam totalmente as discussões e definições feitas pelos indígenas. Os discursos firmes e eloquentes das lideranças indígenas durante a assembleia de 1987 enfatizaram a longa existência dos povos indígenas do Rio Negro e a necessidade de respeitar seus territórios e autonomia, tanto para homens quanto para mulheres, ecoando até os dias atuais.

Apesar das diferentes opiniões sobre os benefícios sociais do Plano de Cooperação Nacional (PCN), com alguns considerando-o interessante e outros mais cautelosos, houve unanimidade na reivindicação pela demarcação urgente das terras indígenas de forma contínua, em uma área única na região do alto Rio Negro. Houve rejeição à proposta do PCN de transformar a região em Colônias Agrícolas Indígenas, vista como uma grave ameaça à existência e ao futuro dos povos indígenas.

Em 19 de maio de 1987, a direção da FOIRN emitiu uma carta comunicando a criação da primeira federação indígena do Rio Negro e do Brasil a todos os indígenas da América Latina e do mundo. A carta foi assinada por Orlando Melgueiro da Silva, do povo Baré, como

1º Secretário, e por Manoel Fernandes Moura, do povo Tukano, como assessor. Curiosamente, a carta incluía um currículo vitae de Moura, destacando seus dados pessoais e suas realizações. Entre suas realizações, ele mencionou ter sido um dos organizadores da assembleia-geral que criou a organização e também um dos criadores da sigla FOIRN.

A narrativa, ainda não confirmada, sugere que as línguas indígenas desempenharam um papel fundamental durante as negociações e decisões das lideranças indígenas, especialmente quando os brancos não compreendiam as discussões e definições dos indígenas. As intervenções firmes e poderosas das lideranças indígenas na assembleia de 1987, enfatizando a existência ancestral dos povos indígenas do Rio Negro e rejeitando propostas que ameaçavam seus territórios, ecoam até os dias atuais.

Houve divergências em relação aos benefícios sociais do Plano de Colonização do Norte (PCN), mas houve unanimidade na urgência da demarcação contínua das terras indígenas, rejeitando propostas de transformar a região em Colônias Agrícolas Indígenas, vistas como uma ameaça à existência e ao futuro dos povos indígenas.

Diante do impasse, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) apresentou uma proposta intermediária, aceita por algumas lideranças da União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (Ucirt), envolvendo a criação de Colônias Indígenas interligadas por Florestas Nacionais (Flonas). Essa proposta, embora aceita inicialmente, também trouxe riscos aos territórios e à existência dos povos indígenas na região.

As negociações resultaram em divisões territoriais contestadas pelos indígenas, levando à retirada de marcos físicos de demarcação e à luta judicial pelos direitos indígenas, conforme a nova Constituição Federal em vigor na época. A criação da FOIRN em 1987 representou um marco histórico, apesar das dificuldades iniciais. A organização enfrentou disputas políticas internas e dificuldades financeiras, contando inicialmente com apoio mínimo da Igreja Católica. A FOIRN também teve que lidar com tentativas de desacreditização por parte de políticos locais, uma vez que suas propostas confrontavam interesses políticos no município.

Em 1990, após protestos e reivindicações, o Ministério Público Federal propôs uma ação declaratória para reconhecer a ocupação tradicional dos indígenas do alto Rio Negro sobre uma área contínua e revogar decretos que haviam criado divisões contestadas. A FOIRN tornou-se um ponto de referência na comunicação e defesa dos direitos indígenas, apesar das limitações tecnológicas iniciais. Com o avanço das tecnologias de comunicação, a organização fortaleceu o diálogo intercultural, promovendo a valorização das línguas indígenas, o acesso aos direitos e a implementação de políticas públicas.

A implementação de projetos de comunicação possibilitou o fortalecimento das comunidades e a mobilização em torno de causas importantes, como a demarcação de terras indígenas e a defesa dos modos de vida tradicionais. A FOIRN contribuiu significativamente para a melhoria da comunicação entre as comunidades, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e fortalecendo a luta pelos direitos indígenas no Rio Negro.

### 3.3 RADIOFONIA NO RIO NEGRO PARA COMUNICAR, ACESSAR DIREITOS E PROTEGER O TERRITÓRIO

Para iniciar, é necessário apresentar brevemente a radiocomunicação, que utiliza tecnologia para a transmissão de ondas de rádio. A rádio é um meio tecnológico de telecomunicações utilizado para possibilitar a comunicação por intermédio da transmissão de dados e informações previamente codificadas em sinais eletromagnéticos, que se propagam através do espaço físico e imaterial (Malman, 2012).

Para a comunicação via ondas de rádio, são necessários os seguintes elementos: transceptor e rádio-transceptor. O transceptor funciona como transmissor e receptor simultaneamente. Exemplos de transceptores incluem telefones celulares, radares, equipamentos de comunicação de veículos de segurança e sistemas de radiofonia.

A criação da tecnologia de transmissão de som é atribuída ao inventor italiano Guglielmo Marconi no final do século XIX. No entanto, o título de criador da rádio também é creditado a Nikola Tesla, que na mesma época desenvolvia tecnologias semelhantes. Tesla utilizou a tecnologia desenvolvida por Marconi e realizou a primeira transmissão sem fio através do Canal da Mancha em 1899. Embora o objetivo deste trabalho não seja detalhar o histórico do desenvolvimento da tecnologia, apresentamos um resumo básico para estabelecer a base do desenvolvimento e definição da tecnologia e dos equipamentos.

As tecnologias de radiocomunicação, ou rádio sem fio, representaram uma revolução e foram amplamente utilizadas pelos militares durante as duas guerras mundiais, especialmente na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Rodrigues (1990) afirma que muitas tecnologias foram desenvolvidas ou aperfeiçoadas durante esses conflitos, incluindo o uso do rádio. Não é surpreendente, portanto, que a fotografia, o cinema, o megafone, a telefonia, o telégrafo e a televisão tenham sido associados ao campo militar desde os primeiros tempos. A história dos meios de comunicação, se não sua origem, está frequentemente ligada à história das armas (Rodrigues, 1990).

Isso significa que várias tecnologias<sup>12</sup> foram inicialmente desenvolvidas ou aperfeiçoadas para uso militar e, somente depois, foram exploradas comercialmente pelos civis. A própria internet, por exemplo, é um produto da engenharia militar, desenvolvida para facilitar a comunicação em campos de batalha e, posteriormente, disponibilizada para acesso acadêmico e, muito tempo depois, para o público civil. O rádio-transceptor seguiu um caminho semelhante. Ainda hoje, é um instrumento de comunicação amplamente utilizado, com tecnologia cada vez mais sofisticada.

A radiofonia é um tipo de rádio-transceptor que utiliza a tecnologia de transmissão de ondas eletromagnéticas, mais conhecidas como ondas de rádio. Esses dispositivos recebem e transmitem sinais, no caso, códigos, o que possibilita a comunicação entre duas pessoas, seja em curtas ou longas distâncias (Tonello, 2021). A comunicação por rádio é bidirecional: enquanto um interlocutor fala, o outro escuta, e vice-versa. Por isso, esses rádios são chamados de rádios bidirecionais. Em contraste, na radiodifusão, apenas um lado fala e o outro escuta, não permitindo a comunicação em ambas as direções.

Nesse sentido, os rádios bidirecionais permitem a troca instantânea de informações entre pessoas, mesmo quando estão geograficamente distantes. No entanto, a radiodifusão também foi utilizada, como o Programa de Índio apresentado anteriormente, e continua sendo usada pelos povos indígenas no Brasil para ampliar suas vozes e presenças, incluindo as modernas e atuais rádios web.

No Rio Negro, não há registro oficial da chegada da radiofonia. No entanto, relatos de lideranças indígenas indicam que, nos anos 1970 e 1980, quando começaram as primeiras mobilizações pelos direitos e pela demarcação dos territórios, os padres já utilizavam a tecnologia nas missões. Nem sempre as lideranças indígenas tinham acesso a essa tecnologia, mas, quando o tinham, aproveitavam para transmitir notícias e mobilizar outras comunidades. Em entrevista, Maximiliano Menezes, liderança do povo Tukano, lembrou que, antes da fundação da FOIRN, alguns padres ligados ao CIMI o incentivavam a usar a radiofonia para passar recados e mobilizar lideranças de outras comunidades na região conhecida como Triângulo Tukano.

Não eram todos os padres, mas, tinha alguns ligados a CIMI, que incentivava a gente usar a radiofonia, para falar sobre os acontecimentos, reuniões que iriam acontecer, e o compartilhar resultados de reuniões que aconteciam. Mas, naquele tempo tinha poucas rádios, só onde funcionavam os centros salesianos (Maximiliano Correa Menezes do povo Tukano, entrevista dia 12/09/ 2023)<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> Primeira Guerra Mundial popularizou tecnologias e objetos usados até hoje, reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/07/primeira-guerra-mundial-popularizou-tecnologias-e-objetos-usados-ate-hoje.html/>

<sup>13</sup> Maximiliano Correa Menezes é liderança do povo Tukano, morador da comunidade Taracua – Médio Rio

Figura 7 – Presidente da FOIRN, Marivelton Baré faz teste de nova radiofonia instalada na região de Barcelos, setembro de 2020



Fonte: Juliana Radler/ISA

Enquanto alguns padres incentivavam o uso da radiofonia, pastores evangélicos não permitiam que as lideranças usassem o equipamento na região do Içana. Há relatos de que, nos anos 1990, missionários evangélicos proibiam o uso da radiofonia. Um caso conhecido foi o relatado por André Fernando, liderança do povo Baniwa, no livro onde compartilhou a história de 25 anos de associativismo Baniwa-Koripako e as experiências da Organização Indígena na Bacia do Içana. Segundo André:

A luta pela radiofonia não foi fácil, mas, muito necessária. Certa vez em Tunuí Cachoeira, a diretoria da Oibi foi ao escritório local da Missão Novas Tribos para pedir que passassem um recado via radiofonia sobre uma criança que estava muito doente. Alegando não ter autorização, o pastor se recusou a passar mensagem, deixando em risco de uma pessoa. É nesse aspecto que a radiofonia é muito importante (Baniwa, 2018, p. 45).

Nesse período, a maioria das comunidades tinha acesso limitado a tecnologias de comunicação para troca de mensagens. É possível que algumas já tivessem rádios e gravadores, que usavam para ouvir programas de emissoras estrangeiras, como as colombianas. Isso ocorria porque, nas décadas anteriores, especialmente, os povos Baniwa-Koripako, conforme Casimiro (2022), passaram por um período em que muitas pessoas foram forçadas a deixar suas comunidades para trabalhar na coleta de piaçava no rio Guiana, principalmente sob padrões colombianos. Nesse sentido, havia certa familiaridade entre aqueles que conseguiam retornar e trazer alguns equipamentos, como rádios e gravadores, para ouvir rádios em espanhol.

---

Uaupés. Ele participou e participa do movimento indígena do Rio Negro antes da criação da FOIRN em 1987, participou de diretoria da instituição na gestão por mais de duas vezes. Ele foi uma das lideranças entrevistadas para este trabalho.

A estruturação e o fortalecimento da FOIRN não foram fáceis. A instituição enfrentou grandes dificuldades políticas e financeiras. Por isso, as primeiras 12 unidades de radiofonia no Rio Negro foram instaladas apenas a partir de 1994. Quatro delas foram adquiridas com o apoio da Aliança Pelo Clima, enquanto os recursos para os oito equipamentos restantes vieram dos Amigos da Terra. Esses equipamentos foram instalados em pontos estratégicos após ampla discussão com as organizações de base filiadas à FOIRN na época, que eram doze associações. A primeira unidade de radiofonia no Rio Negro foi instalada na comunidade Ilha das Flores, um momento histórico para a comunicação indígena na região, conforme lembra Maximiliano Tukano, uma liderança que participou desse processo. Em entrevista, ele destacou a importância da chegada da radiofonia no território, fruto dos esforços da FOIRN.

Esse meio de comunicação chegou para apoiar a vigilância e gestão do território devido a intensas invasões de garimpeiros e empresas mineradoras. E posteriormente foi fundamental no processo de demarcação das terras indígenas e no início do Dsei. Nos anos seguintes, ampliamos para os outros municípios onde atua o movimento indígena. Fortalecer a nossa comunicação com as bases foi fundamental proteger o nosso território (Maximiliano Correa Menezes do povo Tukano, entrevista dia 12 de setembro de 2023, neste trabalho vamos usar o nome Max Tukano como é mais conhecido no Rio Negro).

Como uma das lideranças mobilizadoras para a criação da FOIRN, Max Tukano, durante entrevista concedida a este trabalho, mencionou que, embora a radiofonia já fosse um equipamento conhecido pelos indígenas através dos padres salesianos e pastores evangélicos, não estava acessível para eles. No entanto, viam nessa tecnologia o potencial para fortalecer e mobilizar as comunidades indígenas. Mesmo após a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, que incluiu os direitos indígenas, a região do Rio Negro continuou enfrentando intensa movimentação de garimpeiros e invasores, além de conflitos internos agravados por questões religiosas e pelo apoio de alguns à entrada de empresas mineradoras, seguindo as ideias desenvolvimentistas e integradoras do Plano de Integração Nacional. Nesse contexto desafiador, tornou-se essencial fortalecer a comunicação na região para evidenciar o trabalho da federação.

Max Tukano relata que os primeiros anos da instituição foram marcados por dificuldades, uma experiência compartilhada pelas lideranças indígenas da época, devido à escassez de recursos financeiros e à fragilidade política, culminando na destituição da primeira diretoria por não seguir o planejamento estabelecido. Foi então elaborado um plano que priorizava a intensificação dos contatos com as comunidades e organizações locais por meio da implantação de uma rede de radiofonia no interior do Rio Negro. A ideia de constituir

essa rede surgiu em meados de 1991, conforme registrado por Peres (2003), e as mudanças significativas para fortalecer a FOIRN começaram a partir de 1990, com a eleição de uma nova diretoria liderada por Braz França.

Durante os anos seguintes, a FOIRN enfrentou o desafio de estruturar uma sede/escritório em São Gabriel da Cachoeira e de implementar meios de transporte para as regiões, especialmente a aquisição de barcos, além do início da implantação e ampliação da "malha radiofônica". Esse avanço só se tornou possível em 1993, após eventos significativos. A visita da diretoria da FOIRN à Fundação Shuar no Equador e a viagem de Braz França e Marcinda da Silva para Viena e Amsterdã, onde conheceram a Aliança pelo Clima, foram marcos importantes. Essa viagem à Áustria foi apoiada por Georg Grünberg, neto de um cientista alemão com histórico na região do Rio Negro.

Em Viena, a FOIRN assinou um convênio de assistência para projetos de comunicação, educação e transporte no Rio Negro, marcando o início de uma aliança socioambiental global. Essa parceria integra direitos indígenas com a conservação florestal, visando mitigar as mudanças climáticas. Essa etapa foi um marco na consolidação das atividades da FOIRN e na sua capacidade de impactar positivamente a vida das comunidades indígenas na região, proporcionando mobilidade e recursos necessários para o desenvolvimento de projetos socioambientais e educacionais. A parceria continua influenciando positivamente a região até os dias atuais (Ricardo, 2024).

Ao longo da década de 1990, a FOIRN passou por significativas transformações. Sob a liderança de Braz França, indicado em 1990 e reeleito em 1993 com o apoio do CIMI, a diretoria conseguiu alugar um espaço, adquirir uma voadeira para visitar as comunidades e lançar o boletim informativo Wayuri em 1990, no formato impresso. O boletim já era produzido manualmente pelas lideranças indígenas que estavam à frente da organização, destacando-se entre elas Max Tukano e Gerssem Luciano Baniwa.

Esses foram passos cruciais para a estruturação inicial da federação. Uma estrutura mínima permitiu dar o primeiro e fundamental passo para seu fortalecimento: a mobilização de suas bases. Max Tukano, na entrevista, relata que:

As ameaças aos territórios continuavam, muitos garimpeiros e comerciantes locais que investiam nessa atividade, continuavam ameaçando as lideranças e por isso, muito importante a mobilização da base. Produzir informações sobre os direitos conquistados era muito importante, pois, muitos, não sabiam da existência desses direitos.

Figura 8 – Da esq. a dir. Boletim Wayuri – Nº 34 - Primeiro Semestre de 1997 e Edição 1/2023



Fonte: Departamento de Comunicação FOIRN

Em 1995, com o apoio do IIZ, a FOIRN inaugurou uma sede ampliada em São Gabriel da Cachoeira, consolidando sua presença física e possibilitando sua evolução nos anos seguintes. Além disso, a federação adquiriu barcos comunitários, botes e motores de popa e iniciou a instalação de estações de radiofonia nas comunidades. Entre 1994 e 1995, foram instaladas 21 estações, número que aumentou para 100 unidades em cinco anos (Ricardo, 2024).

O livro “Uma Enciclopédia nos Trópicos – Memórias de um Socioambientalista”, de Beto Ricardo, é uma fonte valiosa que relata os desafios iniciais da FOIRN com a radiofonia. Segundo o autor, a rede era precária e dependia de horários combinados, usando frequências do Exército e da Igreja, o que limitava a comunicação e gerava inibições (Ricardo, 2024). O processo de demarcação das Terras Indígenas entre 1993 e 1998 foi crucial para a expansão da rede de radiofonia. A mobilização das comunidades foi essencial, já que muitas pessoas não estavam cientes dos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. Foram realizadas 21 expedições, e a comunicação via radiofonia foi fundamental para alertar as comunidades sobre o processo de demarcação e seus significados.

A estratégia da FOIRN de associar a instalação de rádios a cada projeto desenvolvido permitiu a ampliação da rede em toda a região do Rio Negro. Isso facilitou tanto o levantamento de dados quanto a conscientização das comunidades sobre seus direitos e a demarcação dos territórios. O processo culminou com a conclusão da demarcação das cinco

terras indígenas no Rio Negro em 15 de abril de 1998.

Figura 9 – No primeiro plano, André Baniwa, Beto Ricardo/ISA (com microfone na mão) e um casal Koripako, no Alto Rio Içana. Mobilização pela Demarcação das Terras Indígenas, abril 1997



Fonte: Pedro Martinelli

A estratégia da FOIRN de associar a instalação de rádios a cada projeto desenvolvido permitiu a ampliação da rede em toda a região do Rio Negro. Isso facilitou tanto o levantamento de dados quanto a conscientização das comunidades sobre seus direitos e a demarcação dos territórios. Esse processo culminou na conclusão da demarcação de cinco terras indígenas no Rio Negro em 15 de abril de 1998.

O projeto desenvolvido permitiu a ampliação da rede em toda a região do Rio Negro. As comunidades próximas se organizaram e criaram a União das Nações Indígenas Baniwa (UNIB) em 1997, demonstrando entusiasmo com os direitos recém-conquistados e a demarcação dos territórios. Paralelamente, na região do Içana, novas associações foram criadas para fortalecer a mobilização pelos direitos. Até então, apenas a ACIRI, fundada em 1988, e a Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI), fundada em 1992, estavam ativas na região.

No entanto, nem todas as comunidades aderiram a essa mobilização devido à falta de informação ou ao incentivo de militares que, até pouco tempo atrás, não aceitavam que os indígenas se organizassem e lutassem pelos seus direitos. André Baniwa, em seu livro, menciona casos ocorridos em 1993 na região do alto Rio Içana, onde foram impedidos de repassar informações e continuar viagens durante a mobilização pela demarcação, incluindo escolta militar a mando do líder da comunidade São Joaquim (Baniwa, 2018).

Com as terras demarcadas, a FOIRN passou a focar seus esforços no desenvolvimento de projetos voltados para a valorização cultural, educação escolar indígena, saúde indígena, direitos indígenas e cidadania, economia indígena e geração de renda, entre outros. Isso incluiu o fortalecimento e a consolidação de projetos já existentes, como os de comunicação e fortalecimento das associações de base. Tais projetos contribuíram para a ampliação das radiofonias na região (Casimiro, 2022).

Atualmente, três décadas após a fundação da FOIRN, cerca de 40% das 750 comunidades indígenas da região possuem equipamentos de radiofonia, segundo os dados do Departamento de Comunicação da FOIRN (DECOM/FOIRN), incluindo estações instaladas pelo DSEI – Alto Rio Negro e FUNAI. No entanto, esse número tem diminuído a cada ano. Além disso, a redução na demanda por esse meio de comunicação na sede da FOIRN em São Gabriel da Cachoeira é notável. De quase 360 estações, cerca de 170 estão operando normalmente em 2023, conforme o Departamento de Comunicação da FOIRN (DECOM). A chegada da internet no território também impactou a demanda pela radiofonia como meio de comunicação. Anteriormente, a principal demanda das comunidades relacionadas à melhoria da comunicação na região era a solicitação de equipamentos de radiofonia para a FOIRN. Nos últimos dois anos, o foco das solicitações passou a ser kits de internet.

Em março de 2024, durante a Assembleia Geral da Organização Baniwa e Koripako Nadzoeri, realizada na comunidade Matapi Cachoeira, no território Koripako, presenciei um momento curioso que retrata a atual realidade das demandas de comunicação na região. No último dia da assembleia, durante a participação remota do presidente da FOIRN, Marivelton Baré, o líder da comunidade aproveitou para pedir à equipe de comunicação da instituição, que estava dando suporte ao evento através de uma antena de internet Starlink, que deixasse o equipamento para a comunidade ao final do evento.

Até aí, não havia nada de mais; era apenas um líder comunitário fazendo seu papel. O que foi curioso foi que uma senhora, com idade entre 50 e 60 anos, levantou-se e foi até a tela do computador, começando a falar em Koripako, defendendo a proposta apresentada pelo líder da comunidade e enfatizando que era muito importante que o presidente autorizasse a equipe a deixar o kit de internet após a assembleia.

Durante o período em que o número de estações de rádio no Rio Negro aumentou, também cresceu a necessidade e a demanda por uma gestão eficiente dessas rádios por parte da FOIRN. O equipamento, inicialmente destinado a facilitar o contato entre a FOIRN, as organizações de base e as comunidades, tornou-se um problema devido à crescente dificuldade de controlar seu uso conforme as regras estabelecidas, de forma informal. Durante

o repasse do equipamento para as comunidades, era recomendado que se tratasse apenas de pautas consideradas relevantes, como saúde, educação, projetos de sustentabilidade, e que se respeitassem os horários da FOIRN e do DSEI-Alto Rio Negro para evitar interferências.

Os operadores da Central 790, que operavam a estação central da Rede de Radiofonias do Rio Negro a partir de São Gabriel da Cachoeira, frequentemente se deparavam com situações indesejadas, como o uso do equipamento por pessoas embriagadas ou crianças, que muitas vezes não tinham clareza sobre sua utilização (Mello, 2023). Além disso, a rede de radiofonia, em alguns casos, era utilizada como uma espécie de rede social para contato e paquera entre os jovens, fora dos horários estabelecidos. Essas interferências prejudicavam a transmissão e o contato com as comunidades, sendo motivo de preocupação para os operadores da FOIRN.

Entre 2017 e 2020, Marivelton Baré, diretor da FOIRN, promoveu treinamentos para reforçar as recomendações sobre o uso adequado dos equipamentos, mas as interferências persistiam. As discussões sobre o assunto tornaram-se frequentes nas reuniões do Conselho Diretor, especialmente entre 2015 e 2016 (Vieira, 2023). Essas discussões resultaram na elaboração do "Regimento Interno das Radiofonias", aprovado durante uma reunião do Conselho Diretor em 2016.

O Regimento atribui responsabilidades tanto à FOIRN quanto às comunidades usuárias sobre a gestão dos equipamentos e os horários de transmissão. Também define penalidades para as comunidades que não cumprirem as regras, como a perda do equipamento em caso de infrações graves, como uso indevido por pessoas embriagadas ou interferências constantes nos horários da FOIRN e do DSEI-Alto Rio Negro. Apesar do rigor do regimento, as lideranças enfatizam que seu objetivo é orientar as comunidades para uma gestão adequada dos equipamentos, visando o fortalecimento da rede de radiofonia indígena.

Resumindo, o principal desafio que a FOIRN enfrenta desde sempre é relacionado a recursos financeiros para manter e ampliar a rede de radiofonia do Rio Negro. A coordenadora do DECOM desde 2021, Gicely Ambrósio Caxias, estima que cada novo equipamento custa mais de 10 mil reais. Esse valor se refere ao kit de radiofonia completo, incluindo rádio, painel solar, bateria, controlador de carga e fiação.

Além disso, o custo de instalação é elevado, pois o equipamento nem sempre está próximo da sede da FOIRN. Geralmente, os técnicos da Federação, acompanhados pelas lideranças, precisam deslocar-se até o local, demandando combustível (gasolina e óleo 2T). Dependendo da distância, o gasto pode superar 1 mil litros de gasolina, considerando ida e retorno da equipe. Em São Gabriel da Cachoeira, assim como em outros municípios como

Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, onde o rio é o principal meio de acesso às comunidades indígenas, o litro de gasolina varia entre 7 e 8 reais.

Por isso, a FOIRN sempre buscou estratégias para instalar novos equipamentos no território, como realizar as instalações de mais de um equipamento simultaneamente para otimizar os gastos ou aproveitar viagens de outros projetos. Além disso, a FOIRN faz parcerias locais, como com as organizações de base, que, ao virem para a cidade, já levam o equipamento configurado, e as próprias lideranças da associação ou comunidade realizam a instalação da antena e a montagem dos equipamentos.

Além dos custos mencionados, ainda há custos fixos e esporádicos. O principal custo fixo, que pode variar conforme a quantidade de estações ativas, é o pagamento anual de cerca de seis mil reais ou mais para manter a frequência junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Todo ano, a FOIRN precisa pagar essa taxa de manutenção da frequência para continuar funcionando. Para isso, a FOIRN deve contratar um profissional especializado (engenheiro de telecomunicações) e credenciado para atualizar os dados das novas radiofonias. A partir do laudo elaborado, a lista de estações é atualizada.

Os custos inesperados incluem manutenção e multas enviadas pela Anatel, geralmente por infrações ou descumprimento das regras estabelecidas para o funcionamento, como o horário de operação das estações na frequência contratada. Já houve ocasiões em que a FOIRN foi multada pela Anatel por não cumprir o horário estabelecido, conforme relatos do Marivelton Baré. Durante as assembleias sub-regionais da FOIRN que acontecem na base, o diretor de referência da região onde a assembleia é realizada sempre apresenta a necessidade e os desafios de fortalecer a participação das comunidades indígenas, como o Fundo da Radiofonia.

Entre os assuntos sempre abordados está o cumprimento do Regimento de Funcionamento das radiofonias da FOIRN, especialmente o horário em que os equipamentos devem estar ligados, entre 6h e 18h. No turno da noite, em casos de extrema necessidade, como emergências de saúde de membros da comunidade, a comunicação com a equipe de saúde da região é permitida. Esses lembretes são feitos para evitar multas que ocorrem quando alguma estação infringe esses acordos com a Anatel, sendo a FOIRN a responsável pelo pagamento. Casos anteriores mostram que a FOIRN teve que pagar cerca de 30 mil reais por irregularidades.

O fator climático é apontado como a principal causa de danos aos equipamentos, seguido pelo descuido dos responsáveis pelo equipamento na comunidade. Às vezes, equipamentos novos acabam se danificando. O regimento para a gestão das radiofonias no

Rio Negro determina que, em caso de danos, a própria comunidade usuária deve ser responsável pela manutenção. Ou seja, quando o equipamento é danificado, as lideranças da comunidade devem mobilizar recursos financeiros para a manutenção.

No entanto, na prática, isso não tem ocorrido. Toda vez que ocorre uma falha na radiofonia, o diretor da comunidade é notificado, geralmente por meio de carta ou ofício, solicitando a manutenção do equipamento. Em São Gabriel da Cachoeira, há uma grande escassez de técnicos especializados para realizar esse tipo de manutenção. Algumas comunidades tentam seguir o protocolo, mas frequentemente enfrentam dificuldades para encontrar profissionais capacitados.

A escassez de técnicos especializados em São Gabriel da Cachoeira pode ser atribuída, em parte, à falta de instituições educacionais que ofereçam cursos específicos nessa área, conforme discutido por autores como Medeiros Junior (2021). A ausência de escolas técnicas ou universidades com programas voltados para a capacitação em manutenção de equipamentos eletrônicos dificulta o acesso dos moradores locais a essa formação.

Além disso, a falta de políticas públicas que incentivem a formação e o aprimoramento de técnicos especializados, conforme mencionado pelo mesmo autor, contribui para os desafios enfrentados pelo município. A ausência de programas governamentais de bolsas de estudo, subsídios para cursos profissionalizantes ou parcerias com empresas para estágios e capacitação prática também é citada como fator pela literatura (Echeverry, 2022).

Essa escassez de profissionais qualificados tem impactos significativos na prestação de serviços básicos à comunidade, como comunicação em emergências, transmissão de informações relevantes e conectividade para serviços essenciais como saúde e educação, conforme discutido por Echeverry (2022). Os desafios na manutenção de equipamentos comunitários são diversos e impactam diretamente a funcionalidade e a disponibilidade desses recursos essenciais. Um dos principais obstáculos enfrentados pelas comunidades é o alto custo ao contratar técnicos externos para realizar a manutenção, o que muitas vezes limita a capacidade de resolver problemas técnicos de forma rápida e eficiente.

Além disso, os atrasos na resolução desses problemas podem resultar em períodos prolongados de inatividade dos equipamentos, afetando a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. Para superar essas dificuldades, é crucial buscar alternativas viáveis, como a capacitação local de moradores para realizar manutenções simples, o estabelecimento de parcerias com instituições ou empresas para suporte técnico especializado e a implementação de programas de manutenção preventiva para evitar falhas recorrentes. Essas medidas podem contribuir significativamente para a eficiência e a sustentabilidade dos equipamentos

comunitários.

Diante desses desafios, foi iniciado o debate sobre a necessidade de criar o Fundo da Radiofonia. O fundo serviria para arrecadar dinheiro das comunidades usuárias de radiofonia, formando uma reserva para cobrir necessidades como a manutenção de equipamentos danificados, o pagamento de multas ou taxas de frequência, e até mesmo para a aquisição de novos equipamentos para ampliar a rede. Cada estação/comunidade contribuiria com um valor de 100 reais para o fundo.

A diretoria da FOIRN e suas coordenadorias regionais seriam responsáveis por mobilizar e divulgar amplamente nas comunidades as informações e os objetivos do fundo. Cada coordenadoria regional se organizaria para garantir que a taxa anual seja paga pela associação ou comunidade que possui radiofonia. Os valores podem variar entre coordenadorias regionais, podendo ser mensais ou anuais, desde que o valor total anual seja de 100 reais.

Desde a sua criação em 2015, a arrecadação não tem alcançado as expectativas. As lideranças indígenas que atuam nas coordenadorias e associações de base têm enfatizado a importância do Fundo da Radiofonia. Embora o recurso arrecadado tenha contribuído minimamente para a manutenção da rede de radiofonia, ele ainda é insuficiente para adquirir novas rádios e expandir a rede. A preocupação cresce em relação à viabilidade dos projetos de comunicação da FOIRN, como a rede de radiofonia e o novo projeto de inclusão digital, que visa a implantação de antenas de internet nas comunidades. Segundo Gicely:

Temos o desafio de manter e ampliar os projetos de comunicação desenvolvidos pela FOIRN no Rio Negro, devido o custo. Isso depende muito da capacidade de gestão de quem está na frente da instituição. Por exemplo, hoje, estamos ampliando e levando internet para várias comunidades indígenas do Rio Negro, mas, o que nos preocupa é como isso vai ficar mais na frente, a instituição vai passar pela reformulação da diretoria, a próxima gestão terá a capacidade política para manter o nível que tem hoje? Não sabemos. Então, precisamos continuar buscando formas de conseguir recursos para manter o que temos hoje e ampliar esses projetos no território (Gicely Ambrósio Caxias, 13 de novembro de 2023)<sup>14</sup>.

Além do desafio de fortalecer o Fundo criado para a manutenção e expansão da Rede de Radiofonia no Rio Negro da FOIRN, há uma preocupação adicional em relação a esses projetos. Conforme mencionado por Gicely, essa preocupação abrange tanto os novos projetos, como a Inclusão Digital, quanto as iniciativas mais antigas do movimento indígena do Rio Negro, como a rede de radiofonias, o Wayuri impresso e outros projetos similares.

---

<sup>14</sup> Gicely Caxias – Coordenadora do DECOM/FOIRN em entrevista no mês de dezembro de 2023. Ela foi uma das entrevistadas para este trabalho.

Figura 10 – Comunidade Vista Alegre do Rio Cuyarí, recebe Kit de Radiofonia da FOIRN em março de 2017



Fonte: Ray Baniwa

Mas como funciona a radiofonia? Na configuração atual do DECOM, a partir de 2021, há um Setor de Radiofonia dentro do departamento, onde um profissional é designado para gerenciar a Central 790 (lida como "Sete Nove Zero"). Essa pessoa coordena todas as atividades relacionadas à radiofonia, incluindo a operação da central. O setor opera em uma sala destinada exclusivamente a essa finalidade. Ao longo do tempo, a sala de radiofonia da FOIRN já mudou de localização várias vezes. Por exemplo, em 2021, devido a interferências causadas pela instalação de internet no prédio da Federação, a sala foi temporariamente deslocada para outro local, onde passaram a funcionar provisoriamente os departamentos das mulheres e da juventude, na Rua do Dabaru. Atualmente, a sala de radiofonia está localizada em um anexo aos departamentos mencionados, em frente à sede da Federação, na Avenida Álvaro Maia, no centro da cidade.

O Regimento de Funcionamento da Rede de Radiofonia da FOIRN define as operações da Central 790 e das estações instaladas nas comunidades indígenas. O regimento estabelece que o atendimento aos usuários deve ocorrer em dois períodos diários, de segunda a sexta-feira: das 8h às 9h pela manhã e das 14h às 15h à tarde.

No entanto, o funcionamento nem sempre segue esses horários devido a interferências meteorológicas. Entre 2017 e 2019, o ruído na radiofonia era tão intenso em certos momentos que os operadores das comunidades não conseguiam ser ouvidos, mesmo com a Central 790 sendo captada. Nesses casos, operar a rádio não era vantajoso, especialmente pela manhã, embora à tarde o sinal geralmente melhorasse.

Os horários de funcionamento eram afixados na porta da sala de radiofonia. Relatórios

do setor de Comunicação entre 2017 e 2019 indicam que, em média, 15 pessoas procuravam a rádio diariamente para se comunicar ou deixar recados (Soares, 2016). Atualmente, esse número caiu para uma média de 3 atendimentos por dia, realizados principalmente por usuários com mais de 30 anos. Nos períodos anteriores, os usuários eram mais jovens, com a maioria acima de 15 anos.

Os recados deixados para serem transmitidos pelos operadores são todos em português, enquanto as mensagens faladas pelos usuários no microfone são em línguas indígenas. Nem sempre os operadores da Central 970 permitem que os usuários usem o microfone diretamente. Alguns preferem que as mensagens sejam anotadas para serem repassadas de forma mais eficiente, alegando que os usuários, ao pegarem o microfone, demoram para transmitir a mensagem de forma objetiva, o que pode causar atrasos. Quando assumi a função de operador, eu permitia que os usuários falassem no microfone, mas sempre os lembrava da importância de serem objetivos devido ao tempo disponível.

Durante meu tempo como integrante do Setor de Comunicação da FOIRN, a primeira parte do horário era dedicada a chamar todas as estações listadas no controle, que variavam de 170 a 190 rádios e eram organizadas por calhas de rios. Nesse momento, eram repassadas as mensagens destinadas a uma comunidade ou pessoa específica. Normalmente, começava chamando as estações subindo o rio Negro, partindo da região de Barcelos e seguindo em direção ao Alto Rio Negro, ou então direcionando para a calha do rio Uaupés ou a calha do rio Içana após passar por São Gabriel da Cachoeira.

O segundo momento era reservado para transmitir recados institucionais da FOIRN e de outras instituições, como avisos e convites para eventos regionais. O terceiro e último momento era para receber mensagens das comunidades, onde tanto as comunidades quanto os operadores transmitiam mensagens para a FOIRN ou instituições na cidade. Esse era o momento de diálogo com as comunidades dentro do território.

A partir de 2019, especialmente durante a pandemia de Covid-19, a Central 790 começou a utilizar um celular exclusivo com número de WhatsApp para que as pessoas enviassem mensagens aos operadores de radiofonia (Bergamo, 2020). Essa estratégia foi bem-sucedida, levando muitos usuários a utilizarem mais frequentemente esse canal para enviar e receber mensagens, sem a necessidade de ir até a sede da FOIRN, onde fica a sala da rádio e a estação central.

No entanto, ainda havia uma parcela de usuários que preferiam o contato direto com os destinatários, seja por não possuírem aparelhos de celular ou o aplicativo de mensagem. Com o aumento da quantidade de antenas no rio Negro, passamos a receber mensagens e recados

também das comunidades. Durante a pandemia, com as restrições de distanciamento, a demanda pelo uso do WhatsApp para enviar mensagens e receber respostas aumentou consideravelmente.

Segundo Gilson Pascoal<sup>15</sup>, um dos termos mais comuns usados é “fazer a ponte” para a outra estação. Isso ocorre quando um operador não consegue “copiar” a mensagem repassada por algum remetente. Nesses casos, ele pede ajuda (a ponte) a outros operadores de diferentes estações para repassarem ou receberem a mensagem. Normalmente, esses problemas são causados por condições climáticas da região ou interferência de equipamentos, principalmente os que usam ondas de rádio. Em 2023, Gilson relatou que precisou desligar o roteador de internet Wi-Fi do Departamento de Mulheres e Jovens para conseguir receber e transmitir mensagens, já que a radiofonia fica em uma sala próxima a esses dois departamentos.

Gilson afirma que não teve dificuldades em assumir a radiofonia da FOIRN, pois já havia adquirido experiência no uso de radiofonia durante seu tempo no Exército Brasileiro.

Antes de vir trabalhar na Foim, servi no Exército Brasileiro, onde, fui selecionado para cuidar da parte de comunicação através de radiofonia, mesmo, que tenha chegado na FOIRN para a função diferente, e depois, quando fui remanejado para o Departamento de Comunicação, e designado para assumir a radiofonia, não tive muitas dificuldades, já tinha uma experiência adquirida no exército, apenas, me adaptei para a linguagem usada (Gilson Pascoal, entrevista concedida a mim no dia 13 de novembro de 2023)

Nem sempre os funcionários e integrantes do Departamento de Comunicação da FOIRN tiveram a oportunidade de adquirir experiência no uso e manuseio da radiofonia. Um exemplo é Edneia Teles, ex-operadora de radiofonia da FOIRN. Em entrevista concedida a mim, Edneia relatou que precisou de vários dias para treinar seus ouvidos e se acostumar com a linguagem da radiofonia. Ela afirmou que:

Quando passei a integrar a equipe de comunicação, e fui designada para assumir a radiofonia, não sabia por onde começar, não tinha ideia o que fazer, ficava olhando para o equipamento e não sabia a linguagem, precisei de algum tempo para aprender me comunicar com as comunidades (Edneia Teles, entrevista concedida a mim, no dia 6 de fevereiro de 2024).

Como operadora de radiofonia, Ednéia Teles desenvolveu estratégias para melhorar a comunicação da FOIRN através da radiofonia. Além das tradicionais chamadas das estações e

---

<sup>15</sup> Gilson Pascoal do Povo Baré de 33 anos, é um dos funcionários da FOIRN, integrantes do Departamento de Comunicação, responsável por coordenar o Setor da Radiofonia. Foi um dos entrevistados por mim para este trabalho.

do repasse de informações, ela incentivou os diretores da FOIRN a priorizarem o uso da radiofonia para se comunicar com as bases. Também criou um espaço para transmitir os principais acontecimentos relacionados à política indigenista no Brasil, destacando as lutas e ameaças que podem afetar os territórios indígenas, incluindo o Rio Negro. Esse espaço tornou-se o mais aguardado pelos operadores das comunidades, pois fornecia informações relevantes sobre os acontecimentos e as realizações da FOIRN na região. Ednéia também ressaltou a importância de trazer representantes das instituições sediadas na cidade para falar com as comunidades, comunicando agendas e atividades de interesse dessas comunidades.

Ednéia viajou pelo território e ficou surpresa com a importância da radiofonia para as comunidades. Observou também o grande cuidado que as comunidades tinham com o equipamento. Ela compartilha: "Em várias comunidades, notei que a radiofonia tinha um espaço próprio construído pela comunidade, onde servia como um local social para escuta e troca de informações."

Ela mencionou que, ao se apresentar como operadora de radiofonia da FOIRN para algumas pessoas, muitas demonstraram alegria, pois reconheciam a voz que levava informações e conhecimentos para toda a região do Rio Negro. Ednéia expressou sua felicidade pelo reconhecimento de sua dedicação em informar as pessoas sobre os variados assuntos compartilhados na radiofonia.

Ednéia Teles deixou sua função no primeiro semestre de 2021, juntamente com outras mulheres comunicadoras, deixando um legado importante na história da comunicação indígena no Rio Negro. A radiofonia e as mulheres indígenas nessa região têm um vínculo íntimo que remonta à demarcação das Terras Indígenas do Rio Negro na década de 1990. Desde então, as mulheres estiveram na vanguarda da comunicação por radiofonia desenvolvida pela FOIRN. Ao longo das mais de três décadas de atuação da Federação, várias mulheres assumiram o desafio de serem operadoras de radiofonia, incluindo nomes como Rosiléia, Loreta, Odilene, Paula, Eucimar, Elisângela, entre outras em toda a região do Rio Negro. Elas utilizam as ondas de rádio não apenas para comunicar, mas também para reivindicar, lutar e resistir. O protagonismo das mulheres indígenas rionegrinas tem sido uma constante desde os primeiros anos da FOIRN até os dias atuais.



Fonte: Juliana Radler/ISA e Acesso FOIRN

Com a internet invadindo o território e gradualmente se tornando a principal ferramenta de comunicação no Rio Negro, conforme indicam dados e relatos dos membros do DECOM, a radiofonia parece estar se tornando algo do passado para os jovens e adolescentes que já nasceram na era digital (McLuhan, 2023). Embora a tecnologia seja vista como antiquada, ainda é valorizada por expressões como "nossa velha radiofonia" e "a mais antiga ferramenta de comunicação no Rio Negro, mas ainda funciona". Para muitos, a radiofonia se tornou a segunda opção, uma alternativa quando a internet falha. No entanto, para aqueles que viveram o auge da radiofonia, especialmente nas décadas de 1990 e 2000, as memórias permanecem vívidas. Durante as entrevistas, percebi um sentimento de orgulho nas lideranças que estiveram diretamente envolvidas na expansão da rede de radiofonia no Rio Negro, por terem participado desse processo histórico.

Ainda hoje, a rede de radiofonia é a principal e mais eficiente tecnologia de comunicação no Rio Negro, embora se tenha observado, nos últimos anos, uma redução na procura por ela pelos indígenas da região. A ferramenta continua a servir como um meio para envio de mensagens rápidas e curtas para muitas pessoas e comunidades, sendo, em muitos casos, o único meio de comunicação disponível. Muitas lideranças indígenas acreditam que a radiofonia continuará a ser o meio de comunicação mais eficaz na região, mesmo com a chegada da internet. Essa crença se deve ao fato de que os custos para acessar e manter projetos de inclusão digital são elevados, tornando a radiofonia uma tecnologia mais acessível.

Ao percorrer nossa trajetória até aqui, torna-se evidente que diversos momentos históricos dos povos indígenas do Rio Negro e da FOIRN foram narrados e compartilhados por meio das ondas de rádio, atravessando os diversos territórios e realidades multilíngues da região. A tecnologia, inicialmente criada e aprimorada para fins bélicos durante guerras mundiais e conflitos ao longo da história, chegou ao Rio Negro através da Igreja e do Estado (Exército), que inicialmente se recusaram a compartilhá-la com os povos já presentes na região, pois representava conhecimento e poder centralizados nas mãos de poucos. Como mencionou Ricardo (2024) em seus relatos, as lideranças indígenas precisavam "beijar as mãos" dos padres e militares para acessar essa tecnologia.

A posse dessas tecnologias pelos povos indígenas por meio da FOIRN representou uma ruptura no sistema estabelecido, que buscava desestruturar a organização social tradicional, já enfraquecida por sucessivas violências ao longo dos séculos de contato. Os povos rionegrinos, juntamente com outros povos indígenas no Brasil, que eram considerados transitórios e fadados a desaparecer em breve, resistiram mais uma vez, lutaram e negociaram. Desta vez, puderam unir-se por um objetivo comum: a defesa de seus territórios. As empresas e interesses governamentais não podiam mais adentrar o território de qualquer maneira, pois havia uma mobilização em curso. Um escudo estava sendo montado pelas lideranças, e a comunicação através da radiofonia encurtou as distâncias geográficas, unindo a diversidade e a força ancestral em defesa do território.

### 3.4 COMUNICAÇÃO INDÍGENA NO RIO NEGRO: TRAJETÓRIA, DESAFIOS E CONQUISTAS DA FOIRN

Hoje, em 2024, o DECOM conta com uma equipe de profissionais e técnicos especializados nas áreas em que atuam, incluindo designers gráficos, profissionais de marketing, técnicos em informática, operadores de radiofonia, entre outros. Esses profissionais dispõem de tecnologias de ponta para realizar suas tarefas, como computadores de nova geração e modernos programas de edição audiovisual, além de internet de alta qualidade para atender às demandas de produção e divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela FOIRN, coordenadorias regionais e associações de base. Tudo isso é resultado do esforço e dedicação dos profissionais que compõem o departamento, bem como da diretoria da FOIRN, que, nos últimos anos, tem investido tempo e recursos para fortalecer essa frente de trabalho, considerando a comunicação institucional essencial para a defesa dos direitos indígenas e dos territórios.

Na última década, a Federação ampliou e consolidou sua presença na internet, contando com uma ampla rede e canais de comunicação na web, como sites, blogs e redes sociais. A presença online passou a ser um campo crucial para as narrativas indígenas, as ações realizadas e, principalmente, os posicionamentos em defesa dos direitos, o que hoje é conhecido como marcar presença na rede para demarcar territórios digitais. Ao longo dos anos, os métodos, processos de produção e produtos de comunicação foram aperfeiçoados a partir de novos conhecimentos e tecnologias, otimizando o trabalho ao longo do tempo.

Quem vê hoje a estrutura, os recursos tecnológicos e humanos disponíveis para a comunicação institucional da FOIRN pode não acreditar que, nos anos 1990, especialmente a partir de 1993, quando Braz França foi indicado para presidir a instituição, não havia ninguém dedicado exclusivamente às ações de comunicação da instituição para o território.

Naquela época, as ferramentas disponíveis eram limitadas devido à falta de recursos financeiros; do pouco que havia, fazia-se o máximo possível. Max Tukano se considera um dos primeiros comunicadores da instituição, trabalhando de forma voluntária para produzir um boletim informativo. Ele inseria informações sobre a FOIRN e a cultura indígena, reproduzia manualmente o material e, posteriormente, fazia cópias em mimeógrafo, distribuindo-o onde fosse possível. "Não estava trabalhando nesse tempo, me chamaram para ajudar. Eu fazia trabalho voluntário, produzia material de comunicação de forma manuscrita, incluía desenhos e informações sobre a cultura como curiosidade", afirma Max Tukano em entrevista.

Presente na fundação da FOIRN em 1987, Gersem Luciano dos Santos, conhecido atualmente como Gersem Baniwa, desempenhou um papel fundamental no fortalecimento da comunicação da FOIRN durante os anos 1990, especialmente quando fez parte das diretorias. Inicialmente, produziam manualmente cartas para circular nos territórios. Mais tarde, em 1995, essas produções foram transformadas no boletim Wayuri, que passou por diversas mudanças e melhorias ao longo do tempo. Esse material começou a circular no território e passou a causar desconforto à Igreja, principalmente por abordar a necessidade e a importância da valorização cultural. Luciano (2006) lembra de um episódio em que esse informativo estava causando incômodo à Igreja Católica.

Cito como exemplo, um fato que me ocorreu em 1999, durante uma visita de trabalho ao Distrito de Taracuaá, na condição de secretário municipal de educação, e acompanhando o prefeito do município de São Gabriel da Cachoeira. Assim que ancoramos no porto da comunidade, que é também sede da missão salesiana, veio um padre conhecido por nome Sartori, após ter cumprimentado o prefeito, logo se virou para mim, e em vez de me cumprimentar começou a proferir-me ofensas e

ameaçando jogar-me no rio, porque eu havia escrito heresias e blasfêmias contra “Deus” há alguns anos em um dos exemplares do Boletim Informativo “Wayuri” da FOIRN que na época eu editava, como diretor responsável da entidade. A questão só não prosperou por intervenção do prefeito e dos colegas que estavam no barco. Todos os que presenciaram o episódio ficaram perplexos sem saber ao certo a razão da fúria do padre, mas como de costume, ninguém tomou nenhuma atitude mais consequente a respeito, inclusive eu. Ao retornar à sede do município fui à sede da FOIRN procurar o tal exemplar do boletim de 1995, e nele não havia nenhum ataque direto aos princípios dogmáticos da religião católica, mas apenas argumentos em defesa da valorização das tradições indígenas e reflexões sobre o papel da escola e do movimento indígena em relação à questão sugerindo ações e estratégias de resgate e revitalização das mesmas (Luciano, 2006, p. 82).

Outra ocasião que continua sendo lembrada no Rio Negro, especialmente por aqueles envolvidos na comunicação indígena, é a repercussão midiática de uma denúncia feita por Miguel Maia sobre os abusos cometidos por militares contra indígenas Koripako na região do Alto Içana. Esse episódio resultou na elaboração de um acordo de convivência entre militares e indígenas no território.

Como liderança e diretor da FOIRN no início dos anos 2000, Miguel Maia desempenhou um papel fundamental na formulação e estruturação das primeiras ações de comunicação institucional por meio do rádio, especialmente através do Programa Vozes do Rio Negro, lançado na rádio AM em São Gabriel da Cachoeira na década de 2000. Ele também foi responsável pela iniciativa de criar um setor dedicado à comunicação institucional, que coordenava ações como a produção e circulação do boletim Wayuri e a criação dos programas de rádio.

“A ideia era produzir notícias para informar os parentes sobre os trabalhos e acontecimentos. Queríamos fazer comunicação de índio para índio. Não sei como, mas a gravação e produção dos programas de rádio Vozes do Rio Negro eram responsabilidade do Miguel Maia”, lembra Domingos Barreto, liderança indígena do Povo Tukano, vice-presidente entre 2001 e 2023 e presidente da FOIRN entre 2005 e 2008. Hoje, sabemos que a produção de informações e comunicação de indígena para indígena é uma das características do que chamamos de etnomídia. Naquela época, a construção de conceitos para definir esse novo formato de comunicação contra-hegemônica e decolonial era impensável na academia.

O programa “Vozes do Rio Negro” foi um sucesso inicial, mas, anos depois, enfrentou interrupções devido a questões políticas, com alguns gestores municipais se opondo às pautas do movimento indígena e impedindo a veiculação do programa. Esse mesmo motivo levou ao encerramento definitivo do programa após as eleições municipais de 2016, apesar dos esforços da diretoria da FOIRN e do setor de comunicação para tentar reativá-lo. Até hoje, em 2024, o programa permanece desativado. Com a melhoria da qualidade da internet e

outras possibilidades surgidas com a criação da Rede Wayuri em 2017, foram consolidados alguns programas de rádio na FM e através da rádio web. Esses projetos serão explorados mais detalhadamente no Capítulo III deste trabalho.

Lançado em 1995, mas produzido antes desse ano, o boletim informativo Wayuri foi e continua sendo, apesar de estar paralisado desde o segundo semestre de 2023, um dos produtos de comunicação mais bem-sucedidos da FOIRN. As edições de 1997 são as mais conhecidas atualmente, pois as outras se perderam ao longo dos anos. A partir de 2013, todas as edições passaram a estar disponíveis em versão digital na plataforma Issuu. Nos últimos 10 anos, foram editadas quatro edições, com periodicidade trimestral.

Ao longo do tempo, os editoriais foram adaptados conforme o planejamento dos responsáveis pelo setor. Algumas versões mais antigas contêm artigos de opinião de diretores da instituição, outras trazem curiosidades em línguas indígenas, e a maioria apresenta notícias sobre as realizações da FOIRN. As mudanças na arte e no design do boletim podem ser observadas nas edições, desde as mais simples das versões antigas até as mais coloridas das versões mais recentes, sempre ricas em grafismos e petroglifos, uma das marcas mais reconhecidas do boletim.

Com uma tiragem limitada nos últimos cinco anos, variando entre 1.000 e 2.000 exemplares, a distribuição do boletim tem sido um desafio para a FOIRN. Isso ocorre porque, nas reuniões da FOIRN em São Gabriel da Cachoeira, o setor responsável entrega uma quantidade específica para as lideranças regionais, divididas conforme o número de associações de base ou comunidades.

No entanto, as entregas nem sempre são realizadas de forma eficaz, e, durante a viagem de retorno para suas comunidades, muitos boletins acabam ficando ou sendo entregues a poucas comunidades. Com o fortalecimento dos departamentos políticos da Federação, como os de educação, mulheres e juventude, esses têm se empenhado em produzir algumas edições especiais, como o boletim Inapeda (mulheres na língua Baniwa), lançado pelo departamento de mulheres em 2022, e o boletim Bem Viver, também do departamento de mulheres em conjunto com o departamento de juventude da FOIRN.

A presença da FOIRN na internet começou em 2010, com a criação de um perfil no Facebook. O lançamento do site institucional ocorreu em 2012, durante a assembleia-geral realizada em novembro. Esse site foi atualizado e reformulado em 2021. A presença online foi reforçada com a criação de um perfil no Twitter, que atualmente possui X seguidores, e no Instagram. Durante a pandemia, foi lançado o site da campanha de arrecadação de recursos financeiros, “Rio Negro – Nós Cuidamos”, e, após a pandemia, também foi lançado o site

Memoráveis, que reúne perfis e histórias de vida das vítimas da Covid-19 no Rio Negro. Em 2021, foi lançado o site do Fundo Indígena do Rio Negro (FIRN) e dos PGTAS, e em 2023, o site do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN). No total, a FOIRN conta com seis sites: [www.foirn.org.br](http://www.foirn.org.br), [www.noscuidamos.foirn.org.br](http://www.noscuidamos.foirn.org.br), [www.memoraveis.foirn.org.br](http://www.memoraveis.foirn.org.br), [www.firn.foirn.org.br](http://www.firn.foirn.org.br), [www.pgtas.foirn.org.br](http://www.pgtas.foirn.org.br) e [www.dmirn.foirn.org.br](http://www.dmirn.foirn.org.br). Além disso, é mantido o blog da Federação, [www.foirn.blog](http://www.foirn.blog).

Com a internet se tornando um campo crucial na luta pelos direitos indígenas, a presença online dos povos indígenas no Brasil, incluindo aqueles representados pela FOIRN, tem se tornado cada vez mais relevante e necessária. Através desses canais de comunicação, a instituição luta, se manifesta e denuncia a violação dos direitos dos povos indígenas. Durante a gestão do governo de Jair Bolsonaro, um governo declarado anti-indígena, foram emitidas e veiculadas várias cartas de repúdio aos ataques e ameaças contra os direitos dos povos indígenas. A presença na internet possibilita a ampliação das vozes e fortalece a visibilidade da luta indígena na contemporaneidade, onde tecnologias como a internet passaram a fazer parte das ferramentas e estratégias de luta dos povos indígenas.

Algumas lideranças indígenas no Rio Negro veem com preocupação o formato cada vez mais digitalizado da comunicação institucional da FOIRN. Domingos Barreto, por exemplo, acredita que a comunicação precisa evoluir e adotar novas tecnologias como ferramentas para apoiar a produção de informações para circular no território. No entanto, ele questiona os formatos atuais de produção e circulação de informações, que valorizam apenas as produções que utilizam novas tecnologias e negligenciam os formatos e tecnologias de comunicação tradicionais, como a transmissão de informações verbalmente ou no formato “cara a cara”, que ele chama de comunicação direta que valoriza a oralidade. Para ele, a comunicação que respeita e considera as especificidades das formas de comunicação de cada povo é crucial. Ele defende que “índio falar para índio”, referindo-se à produção de conteúdo e informações de indígena para indígena, deve ser fortalecido, pois é o método mais eficiente.

Me pergunto, mesmo com tanto alcance tecnológico, produção de conteúdos, e uso de todos os tipos de ferramentas, por que não conseguimos levar e circular informações nas bases? Por que, uma das principais questões, que enfraquece o movimento indígena, é a falta de circulação de informação nas comunidades? Por que, lá atrás, com pouco recursos e com quase nenhuma tecnologia, a comunicação era eficiente? A meu ver, a comunicação institucional precisa ser repensada, para entender o que precisa ser feito para que a informação chegue nas comunidades. Parece que precisamos retomar e valorizar as formas tradicionais de repasse de informações. Antigamente, tínhamos poucas radiofonias, mas, toda região era mobilizada. A base só forte e mobilizada se estiver informada e atualizada sobre os acontecimentos. No tempo que o Governo Federal tentou demarcar o território em forma de colônias, as próprias bases, iam lá arrancar os marcos e jogar fora. Hoje,

não vemos as comunidades e associações fortalecidas, um exemplo recente foi a CPI das ONGs, que atacou o movimento indígena pelos próprios indígenas incentivados por grupos de políticos, não vimos reação da base. Isso, é falta de comunicação eficiente nas bases. (Domingos Barreto em entrevista concedida a mim no dia 14 de setembro de 2023).

Institucionalmente, a Federação rebateu e desmentiu várias informações falsas criadas por um grupo de indígenas com o intuito de denegrir sua imagem. Esses ataques foram realizados por alguns parentes indígenas que apoiam ideias desenvolvimentistas e exploratórias, promovidas por projetos da Ditadura Militar na região do Rio Negro nas décadas de 1970 e 1980. Domingos considera que, para combater a disseminação de narrativas falsas, é fundamental a circulação de informações dentro dos territórios. Para ele, não adianta utilizar tecnologias avançadas se a comunicação não for efetiva. A comunicação não deve se restringir apenas ao público externo; é crucial que as comunidades indígenas estejam informadas e atualizadas sobre a luta e os trabalhos da instituição, neste caso, a FOIRN.

### 3.5 COMUNICAR PARA SALVAR VIDAS – RADIOFONIA NA PANDEMIA DE COVID-19 NO RIO REGRO

O Rio Negro foi uma das regiões afetadas pela pandemia de Covid-19, que teve início em abril de 2020 (Gonçalves, 2020). Em março daquele ano, a FOIRN realizou uma reunião do Conselho Diretor no Instituto Bíblico do Alto Rio Negro (IBARNE), localizado no KM 9 da estrada de Camanaus. Na ocasião, a mídia começava a anunciar a possibilidade de uma doença contagiosa desconhecida em alguma cidade da China. Para nós, era algo distante e não havia motivo para grande preocupação.

Em poucos dias, todos os jornais noticiavam que a doença havia se espalhado e chegado às principais cidades da Europa. A partir daí, surgiu a preocupação com a existência de casos suspeitos no Brasil. No final de fevereiro, foi confirmado o primeiro caso no Brasil, no estado de São Paulo. Não demorou para que outros casos fossem confirmados nas principais capitais brasileiras. Em Manaus, capital do estado do Amazonas, o primeiro caso foi confirmado no dia 13 de março. Em São Gabriel da Cachoeira, os primeiros dois casos foram confirmados no dia 26 de abril. Em 5 de maio de 2023, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em Genebra, na Suíça, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional relacionada à Covid-19, São Gabriel da Cachoeira contabilizava 12.863 casos e 114 óbitos, com uma taxa de letalidade de 0,89% (Handan, 2023).

Até hoje, o número total de vítimas é discutível, pois as lideranças indígenas acreditam que houve subnotificação de casos e de vítimas. Essa questão levou a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) a realizar um levantamento de casos e vítimas indígenas do coronavírus na Amazônia Brasileira, lançando a campanha “Não são números, são vidas!”.

No Alto Rio Negro, especialmente no município de São Gabriel da Cachoeira, onde está localizada a sede da FOIRN, as mulheres indígenas, coordenadas pelo Departamento de Mulheres Indígenas (DMIRN/FOIRN), assumiram o protagonismo na liderança de uma campanha de arrecadação de recursos financeiros para promover ações de prevenção e cuidados relacionados à nova doença. Assim, foi criada e lançada a campanha "Rio Negro, Nós Cuidamos", em 29 de abril de 2020, liderada pelas coordenadoras do DMIRN, Elisângela da Silva Baré e Jante Alves Dessana.

Inicialmente, foram produzidas peças audiovisuais e lançado um site, além de várias outras ações e inúmeras lives para ampliar o alcance da campanha. Com o apoio da campanha, foram produzidas e adquiridas máscaras, cestas básicas, EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e materiais de comunicação, como cartilhas de orientação para a prevenção da Covid-19 em línguas indígenas. Outras campanhas, como a União Amazônia Viva, também se somaram a essa mobilização.

Figura 12 – Figura 3 Em destaque, Elisângela da Silva Baré e Janete Alves Desana, Coordenadoras do DMIRN e da Campanha Rio Negro, Nós Cuidamos, distribuindo máscaras para moradores de São Gabriel da Cacheira



Foto: Acervo FOIRN

Mesmo com esforços e tentativas de criar restrições para evitar o contágio, todas as comunidades indígenas no Rio Negro foram severamente atingidas pela doença. Na cidade, a

FOIRN liderou a formação do Comitê de Crise, presidido por Marivelton Baré, presidente da Federação, e composto por representantes das instituições locais. No início das atividades do comitê, a maioria dos representantes dessas instituições comparecia; nas semanas seguintes, apenas alguns compareciam. O Comitê foi responsável por discutir e definir as medidas a serem tomadas para tentar conter o avanço da doença.

A partir dele, eram emitidos decretos de fechamento e restrições. Também eram atualizados os dados sobre o número de casos suspeitos e confirmados, tanto na cidade quanto nas comunidades indígenas do território. Inicialmente, os encontros do comitê eram realizados ao final de cada dia na Casa do Saber (maloca) da FOIRN, mas a frequência foi reduzida nas semanas e meses seguintes, devido ao risco de contágio representado por esses encontros.

Alguns encontros foram realizados de forma online. Após cada reunião, a jornalista Ana Amélia, do Instituto Socioambiental (ISA), elaborava um boletim sobre a situação da Covid-19 no Rio Negro, resumindo os principais encaminhamentos e atualizações sobre os dados de casos. Esse boletim era circulado pelo WhatsApp. Em 8 de maio, foi decretado o primeiro "lockdown" pelo prefeito de São Gabriel da Cachoeira, a partir da recomendação do Comitê e assinado pelo vice-prefeito Pascoal Alcântara, pois o prefeito havia sido infectado pela doença e encaminhado para Manaus.

Uma das importantes frentes de trabalho da FOIRN e do ISA foi a comunicação. Vou iniciar contextualizando, a partir da minha experiência como Coordenador do Setor de Comunicação, um dos responsáveis por discutir e buscar formas de desenvolver ações de comunicação durante a pandemia. No início, quando a pandemia chegou, não tínhamos ideia do que enfrentaríamos; era uma doença desconhecida até pela medicina. As descobertas ocorreram à medida que as pesquisas foram realizadas. A partir disso, o que se sabia, com base nas orientações e informações repassadas pelas autoridades, era a necessidade de isolamento e uso de máscaras.

Antes mesmo de organizar as ações, todas as instituições paralisaram suas atividades, incluindo a FOIRN. Apenas alguns setores estratégicos continuariam funcionando durante a pandemia, e o Setor de Comunicação estava entre eles. Minha colega de trabalho, Ednéia Teles, e eu continuaremos indo ao setor para cuidar da comunicação institucional e desenvolver ações em parceria com a comunicação do ISA e a Rede Wayuri.

Com o suporte da Campanha "Rio Negro, Nós Cuidamos", do DMIRN, as primeiras ações foram elaboradas. Ednéia Teles foi indicada para liderar a produção de informações básicas e a distribuição dessas informações na rua, utilizando uma caixa de som. Além disso, foram produzidos áudios curtos pela Rede Wayuri, liderada por Claudia Ferraz, para serem

veiculados na cidade. Para fortalecer essas ações nas ruas, alguns voluntários foram convocados, incluindo estudantes e professores, que, além de veicularem os áudios produzidos, paravam em locais com aglomerações, como filas de casa lotérica, bancos e feiras.

Nesses espaços, os voluntários, liderados por Ednéia e, em algumas ocasiões, pelas coordenadoras da Campanha "Rio Negro, Nós Cuidamos", falavam sobre os cuidados necessários para a prevenção do contágio, como isolamento social, higiene e outras orientações determinadas pelas autoridades sanitárias.

Além de liderar as mobilizações na cidade, Ednéia também coordenava a comunicação da FOIRN através da radiofonia. As memórias ainda são vivas, pois tudo aconteceu muito rápido, exigindo que as ações de comunicação fossem pensadas e realizadas de forma urgente. Segundo ela:

Não tínhamos muito tempo para pensar, não sabíamos muito que fazer, só tínhamos uma certeza, que a comunicação e informar as comunidades sobre a doença era muito importante. Eu tinha muito medo de pegar a doença, continuar indo ao trabalho era um risco, pois, em casa tinha meu filho. Saía de casa, no começo via as ruas vazias, isso me deixava ainda mais com medo. Eu tinha que ir, pois, sabia que meu trabalho era importante, levar informação para nossos parentes nas comunidades podia salvar vidas. Quando chegava em casa, tinha que seguir todos os cuidados, como lavar as roupas, evitar contato com os familiares, isso me deixava com mais medo ainda. Quando apresentei sintomas, tive que me afastar do trabalho para me cuidar em casa. (Ednéia Teles em entrevista concedida a mim no dia 6 de fevereiro de 2024).

Figura 13 – Carro de Som, levando informações sobre os cuidados e prevenção da Covid-19 nas ruas de São Gabriel, ação de comunicação da FOIRN, Rede Wayuri, ISA e voluntários



Foto: Acervo FOIRN

A antropóloga Francinéia Baniwa também compartilha o mesmo sentimento de medo expresso por Ednéia Telles:

Acho que isso não foi só um medo que senti, mas, acho que isso sim foi um medo para todos os povos, para quem já passou por um extermínio como malária, sarampo e outras coisas no Rio Negro, isso, foi assustador, porque, você cresceu ouvindo esses relatos dessas doenças que nem essa, agora, da Covid-19. Então, você passa a maior parte do tempo pensando, E aí? Como posso retornar para minha casa? Será que ainda vou ver meu pai? Vou ver melhor filho?”. (Barros *et al.*, 2023, p. 175).

Durante o período em que Ednéia trabalhou com radiofonia, nos primeiros meses da pandemia e também após seu retorno ao trabalho, ela testemunhou o quanto a radiofonia foi crucial para salvar vidas. Inicialmente, as comunidades ronegrinas ficaram assustadas, e muitas pessoas começaram a entrar em desespero. Informações falsas começaram a circular na cidade e chegavam às comunidades, afirmando que a doença era letal e que ninguém sobreviveria. Esse pânico aumentou a aflição das pessoas. Ednéia lembra que as pessoas começaram a procurar informações e tirar dúvidas pela radiofonia, além de buscar atualizações sobre a situação na cidade. Em entrevista concedida a este trabalho, Ednéia relata:

A gente não tirava apenas as dúvidas e levava informações corretas, como também era novo papel, levar esperanças, falar que pouco se sabia sobre a doença e que precisavam confiar nas informações repassadas pelos profissionais da saúde e autoridades sanitárias. Para levar informações oficiais, começamos chamar profissionais da saúde, como enfermeiros, médicos, até algumas lideranças para levar mensagem sobre a importância do uso da medicina tradicional. Os esforços iniciais, de levar informações através de carro de som para as ruas da cidade. (Edneia Teles em entrevista concedida a mim no dia 6 de fevereiro de 2024).

Sobre a necessidade de isolamento para evitar o contágio, a medida surtiu efeito. Durante uma semana, as ruas ficaram vazias, e as pessoas saíam apenas em casos muito necessários. Por decreto municipal, todos os estabelecimentos, como lojas, feiras e bancos, foram fechados. No território, algumas comunidades indígenas chegaram a colocar placas de aviso nos portos, pedindo que não quisessem receber pessoas vindas da cidade, para evitar a propagação da Covid-19. No entanto, todo esse esforço e seus efeitos não durariam por muito tempo. A desinformação começou a chegar da maior autoridade do país, o então presidente Jair Bolsonaro. No dia 20 de março de 2020, ele afirmou<sup>16</sup>.

“Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, não”, referindo-se

---

<sup>16</sup> Portal da BBC News Brasil mostra que o presidente Jair Bolsonaro afirmou sobre a Covid-19, disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/jair-bolsonaro-diz-que-nao-chamou-covid-19-de-gripezinha/>

à facada que sofreu durante a campanha de 2018. Quatro dias depois, reafirmou sua posição em um pronunciamento, dizendo: “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria, ou, no máximo, seria acometido de uma gripezinha ou resfriadinho”.

No mesmo dia e nos dias seguintes, muitas pessoas voltaram a circular pelas ruas e os indígenas das comunidades retornaram à cidade, o que fez com que os casos aumentassem drasticamente. A mobilização pelo isolamento, uso obrigatório de máscaras e álcool em gel 70% passou a ser o foco dos materiais de comunicação.

Nessa situação, a campanha “Rio Negro, Nós Cuidamos” passou a levar material de higiene e cestas básicas para as comunidades, ao mesmo tempo em que fortalecia a campanha pelo uso da medicina tradicional. Essa mobilização transformou a rede de radiofonia do Rio Negro em uma grande rede de troca de saberes e conhecimentos ancestrais, com ênfase na medicina indígena. Ednéia lembra que, quando as comunidades começaram a compartilhar receitas e remédios caseiros para aliviar os sintomas da doença, como dor de cabeça, febre e dificuldades de respiração, a radiofonia permitiu que pessoas de diferentes regiões e até mesmo de outros povos compartilhassem receitas e nomes de plantas para enfrentar a doença. Embora a Covid-19 tenha vitimado 114 pessoas, conforme dados oficiais, a taxa de letalidade foi baixa comparada com outras regiões do Brasil.

O incentivo das lideranças e dos profissionais de saúde para usar a medicina tradicional, transformou a radiofonia, numa grande rede de trocas de saberes e conhecimentos. As pessoas começaram a trocar conhecimentos e receitas de remédios caseiros com os outros, alguns na língua, outros em português. Enquanto a ciência ainda buscava produzir a vacina, as comunidades indígenas com seus conhecimentos milenares estavam conseguindo diminuir a força até mesmo curar as pessoas que tinha pegado a doença, principalmente os casos graves. Falavam-se muito da importância dos cuidados, e evitar o encaminhamento de doentes para a cidade, pois, isso, significava risco de perder a pessoa. Olhando para trás, podemos dizer que foi a nossa medicina que nos salvou, evitando que muitas pessoas fossem vítimas, como vimos em outros lugares. (Ednéia Teles em entrevista concedida a mim no dia 6 de fevereiro de 2024).

Radler (2023) corrobora os depoimentos de Ednéia Teles sobre como as informações e trocas passaram a acontecer através das redes e meios de comunicação disponíveis naquele período:

A troca de saberes indígenas por meio das redes de comunicação para o controle e combate da doença também multiplicou. Receitas de chás, xaropes e outros compostos naturais à base de plantas, assim como benzimentos e outros meios xamânicos de proteção, começaram a circular com os cuidados preconizados pela medicina dos brancos (Radler, 2023, p. 90).

A comunicação integrada entre a FOIRN e o ISA, incluindo a Rede Wayuri, continuou sendo uma frente de trabalho crucial no enfrentamento do coronavírus, especialmente para combater as informações falsas que circulavam nas redes sociais e em aplicativos de mensagem, como grupos de WhatsApp. Essa mobilização persistiu até mesmo após a chegada das vacinas ao território.

Na região do Içana, algumas comunidades resistiram e não aceitaram a vacinação. Isso ocorreu em parte devido a uma declaração feita por Jair Bolsonaro em 18 de dezembro de 2020, na qual ele afirmou<sup>17</sup>: “Lá no contrato da Pfizer, está bem claro que nós (a Pfizer) não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um jacaré, é problema seu”. Essa afirmação, que questionava as vacinas e a gravidade da pandemia – que até aquela data havia causado quase 185 mil mortes no Brasil – foi amplamente divulgada. No Rio Negro, foi entendida e compartilhada como “se tomar a vacina, vai virar jacaré”, sendo recebida como verdade em muitas comunidades indígenas no extremo noroeste do estado do Amazonas.

Alguns comunicadores da Rede Wayuri, como Plínio Marcos Baniwa, que também era conselheiro de Saúde, acompanharam as equipes de saúde no Médio Içana II para conscientizar a população, pois alguns residentes eram muito resistentes. Nessa região, que abriga comunidades evangélicas, circulavam vídeos desinformativos provenientes do lado colombiano, onde alguns pastores pediam categoricamente para que os membros das comunidades não aceitassem a vacina contra a Covid-19, alegando que se tratava do “chip da besta”, conforme mencionado em algumas partes do livro de Apocalipse.

A radiofonia não apenas serviu como uma rede de troca de saberes para enfrentar a doença, mas também contribuiu para a disseminação de informações sobre a Covid-19 nas comunidades. Esse esforço foi apoiado pela mobilização através da radiofonia, produção de material impresso nas línguas indígenas e ações coletivas. Os materiais produzidos foram compartilhados com as equipes multidisciplinares do DSEI-Alto Rio Negro, Médicos Sem Fronteiras, Expedicionários da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de apoiar a conscientização sobre os cuidados necessários, a presença e, principalmente, a importância da vacinação, além de combater as fake news.

A passagem da Covid-19 pelo Rio Negro deixou várias lições para os povos indígenas da região. Compartilho aqui três lições principais. A primeira refere-se à necessidade de valorização dos conhecimentos tradicionais relacionados à medicina. Esses conhecimentos

---

<sup>17</sup> Reportagem disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/12/18/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce.htm?>

foram essenciais para que o número de vítimas não fosse ainda maior. A segunda está relacionada à valorização dos ensinamentos dos conhecedores tradicionais.

A Covid-19 vitimou alguns dos principais conhecedores tradicionais e lideranças indígenas no Rio Negro, entre eles Feliciano Lana Desana, Higino Pimentel Tuyuka, Isaías Pereira Baniwa e muitos outros. A perda desses conhecedores tradicionais e lideranças políticas representou uma perda inestimável de saberes ancestrais. Em resposta a essas perdas, a FOIRN, em parceria com o ISA, lançou em 2021 o site Memoráveis<sup>18</sup> com objetivo de registrar e compartilhar a história de vida das vítimas da Covid-19.

A terceira lição refere-se à importância da comunicação eficiente, como a desenvolvida pelas equipes da FOIRN em conjunto com o ISA e a Rede Wayuri. Esse esforço foi amplamente reconhecido, como será detalhado no terceiro capítulo deste trabalho. Mais uma vez, o uso das tecnologias de comunicação, internet e radiofonia possibilitou uma comunicação vital que salvou muitas vidas durante a crise sanitária enfrentada pelos povos indígenas do Rio Negro.

Figura 14 – Página de abertura do site Memoráveis lançado pela parceria FOIRN/ISA



Feliciano Lana traduziu em arte as paisagens do Rio Negro

Higino Tenório: um curioso entendedor de mundos

Espírito de liderança e gentileza eram marcas de Isaías Baniwa

Fonte: Site Memoráveis

<sup>18</sup> Endereço do site Memoráveis: <https://memoraveis.foirn.org.br/>

#### **4 INTERNET NO RIO NEGRO E NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO, POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Neste capítulo, abordaremos as transformações ocorridas com a chegada e o aumento do número de pontos de internet nas comunidades indígenas do Rio Negro. Apresentaremos o contexto atual da região, destacando a conectividade avançada no território a partir da perspectiva da comunicação indígena e de seu fortalecimento. Também compartilharemos reflexões sobre esse novo momento na região, apontando possibilidades, riscos e desafios para as comunidades conectadas à internet.

Concordamos com Oliveira (2014) ao afirmar que acessar conhecimentos e aproveitar tudo o que a conexão à internet pode oferecer, propiciada pelas novas tecnologias de comunicação, é uma nova forma de estar no mundo. Para as comunidades e povos indígenas, é necessário alinhar e construir estratégias para que essas tecnologias sejam aliadas na manutenção do nosso modo de vida, ao mesmo tempo em que possibilitam o acesso a outros tipos de conhecimentos e ciências.

As mudanças ocorridas nas últimas décadas nos modelos de comunicação criaram uma nova forma de estar no mundo que desafia professores, alunos e sistemas de ensino. Os níveis de acesso e o uso das tecnologias de informação mostram o grau de autonomia que um indivíduo ou um coletivo possui para obter informação, disseminar conteúdos, cumprir deveres e fazer valer seus direitos. Entre os maiores desafios das próximas décadas estar alinhando os avanços técnicos com a boa transmissão dos conhecimentos universais, dos conhecimentos tradicionais, dos direitos humanos, da fraternidade e a da preservação do meio ambiente (Oliveira, 2014, p.11 ).

O antropólogo e escritor indígena Jaime Diakara, do povo Desano, em entrevista<sup>19</sup> para a repórter Cibele Lana da Revista Cidade Nova em 2021, admite que o impacto das novas tecnologias tem provocado mudanças nos hábitos das aldeias, especialmente na transmissão oral das histórias e na formação das crianças sobre o papel das lideranças indígenas.

Você não vê as crianças perguntarem para os pais quem era a vovó, o papel de liderança da vovó”. O pai está sendo trocado por aplicativo”. Por outro lado, Diakara enfatiza que a cultura é dinâmica e o fato de as novas tecnologias terem chegado aos povos originários não faz deles menos indígenas. “A cultura sempre evolui, movimenta conforme o tempo e o espaço. O homem cria e recria. Essas tecnologias chegaram para as comunidades como ferramenta para a educação, pesquisa, divulgação de produtos e da sua identidade. Antes, os nativos só assistiam

---

<sup>19</sup> A reportagem sobre os impactos das novas tecnologias na vida dos povos indígenas pode ser acessado no endereço: [https://www.cidadenova.org.br/editorial/inspira/3826-o\\_impacto\\_das\\_novas\\_tecnologias\\_em\\_povos](https://www.cidadenova.org.br/editorial/inspira/3826-o_impacto_das_novas_tecnologias_em_povos)

ao que os brancos faziam, mas agora os brancos começam a assistir à cultura dos indígenas.

Outras lideranças indígenas, como Max Tukano, que atualmente leciona em sua comunidade Taracuí e também está cursando pós-graduação na UFAM, avaliam que as tecnologias, como a internet, oferecem muitas facilidades para os povos indígenas, principalmente pela possibilidade de comunicação e acesso à informação. Segundo ele, as lideranças indígenas, especialmente aquelas à frente das associações de base, precisam estar constantemente atualizadas sobre os direitos indígenas para poder compartilhar essas informações com a comunidade. Além disso, como professor, destaca que a internet é essencial para se atualizar e se preparar para o exercício de sua função. Sobre a valorização cultural e os riscos que as novas tecnologias podem representar para a vida dos povos indígenas, ele reflete:

As tecnologias são muito importantes para facilitar nossas vidas, para facilitar nossa comunicação, divulgar nossos trabalhos como lideranças e movimento indígenas do rio Negro. Também são importantes no registro e valorização das nossas línguas e culturas, muitos projetos nesse sentido já foram feitas pela FOIRN, acredito que cada vez mais, precisamos usar isso para fortalecer nossos trabalhos. Mas, precisamos ficar atentos e conscientizar a nossa população que, ao mesmo tempo, em que as tecnologias trazem coisas boas, também pode trazer coisas ruins ou riscos. Muito de nós não sabemos disso, e também como a internet chegou a pouco tempo, não sabemos como essa tecnologia vai afetar nossa cultura, nossa forma tradicional de conhecimentos, e principalmente como isso vai afetar nossas crianças e adolescentes. (Max Tukano em entrevista concedida a mim no dia 12/09/2023).

Um exemplo de projeto bem-sucedido é o Projeto Vídeo nas Aldeias, idealizado e criado pelo indigenista e documentarista Vincent Carelli em 1986. Além de documentar culturas indígenas, o projeto ajudou a formar vários cineastas indígenas no Brasil, especialmente na região Centro-Oeste. Foi fundamental para apoiar os povos indígenas na apropriação do audiovisual como meio de registrar e fortalecer sua cultura, promovendo sua autonomia e resistência. Até hoje, o projeto é uma referência para muitos povos e cineastas indígenas.

Simultaneamente, as antenas do projeto de inclusão da FOIRN, em parceria com a Starlink, oferecem uma oportunidade significativa para o acesso à telemedicina, educação à distância, articulação política, comércio, lazer, proteção contra abusos e violações de direitos humanos, programas de formação profissional e até mesmo para denúncias de tentativas de destruição da natureza. No entanto, a mesma tecnologia utilizada de forma ilegal na Amazônia também fortalece a desinformação e prejudica a fiscalização do garimpo em territórios indígenas. Isso é evidenciado em Roraima, onde a destruição e contaminação dos

rios e as doenças trazidas pelos garimpeiros têm causado mortes de crianças Yanomami quase que diariamente.

Para se ter uma ideia, somente em março de 2024, foram apreendidas 24 antenas em áreas de garimpo em Roraima. Em entrevista ao jornal “Brasil de Fato”<sup>20</sup> no dia 1º de março de 2023, o coordenador de operações do IBAMA, Hugo Loss, afirmou que a popularização do serviço nos garimpos ilegais dificulta a fiscalização ambiental e facilita a logística do garimpo, como o transporte de alimentos, combustível e outros insumos voltados para a atividade ilegal. Segundo ele: “Todo acampamento, todos os barcos, todas as dragas [de garimpo] têm antena Starlink. É amplamente difundida essa internet dentro do garimpo.”

Figura 15 – Equipamentos abandonados por garimpeiros no território indígena Yanomami — Foto: Ibama via AP/G1



Fonte: G1

No Rio Negro, apesar da pressão por mineração e legalização do garimpo, as lideranças e o movimento indígena têm resistido. Nos últimos anos, diversas denúncias foram feitas, e houve expulsões de garimpeiros por forças de segurança nacional — como ocorreu em setembro de 2022, quando a FUNAI e o Exército Brasileiro apreenderam uma balsa de exploração de ouro na região do médio rio Negro, no município de Santa Isabel do Rio Negro, a partir de uma denúncia da FOIRN. Por isso, ainda não há garimpo em grande escala no território, embora se saiba, pelos relatos, que existem alguns garimpos em pequena escala na

<sup>20</sup> Chefe de operações do Ibama defende bloqueio de internet usada por garimpeiros ilegais. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/01/chefe-de-operacoes-do-ibama-defende-bloqueio-de-internet-usada-por-garimpeiros-ilegais>

faixa de fronteira.

Tanto a fala de Jaime Desano quanto a de Max Tukano sugerem a importância de estudos para entender e avaliar os efeitos culturais e sociais da chegada da Starlink nos territórios, bem como do uso da internet e de outras tecnologias, como a TV. Compartilhamos a reflexão feita pelas lideranças indígenas sobre a necessidade de estudos e a importância de formações em letramento digital, com foco na segurança da informação e dos dados. No campo mais amplo, promover um debate sobre esses efeitos a médio e longo prazo deverá ser o caminho necessário, liderado pelas comunidades indígenas, associações de base ou pela FOIRN.

Assim como ocorreu com a rede de radiofonia no Rio Negro, quando foi elaborado o regimento interno, em um futuro próximo serão necessários debates e a construção de uma governança da internet nas comunidades e territórios. Isso garantirá que a tecnologia seja uma aliada na luta dos povos indígenas, uma ferramenta para valorizar e divulgar a cultura, assim como para fortalecer os projetos de desenvolvimento para o bem comum na região.

#### 4.1 INTERNET E TECNOLOGIAS NO RIO NEGRO PARA ENFRENTAR DESINFORMAÇÃO E NOVOS DESAFIOS

Antes da chegada da internet no Alto Rio Negro através dos Programas de Inclusão Digital do Governo Federal, como o GESAC — Governo Eletrônico de Atendimento ao Cidadão, a partir de 2004 em São Gabriel da Cachoeira, já havia internet discada. No entanto, o acesso era limitado e a qualidade da conexão era muito ruim. Nas comunidades, não havia internet, exceto nos PEFs (Pelotões Especiais de Fronteira), onde o acesso era restrito aos moradores que residiam perto ou ao entorno desses PEFs.

A criação do Programa GESAC em 2002 e o início das instalações de pontos de internet a partir de 2003, por meio da sinergia entre quatro ministérios — Comunicação (MC), Educação (MEC), Defesa (MD) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) — foram fundamentais para possibilitar que uma região como a do Rio Negro, até então digitalmente excluída, pudesse acessar essa nova forma de comunicação e informação.

Em 2004, a Escola Baniwa e Koripako Pamáali, a FOIRN e o Instituto Socioambiental (ISA) foram contemplados pelo programa GESAC em São Gabriel da Cachoeira. O ISA realizou algumas oficinas de formação sobre o uso da internet para melhor aproveitamento da tecnologia, e o próprio programa promoveu oficinas de formação para os monitores de

telecentro, como eram chamados os responsáveis pela gestão dos equipamentos nos locais onde os pontos de internet estavam instalados.

Nesse mesmo período, foram implantados mais pontos de internet através do Projeto Cultura Viva do Ministério da Cultura, que, além da antena de internet, também servia como espaço audiovisual para o registro das culturas indígenas. No Rio Negro, a FOIRN liderou a implantação do projeto na região, onde foi construído um espaço para abrigar o projeto, que ficou conhecido como "Pontão da Cultura". Esse prédio foi incendiado criminosamente em 2014. A partir dessa casa de referência, foram instalados vários pontos na região.

Os responsáveis pelos pontos de cultura nas comunidades receberam capacitação e formação sobre o uso dos equipamentos audiovisuais que faziam parte do projeto. Alguns conseguiram produzir, enquanto outros enfrentaram dificuldades devido à falta de continuidade das formações nos anos seguintes. Tanto o ISA quanto a FOIRN abriram espaços de acesso gratuito para a população em geral da cidade e para as pessoas que vinham das comunidades para a cidade.

Somente a partir de 2020, durante a pandemia, a FOIRN, considerando as condições de comunicação na região, iniciou o primeiro projeto de inclusão digital em parceria com o Fundo Amazonas Sustentável (FAS). Foram instaladas sete antenas em pontos estratégicos, como São Joaquim, Boa Vista e Tunuí Cachoeira — no Rio Içana, e Cucuí — no Alto Rio Negro, além de Pari Cachoeira, Iauaretê e Taracuá — na região do Triângulo Tukano. O ISA, em parceria com a FOIRN, também instalou pontos em outras áreas da região, como Açaí, no baixo Uaupés, Vista Alegre, no Rio Cuyarí, e Canadá, no Rio Ayarí. Com a inclusão dos pontos de internet nas escolas estaduais instalados pela SEDUC, o número total de pontos de internet cresceu.

Apesar do aumento dos pontos de internet na região, um dos grandes problemas era a qualidade da conexão, devido ao sinal via satélite. A internet nem sempre estava disponível quando necessária. Além disso, quando um equipamento apresentava problemas, era necessário ligar para a central do GESAC, comunicar o ocorrido e solicitar assistência técnica, que era terceirizada. O técnico, vindo de Manaus ou de outra capital próxima, precisava depender dos transportes disponíveis, além dos custos bancados pela empresa. Naquele período, não havia voo diário de Manaus para São Gabriel da Cachoeira. Muitas vezes, a FOIRN ficava sem internet por algumas semanas, pois o técnico responsável pelas demandas do programa GESAC estava em outra cidade.

Se já era difícil trazer o técnico para São Gabriel da Cachoeira, levá-lo para comunidades distantes era ainda mais complicado. A empresa não queria arcar com o custo do

combustível necessário para a viagem, além de outros custos, como prático fluvial e despesas adicionais. A parceria FOIRN/ISA chegou a bancar o combustível para levar o técnico à Escola Pamáali quando o equipamento apresentava problemas.

De 2022 em diante, a FOIRN, por meio de um projeto de inclusão digital, começou a intensificar a instalação de antenas de internet da Starlink nas comunidades indígenas do Rio Negro, com o apoio de parceiros institucionais como a Fundação NiaTero e o Bezos Earth Fund. Esses pontos são conhecidos e classificados no painel de controle do DECOM como "antenas de projetos institucionais da FOIRN". Outras antenas foram adquiridas através de projetos de turismo comunitário desenvolvidos na região, classificados como "antenas dos Projetos de Base Comunitária de Pesca Esportiva". Essas antenas estão localizadas nas comunidades do médio e baixo Rio Negro, onde esses projetos são desenvolvidos.

Além disso, há pontos de internet adquiridos por meio da parceria FOIRN/COIAB/FAS, através do "Projeto Conexão dos Povos da Floresta". O plano da FOIRN é conectar 100% das comunidades indígenas do Rio Negro à internet. Até abril de 2024, haviam sido instalados 221 pontos de internet da Starlink no Rio Negro, além de apoiar a conexão de instituições parceiras como o DSEI-Alto Rio Negro e DSEI-Yanomami, FUNAI CR Rio Negro, polos-base de saúde e ações realizadas na região, como campanhas de emissão de documentação básica no território.

Segundo a coordenadora do DECOM, Gicely Caxias, durante a entrevista concedida a este trabalho, também foram destinadas antenas para apoiar o Distrito Sanitário da região do Alto Rio Solimões. Uma das preocupações a médio e longo prazo é a manutenção desses pontos, já que os projetos que cobrem as mensalidades dos equipamentos podem encerrar no prazo de dois anos ou menos. A capacidade institucional da FOIRN para buscar recursos para manter as antenas funcionando dependerá da nova gestão que será formada a partir do final de junho de 2024.

Figura 16 – Da esq. a dir. Comunidade Barcelos/Alto Içana, Escola Pamáali/Médio Içana e Bela Vista/Médio Içana recebendo kit de internet da Starlink pela FOIRN em Outubro de 2023



Fonte: Coordenadoria Nadzoeri/Instagram

A partir da chegada das antenas da Starlink no Rio Negro, muitas mudanças significativas começaram a ser percebidas. Neste contexto, compartilham-se as transformações na comunicação da FOIRN. Os efeitos negativos que podem surgir a longo prazo serão discutidos posteriormente. Aqui, destacam-se algumas mudanças positivas que ocorreram, especialmente na comunicação desenvolvida pela FOIRN, como o fortalecimento da presença na internet, conforme brevemente mencionado anteriormente, e a consolidação de algumas ações de comunicação na região.

Uma das principais mudanças positivas foi o fortalecimento da presença online da FOIRN. Com a instalação das antenas da Starlink, a organização pôde ampliar seu alcance e visibilidade, conectando-se de forma mais eficaz com parceiros, apoiadores e a comunidade em geral. Isso permitiu uma maior divulgação de suas atividades, projetos e campanhas, aumentando o engajamento e a conscientização sobre as questões indígenas na região do Rio Negro.

Além disso, a FOIRN conseguiu consolidar ações de comunicação importantes. A melhoria na qualidade da conexão possibilitou a realização de transmissões ao vivo, reuniões virtuais e webinars, facilitando a troca de informações e a coordenação de projetos entre as comunidades e parceiros. A comunicação interna também foi aprimorada, permitindo uma resposta mais rápida e eficiente às necessidades e demandas das comunidades.

A presença de internet de alta qualidade também facilitou o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. A telemedicina, por exemplo, passou a ser uma realidade mais acessível, permitindo diagnósticos e consultas à distância, algo crucial em regiões remotas. Na educação, os estudantes puderam acessar conteúdos online, participar de aulas virtuais e expandir seus horizontes educacionais.

Em resumo, a chegada das antenas da Starlink no Rio Negro trouxe inúmeras mudanças positivas na comunicação desenvolvida pela FOIRN. O fortalecimento da presença

na internet, a consolidação de ações de comunicação, a capacitação das comunidades e o acesso a serviços essenciais são apenas alguns dos benefícios percebidos. No entanto, é importante monitorar e avaliar continuamente esses impactos para garantir que as mudanças sejam sustentáveis e realmente benéficas a longo prazo.

Um ponto importante a destacar é a criação de canais de comunicação e circulação de informações em rede, não apenas da rede de comunicadores indígenas, a Rede Wayuri, mas também das comunidades que passaram a participar de grupos de aplicativos de mensagem, como o WhatsApp, em microrregiões ou regionais, onde lideranças, estudantes e membros da comunidade participam ativamente do compartilhamento de informações.

Em abril de 2024, realizei um levantamento dos grupos no aplicativo de mensagens WhatsApp, o mais utilizado no Rio Negro, para acompanhar a dinâmica de circulação de informações sobre temas de interesse do movimento indígena da região. No âmbito regional do Rio Negro, a diretoria da FOIRN mantém o grupo “Lideranças do Rio Negro FOIRN”, que conta com 185 membros e continua crescendo. Regionalmente, em áreas como a Bacia do Içana ou em coordenadorias regionais, também são mantidos grupos que circulam informações mais internas e compartilham as que também circulam no grupo de lideranças da FOIRN.

No grupo da Coordenadoria Nadzoeri, que abrange a região da Bacia do Içana, a diretoria mantém um grupo com 215 pessoas. Além disso, existem grupos mais específicos para microrregiões. No caso da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Içana e Cuyari (ACIMIRC), há um grupo com 37 membros. Vale destacar que muitas comunidades rionegrinas ainda não têm acesso a essa tecnologia.

Outro destaque é o fortalecimento da comunicação institucional da FOIRN, que possibilitou a participação remota em reuniões das associações de base. Após a primeira participação remota em uma assembleia de base pelo presidente da FOIRN, Marivelton Baré, ocorrida em agosto de 2023, durante a Assembleia das Comunidades Indígenas do Alto Rio Papuri (ACIARP), esse formato de participação tornou-se frequente. Um dos casos mais emblemáticos já compartilhados foi o ocorrido na Assembleia Baniwa e Koripako, na comunidade Matapi Cachoeira, em março de 2024.

Entre março e abril de 2024, foram realizadas cinco assembleias sub-regionais da FOIRN: em Matapi Cachoeira, no Alto Içana (coordenadoria Nadzoeri); em Tapuruquara Mirim, no Médio Rio Negro; em Iauaretê, no Médio Uaupés; em Pari Cachoeira, no Alto Rio Tiquié; e em Juruti, no Alto Rio Negro. Com exceção da assembleia da coordenadoria Nadzoeri, todas foram transmitidas ao vivo pelos canais de comunicação da instituição. Além

das plateias físicas, essas assembleias puderam ser assistidas por interessados, ao vivo ou posteriormente, de forma integral. Prevista para o final de junho, a grande assembleia-geral promete ser a primeira da FOIRN a ser transmitida integralmente, desde o início até o fim.

A transmissão online dos eventos da FOIRN, possibilitada pelas antenas da Starlink, garante que pessoas de outras comunidades e regiões possam acompanhar as decisões e encaminhamentos dos eventos. Isso inclui indígenas rionegrinos que estão em outras partes do país, estudando ou trabalhando, e que, em muitos casos, têm interesse em seguir de perto os eventos do movimento indígena na região do Rio Negro.

Quando os povos Baniwa e Koripako comemoraram os 20 anos da FOIRN<sup>21</sup> em Assunção do Içana (Wanaliana), na maloca Madzerokai, em 2007, foi criada uma linha do tempo desde a década de 1940 para destacar os principais acontecimentos. Segundo André Baniwa, autor do texto na publicação mencionada, o objetivo era "avaliar, refletir e pensar o futuro dos Povos Baniwa e Koripako a partir da História de contato". Durante o encontro, foi feito um exercício para elaborar metas a serem alcançadas nos 20 anos seguintes, a partir daquela celebração em 2007. Uma das metas propostas dizia respeito à conectividade no território nas próximas décadas.

De acordo com essa meta, a ampliação da internet nas comunidades possibilitaria a promoção de encontros e reuniões remotas entre comunidades, escolas e associações de base. Hoje, esse objetivo vem sendo alcançado gradativamente, com mais de 35 comunidades conectadas à internet, segundo dados de março de 2024 da Coordenadoria das Organizações Baniwa e Koripako Nadzoeri, a organização regional dos Baniwa-Koripako.

O uso da internet e das tecnologias de comunicação no Rio Negro tem se mostrado fundamental para enfrentar novos desafios e explorar novas possibilidades. Com a expansão da conectividade e o acesso à informação, as comunidades indígenas têm encontrado novas formas de fortalecer suas lutas, valorizar suas culturas, acessar políticas públicas e aumentar sua presença nas redes sociais, demarcando assim seus territórios online (Zanatto, 2019). Por meio de plataformas digitais, como redes sociais e aplicativos de mensagens, as comunidades rionegrinas passaram a estar presentes na web, amplificando suas vozes, mobilizando apoio para suas reivindicações, divulgando seus projetos e fazendo denúncias.

No entanto, ao mesmo tempo que facilita e oferece novas possibilidades, o uso das tecnologias também traz desafios, especialmente no que diz respeito à disseminação de desinformação. A luta contra a desinformação tornou-se necessária, com a publicação de

---

<sup>21</sup> Sobre o encontro de comemoração de 20 anos da FOIRN, André Baniwa fez relato, texto disponível neste link: <https://rca.org.br/2007/08/20-anos-da-foirn/>

posicionamentos e notas de repúdio para desmentir falsidades e proteger a integridade das causas defendidas pela FOIRN e suas bases, tornando-se um meio cada vez mais frequente no Rio Negro. Embora essas práticas já existissem antes da chegada da internet, a presença online ampliou a circulação e repercussão das vozes das comunidades e lideranças indígenas.

Nesse contexto, iniciativas de educação digital e promoção da mídia responsável têm ganhado destaque, visando capacitar os membros das comunidades a identificar e combater as fake news que circulam na internet. Além disso, a demarcação de territórios online tornou-se uma pauta cada vez mais urgente para as comunidades do Rio Negro. Por meio de estratégias de mapeamento digital e criação de conteúdos próprios, os povos tradicionais buscam reivindicar sua presença e seus direitos no ambiente virtual. Isso inclui a valorização da língua e da cultura local, bem como a defesa de práticas sustentáveis e do conhecimento tradicional.

A utilização de tecnologias de comunicação tem contribuído significativamente para fortalecer a rede de apoio e solidariedade em prol das comunidades do Rio Negro. Através de grupos de discussão online e campanhas de arrecadação, as pessoas têm encontrado novas formas de se unir em torno de causas comuns, como a preservação ambiental e a defesa dos direitos humanos. Isso tem permitido uma maior integração e colaboração entre diferentes povos e grupos sociais. Como vimos no capítulo anterior, a radiofonia desempenhou um papel fundamental na troca de conhecimentos e saberes entre as comunidades, e a internet possibilitou a criação de campanhas para arrecadar recursos destinados ao combate à pandemia da Covid-19 no Rio Negro.

Entretanto, é importante ressaltar que o acesso equitativo e significativo às tecnologias, como a internet, ainda é um desafio para muitas comunidades do Rio Negro. Embora existam projetos de inclusão digital liderados por organizações indígenas, como a FOIRN e seus parceiros, há uma carência de políticas públicas permanentes de inclusão digital, que proporcionem infraestrutura de internet e letramento digital para a população. A simples presença da internet em uma comunidade indígena não garante uma conectividade significativa, pois poucos têm condições de adquirir dispositivos tecnológicos, que continuam, e provavelmente continuarão, inacessíveis para a maioria da população indígena. Portanto, é fundamental que políticas públicas e iniciativas privadas sejam implementadas para fortalecer a inclusão digital na região, em parceria com organizações da sociedade civil, garantindo que todos tenham acesso a essa inclusão.

Outro desafio é a necessidade de letramento digital para os usuários indígenas (Sousa, 2019). Os projetos de inclusão digital só alcançarão seus objetivos e metas se as pessoas tiverem o conhecimento necessário para fazer um uso crítico e consciente das tecnologias de

comunicação. O bom uso da internet, para o bem comum, inclui o desenvolvimento de habilidades digitais, a promoção da alfabetização midiática e o estímulo ao pensamento reflexivo sobre o impacto das tecnologias na vida das comunidades indígenas, como enfatiza o mesmo autor. Somente assim será possível enfrentar os desafios atuais e futuros de forma eficaz e responsável.

A demarcação de territórios digitais e a luta contra a desinformação são processos complexos que exigem a participação ativa de diversos atores, como professores, lideranças das associações e líderes das comunidades. O diálogo e a cooperação entre as comunidades e os usuários indígenas são fundamentais para a construção de um ambiente digital mais justo, inclusivo e seguro para todos (Silva, 2023). A presença das comunidades na internet permite que elas acompanhem e participem das lutas indígenas em âmbito nacional pela defesa de seus territórios, como no caso do Acampamento Terra Livre (ATL), realizado anualmente em abril, em Brasília. Muitas lideranças não conseguem participar presencialmente devido ao alto custo logístico, mas, com o acesso à internet nas comunidades, será possível acompanhar e participar digitalmente.

Em resumo, o uso da internet e das tecnologias de comunicação no Rio Negro tornou-se uma aliada importante para enfrentar os desafios atuais e fortalecer as lutas das comunidades indígenas. É igualmente crucial que essa tecnologia seja utilizada com responsabilidade, promovendo a inclusão e valorizando as línguas e a diversidade cultural dos 23 povos indígenas que habitam a região.

Entretanto, todas as iniciativas de inclusão digital no Rio Negro não eximem o Estado Brasileiro de sua responsabilidade de promover e implementar políticas públicas na região. Sem políticas públicas permanentes, contribui-se para a hegemonia de grandes empresas de tecnologia, como a Starlink de Elon Musk, cuja principal preocupação é o lucro. Sem regulação e fiscalização adequadas, essas tecnologias podem acabar promovendo a democratização da desinformação..

#### 4.2 REDE WAYURI, COMUNICAÇÃO INDÍGENA EM REDE NO RIO REGRO

Entre 2015 e 2016, a FOIRN enfrentou mais uma crise de imagem e política, decorrente de uma campanha anti-movimento indígena e pró-garimpo, idealizada por um grupo de indígenas liderados pelo comerciante do povo Tariana, conhecido como Curubão, como prefere ser chamado. Esse grupo ressuscitava discursos dos anos 1980, centrados em ideias de desenvolvimento, exploração de recursos naturais e, principalmente, nas riquezas

minerais existentes na região. Por trás dessa campanha, estavam políticos do Amazonas, como o então deputado estadual Sinésio Campos e outros. Durante esse período, esses políticos organizaram pelo menos duas audiências públicas em São Gabriel da Cachoeira sobre mineração em Terras Indígenas no Rio Negro, sem realizar qualquer consulta livre, prévia e informada às comunidades.

Após uma audiência realizada em São Gabriel da Cachoeira em 2015, o deputado chegou a usar o termo “mendigos” para se referir aos indígenas rionegrinos, na tentativa de chamar a atenção e conseguir apoio para suas propostas de exploração. Em uma entrevista<sup>22</sup> no dia 30 de agosto de 2017, concedida ao BBC Brasil, ele voltou a usar o termo, após o governo Temer ter publicado o Decreto nº 9.142, de 22/08/2017,<sup>23</sup> que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), localizada nos Estados do Pará e Amapá, com o objetivo de atrair investimentos para o setor de mineração.

A publicação foi repudiada em uma assembleia Baniwa e Koripako no médio Içana<sup>24</sup>:

Repudiamos o discurso publicado na Revista Publicação semestral/distribuição gratuita Edição Ano 18 – No. 35 – junho 2015, conceito utilizado pelo Deputado Estadual Sinésio Campos do PT/AM, que chama indígenas do Rio Negro “mendigos” para justificar sua ação de mobilização em favor da mineração em terras indígenas sem consultar conforme rege convenção 169 da OIT, art. 6.

Figura 17 – Edição Nº 35/2015 do boletim - O Companheiro do Deputado Sinésio Campos (PT), teve seu conteúdo repudiado em uma Assembleia Baniwa e Koripako



Fonte: Ray Baniwa

<sup>22</sup> Reportagem disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41078194>

<sup>23</sup> Temer extingue reserva e libera mineração próxima a tribos e área ecológica. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2017/08/23/governo-extingue-reserva-de-cobre-para-atrair-investimentos-em-mineracao.htm>

<sup>24</sup> Povos Baniwa e Coripaco reunidos em Etapa Local da Conferência Nacional de Política Indigenista repudiam o Estado Brasileiro, disponível em: <https://foirn.blog/2015/07/02/povos-baniwa-e-coripaco-reunidos-em-etapa-local-da-conferencia-nacional-de-politica-indigenista-repudiam-o-estado-brasileiro/>.

Entre 2015 e 2016, a FOIRN passou por mais uma crise de imagem e política, resultado de uma campanha anti-movimento indígena e pró-garimpo, idealizada por um grupo de indígenas liderados pelo comerciante do povo Tariana, conhecido como Curubão, como prefere ser chamado. Eles traziam de volta discursos que haviam sido difundidos na década de 1980, como o desenvolvimento, a exploração de recursos naturais e, principalmente, as riquezas minerais existentes na região. Por trás dessa campanha estavam políticos amazonenses, como o então deputado estadual Sinésio Campos e outros.

Nesse período, esses políticos convocaram pelo menos duas audiências públicas em São Gabriel da Cachoeira sobre mineração nas Terras Indígenas do Rio Negro, sem qualquer consulta livre, prévia e informada. Após uma audiência realizada em São Gabriel da Cachoeira, em 2015, o deputado chegou a usar o termo "mendigos" para se referir aos indígenas rionegrinos, numa tentativa de chamar a atenção e obter apoio para suas propostas de exploração. Eles criaram a Cooperativa Indígena de Exportação do Alto Rio Negro (CIERN), com o lema "CIERN é o futuro certo para os povos indígenas do Alto Rio Negro".

Representantes da cooperativa subiram por todas as calhas dos rios, cadastrando moradores das comunidades para que se tornassem cooperados. Ao mesmo tempo, promoveram campanhas contra o movimento indígena, alegando que havia muitos recursos e riquezas minerais no território, mas que a FOIRN e a demarcação das terras indígenas estavam impedindo sua exploração, resultando em fome e pobreza. O ano de 2016 foi um ano eleitoral, e eles viram a oportunidade de usar esses discursos para lançar o líder do movimento e da cooperativa como candidato a prefeito.

Durante a campanha eleitoral, o discurso foi ainda mais ampliado. Nos comícios na cidade, o então candidato afirmou várias vezes que, caso fosse eleito, liberaria o garimpo nos territórios indígenas, criticando a atuação das organizações não governamentais (ONGs) no município, alegando que estas estavam impedindo o desenvolvimento e o crescimento local. Após ser eleito e reeleito, ele continuou a reafirmar suas críticas às ONGs e sua mobilização pró-garimpo em várias entrevistas<sup>25</sup>. Iubel (2020) afirma que:

Durante a campanha, fez discursos duros contra as ONGs que atuam na região, ao movimento indígena, de modo mais específico e contundente à FOIRN e a FUNAI. Costumava bradar nos palanques que os lucros da

---

<sup>25</sup> Destacamos aqui duas entrevistas, uma concedida ao Jornal Acrítica concedida no dia 27/07/2023 (disponível neste link: <https://www.acritica.com/politica/indigena-e-petista-prefeito-de-s-o-gabriel-critica-atuac-o-de-ongs-na-regi-o-1.312951>) e ao Portal de Notícias BBC Brasil no dia 30 de agosto de 2017 (disponível neste link: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41078194>).

mineração ajudariam a “preservar a cultural local”, pois haveria mais recursos para “o ensino das línguas indígenas e para a realização das festas tradicionais”. (Iubel, 2020, p. 116).

Nas comunidades, a campanha foi centrada nesse tema. A ineficiência das políticas públicas existentes no território tornou os indígenas vulneráveis a esses discursos. Muitos aderiram a esse projeto político e ao discurso de ódio proferido contra as instituições mencionadas. O candidato, que era do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito naquele pleito. No entanto, todas as promessas feitas não foram cumpridas, até porque um prefeito, ou qualquer autoridade, não tem poder para fechar uma organização indígena ou órgãos do Governo Federal, mesmo que ele quisesse.

Esses discursos de ódio contra as lideranças indígenas e suas associações se espalharam pela cidade e pelo território. Durante esse período, como funcionários da FOIRN, passamos a sentir insegurança e medo de andar pelas ruas. Por orientação da diretoria, os adesivos com a logomarca nos veículos da instituição foram removidos, assim como aconteceu com o parceiro de longa data, o ISA. Muitas ameaças começaram a circular nas redes sociais, feitas por apoiadores da ideia e do projeto político iniciado. Não era a primeira vez que políticos locais faziam campanhas de difamação contra a organização indígena, como a FOIRN.

Logo nos primeiros anos após a sua criação, já haviam sido feitas campanhas nesse sentido. Em 2021, o mesmo candidato foi reeleito. Como a cooperativa não teve sucesso durante a sua primeira gestão, em 2023, mesmo sem uma participação direta, o mesmo grupo tentou criar uma organização chamada “Oca Verde”, com o objetivo de emplacar projetos de crédito de carbono na região do Rio Negro, principalmente no município de São Gabriel da Cachoeira. O grupo chegou a mobilizar um convite e uma programação para todas as comunidades indígenas da região, convocando-as para uma assembleia-geral que tinha como pontos centrais a discussão sobre o crédito de carbono, a aprovação do Estatuto e a eleição da diretoria.

Antes dessa convocação, foram realizadas viagens para cadastrar pessoas e comunidades interessadas em participar dos projetos que pretendiam desenvolver ou assinar com algum grupo econômico interessado. O grupo afirmava e compartilhava com seus apoiadores que a “Oca Verde” chegaria para concorrer com a FOIRN. Lideranças locais emitiram notas e cartas de repúdio e denúncia, o que fez com que essa pressão cessasse por enquanto.

Foi nesse contexto, em 2016, que as lideranças indígenas de base, em reuniões da

FOIRN, expressaram sua preocupação com a desinformação que se espalhava e se multiplicava no território. A partir disso, recomendaram que a FOIRN e seu parceiro ISA elaborassem uma nova estratégia de comunicação na região para combater as informações falsas que estavam sendo disseminadas por apoiadores desse projeto político na região.

Em meados de 2017, um projeto apoiado pela União Europeia visava fortalecer e regularizar as associações conforme o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Um dos objetivos era fortalecer a comunicação institucional e indígena no Rio Negro, através da contratação de um jornalista para desenvolver um diagnóstico de comunicação e propor caminhos para fortalecer as ações existentes, bem como pensar em novas formas de produzir e comunicar na região. Lideranças mais antigas, a diretoria da FOIRN e membros do Setor de Comunicação participaram das entrevistas para compartilhar o contexto e ideias sobre como fortalecer a comunicação da FOIRN nas bases e combater a desinformação ainda presente nas comunidades indígenas. A partir disso, surgiu a ideia de uma comunicação em rede.

Como a equipe de comunicação da instituição era muito reduzida para as muitas tarefas, a alternativa foi ter comunicadores dentro dos territórios para receber notícias da cidade e compartilhá-las com os membros da comunidade, além de produzir informações sobre os acontecimentos no território. A ideia foi aceita e começou a ser elaborada, definindo aspectos como a indicação dos comunicadores, a participação de mulheres e homens na rede, a presença de comunicadores em áreas com ou sem internet, a faixa etária dos comunicadores e outros detalhes no segundo semestre de 2017.

Em novembro de 2017, foi realizada a primeira oficina de formação e lançamento da Rede Wayuri. A definição do nome foi feita na oficina, que reuniu 17 comunicadores indígenas. Naquele período, foram priorizados aqueles que tinham antena de internet na comunidade, pois isso facilitava o recebimento e envio de material produzido. O artista Feliciano Lana, do povo Desano, foi encarregado da arte e do design do logotipo da rede. Foram convidados comunicadores indígenas como Anapuáka Tupinambá e Renata Tupinambá, fundadores da rádio Yandé – a primeira rádio web indígena do Brasil, criada em 2013.

Também participou da oficina a jornalista Letícia Leite, do Podcast Copio Parente do Instituto Socioambiental (ISA). Lideranças indígenas foram convocadas para compartilhar o histórico e a linha do tempo da luta dos povos indígenas do Rio Negro. Os participantes escreveram e compartilharam seus sonhos sobre a comunicação indígena no Rio Negro, como ver a rede grande e fortalecida, o que acabou se concretizando nos anos seguintes, como

veremos adiante.

Figura 18 – Logotipo criado pelo artista indígena, Feliciano Lana para Rede Wayuri.



Fonte: Rede Wayuri

No final de 2024, ano de conclusão deste trabalho, a Rede Wayuri completará 7 anos. Em 2017, a rede contava com 17 comunicadores, e, em 2023, esse número cresceu para mais de 50, com novos comunicadores indígenas continuando a ingressar ao longo dos anos. Até maio de 2024, foram produzidas 179 edições do Podcast Wayuri, disponíveis no Spotify e no SoundCloud, que é o primeiro e um dos principais produtos de comunicação da Rede Wayuri. Ao longo dos anos, a Rede Wayuri se consolidou como mídia local, como confirma Radler (2023):

A Rede Wayuri procura fortalecer seu trabalho como mídia indígena local, comprometida e mobilizada com a pauta do movimento indígena do Rio Negro e seus parceiros, tornando-se referência em produção audiovisual no Noroeste Amazônico. Através de articulação e parcerias, a Rede Wayuri já produziu conteúdo para diversas mídias independentes, como Amazônia Real, Artigo 19, InfoAmazônia entre outras. Inspirou o surgimento de outras diversas redes e coletivo de comunicadores em Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, participou de uma série de intercâmbios e coberturas colaborativas, e integra o Programa de Apoio ao Jornalismo (Pajor) dos Repórteres Sem Fronteira. (Radler, 2023, p. 235).

A atuação da Rede Wayuri rendeu ao coletivo o reconhecimento da organização Repórteres Sem Fronteiras como um dos 30 Heróis da Informação em 2020. Nos anos seguintes, o coletivo recebeu outro prêmio de reconhecimento: em maio de 2022, foram agraciados com o Prêmio Estado de Direito do World Justice Project (WJP) na cidade de Haia, na Holanda, durante o Fórum Mundial de Justiça. A premiação foi concedida pelos esforços em combater a desinformação na Amazônia (Radler, 2023). Esse reconhecimento ao

longo dos anos abriu possibilidades para que os jovens comunicadores da Rede Wayuri participassem de produções da grande mídia, como a TV Globo (Fantástico e Profissão Repórter), além de outras mídias como National Geographic e Repórter Brasil.

Ao longo dos anos, as atividades da Rede Wayuri se expandiram e hoje abordam temas como política, economia, cultura, educação e saúde. Inclusive, fizeram a cobertura do primeiro turno das eleições de 2022, destacando a necessidade de a população de São Gabriel da Cachoeira atentar-se às propostas dos candidatos sobre direitos indígenas. Foram realizadas entrevistas com candidatos a prefeito da cidade; alguns participaram, enquanto outros não. Essa experiência foi fundamental, pois permitiu conhecer e entender quais eram os anseios dos eleitores da cidade e dos territórios indígenas.

Nos últimos anos, a Rede Wayuri continuou inovando e fortalecendo a comunicação indígena no Rio Negro. Em 2020, lançou o programa Papo da Maloca na rádio FM O Dia, que é transmitido semanalmente às quartas-feiras, das 10h às 12h. No final de 2023, em parceria com a Rede de Escolas Comunitárias e o Projeto Saúde & Alegria, foi lançada a Rádio Wayuri Online<sup>26</sup>, que semanalmente apresenta os programas Alô Parente (terças-feiras), Papo da Maloca (quartas-feiras) e Kakuri Online (quintas-feiras), no horário das 10h às 12h. O Papo da Maloca é transmitido pela manhã na rádio FM e retransmitido à tarde na rádio online. Essa nova programação tem fortalecido a comunicação indígena no Rio Negro, abordando temas de interesse público e dos povos indígenas e conectando parentes indígenas de várias partes do Brasil.

Um dos pontos a serem considerados ao longo da existência do coletivo é a formação dos jovens comunicadores e comunicadoras. Todo ano é realizada uma oficina de formação com a participação dos integrantes mais antigos e dos novos membros da rede, o que é fundamental para fortalecer a atuação dos comunicadores. Como afirma Radler (2023), além de promover a comunicação como mídia indígena ou etnomídia, a Rede Wayuri também desempenha um papel importante na formação em ecossistema.

Radler (2023) destaca que a Rede Wayuri mantém um ecossistema de aprendizado, formação política e inovação, com constante realização de eventos e produção de informações e materiais didáticos. Esses recursos são compartilhados pelo grupo de WhatsApp da Rede Wayuri. Oportunidades como oficinas, intercâmbios, cursos e bolsas que contribuem para a formação dos comunicadores e do coletivo são divulgadas e apoiadas pelo grupo.

A experiência da Rede Wayuri foi transformada no filme Waruri, lançado em

---

<sup>26</sup> Endereço da rádio online: <https://radiowebwayuri.blogspot.com/>.

dezembro de 2023. O filme destaca os comunicadores indígenas do Rio Negro, sua formação e os principais momentos vividos por eles desde a criação da rede em 2017, incluindo a pandemia. Já foi exibido em países como Japão, Portugal, França, Irlanda, Panamá, Estados Unidos, Austrália, Malásia, Índia e, é claro, Brasil.

No total, o filme “Wayuri” já participou de 15 festivais em 11 países, levando adiante a história da Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas, que atua no médio e alto Rio Negro, uma das regiões mais preservadas da Amazônia, dando voz à diversidade e à luta de povos como Baré, Tukano, Baniwa, Wanano, Piratapuaia, Hup'dah e Yanomami (Handan, 2023). A partir de 2024, o filme passou a estar disponível no canal do YouTube da Rede Wayuri e do Instituto Socioambiental (ISA).

A criação e a manutenção da Rede Wayuri ao longo dos anos contou com o apoio de diversas instituições, como a União Europeia, a Embaixada Real da Noruega, a Fundação Rainforest, o Tamalpais Trust, o Projeto Rede de Escolas Comunitárias e o cantor Bera. A partir desses apoios pontuais, foi possível viabilizar a compra de equipamentos como celulares, a realização das oficinas de formação e o pagamento de bolsas de apoio para os comunicadores que fazem parte da equipe de produção dos programas da Rede Wayuri e da produção do Podcast Wayuri (Radler, 2023).

Nos últimos tempos, a Rede Wayuri, por meio de sua coordenação e alguns comunicadores, tem participado de debates importantes sobre a manutenção e o fortalecimento das experiências de comunicação indígena e das redes comunitárias. A continuidade das oficinas de formação realizadas pela Rede Wayuri para seus comunicadores é crucial para seu fortalecimento e expansão na região do Rio Negro. Os apoios mencionados anteriormente foram fundamentais para que a rede alcançasse o patamar atual, porém, são de curto prazo e limitados.

Enfrentar o desafio de fortalecer a comunicação indígena no Rio Negro requer a continuidade da formação de jovens comunicadores, a garantia de uma estrutura mínima de equipamentos e algum incentivo ou apoio financeiro para a realização das tarefas necessárias para combater a disseminação de notícias falsas e a desinformação cada vez mais sofisticada.

Atualmente, o fortalecimento e a valorização da comunicação comunitária e popular no Brasil são desafios significativos. Diante do aprofundamento do monopólio das mídias, coletivos, movimentos e organizações se mobilizam para fortalecer a comunicação popular. Destaca-se, nesse contexto, a mobilização feita pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, nos últimos anos, tem trabalhado em várias frentes, incluindo a

formação de comunicadores e multiplicadores<sup>27</sup>.

Em 2024, o Fundo Casa Socioambiental<sup>28</sup>, uma organização que busca promover a conservação e a sustentabilidade ambiental, a democracia, o respeito aos direitos socioambientais e a justiça social por meio do apoio financeiro e do fortalecimento de capacidades de iniciativas da sociedade civil na América do Sul, lançou um edital para apoiar o fortalecimento de iniciativas de comunicação popular e indígena na Amazônia.

Esse tema continua distante dos debates públicos, apesar dos esforços e contribuições de pesquisadores e comunicadores indígenas. Por exemplo, a jornalista indígena e mestra em Comunicação Ariene Sussui Wapichana foi convocada para pautar a democratização da comunicação e contribuir com as experiências amazônicas para a proposição de políticas públicas voltadas para o incentivo e a valorização da comunicação popular no Brasil, no Grupo de Transição do Governo Lula III<sup>29</sup>.

Sobre o futuro e os desafios atuais que a Rede Wayuri enfrenta, a Juliana Albuquerque, do Povo Baré, comunicadora e produtora dos programas da Rádio Online Wayuri, afirma:

O desafio maior para rede no momento é a consolidação da autonomia, a construção da estrutura organizacional, do corpo administrativo, pensando no futuro isso será um enorme desafio, mas acredito que com ajuda dos parceiros como a FOIRN e o ISA, com bastante articulação daqui a uns anos a rede será referência no amazonas de comunicação comunitária que deu certo. (Juliana Albuquerque, em entrevista concedida a mim, no dia 10/06/2024).

Em suma, a Rede Wayuri inaugurou uma nova fase na comunicação indígena no Brasil: a comunicação em rede. A experiência de comunicação em rede no Rio Negro tem inspirado a criação de novas redes em várias partes do Brasil. As organizações indígenas no país têm construído suas próprias redes de comunicadores para amplificar e fazer ecoar as vozes da luta indígena através das plataformas digitais, tanto no Brasil quanto no exterior. O número de redes de comunicação, como apresentado no capítulo I deste trabalho, continua crescendo a cada ano.

---

<sup>27</sup> Movimentos e entidades criam iniciativas para fortalecer comunicação popular. Reportagem disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/24/movimentos-e-entidades-criam-iniciativas-para-fortalecer-comunicacao-popular>

<sup>28</sup> Site do Fundo Casa Socioambiental: <https://casa.org.br/>

<sup>29</sup> Ariene Susui: com a caneta na mão e em espaços de poder!. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/ariene-susui-com-caneta-na-mao-e-em-espacos-de-poder>.

### 4.3 MÍDIAS DIGITAIS INDÍGENAS: A BUSCA DE NOVOS FORMATOS DE PROTAGONISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Desde o surgimento das primeiras organizações indígenas no Brasil, como a UNI no início da década de 1980, a comunicação indígena teve o objetivo de demonstrar que os povos indígenas continuam existindo no Brasil (Resende, 2015). O projeto integracionista do Estado Brasileiro visava transformar os povos indígenas em “índios aculturados”, e muitos desses povos, devido ao contato desde 1500, foram dizimados ou deslocados forçadamente de seus territórios ancestrais pelos projetos de desenvolvimento. Assim, na luta pré-constituente, muitos povos eram considerados “em estágio avançado de aculturação”; ou seja, para os brancos, especialmente aqueles que ainda tentam remover terras indígenas, acreditava-se que esses povos em pouco tempo deixariam de ser indígenas, tornando desnecessário o reconhecimento de seus territórios (Ramos, 2021).

Nesse contexto, a comunicação indígena visava mostrar que os indígenas estavam presentes e eram diversos. “Vimos deixar um recado aos parlamentares do Congresso, mostrar que existimos e esperamos que tenham ouvido nosso recado”, afirmava Ailton Krenak diante do Congresso Nacional nos anos 1980 (Krenak, 2019).

A chegada da internet às comunidades indígenas no início dos anos 2000 possibilitou, gradualmente, o uso de ferramentas de comunicação, especialmente do audiovisual, o que foi fundamental para o registro das culturas indígenas, com maior desenvolvimento no Centro-Oeste brasileiro. Segundo Bentes (2018), as transformações tecnológicas e a emergência das plataformas e redes sociais deram acesso e visibilidade aos novos sujeitos sociais e políticos que emergiram no Brasil, vindos das bordas, das periferias e das minorias.

A maioria das organizações indígenas no Brasil desenvolveu suas comunicações para informar sobre seus direitos, atividades nos territórios e projetos para apoiadores. Inicialmente, essa comunicação estava focada em um público específico que já conhecia e apoiava as causas e projetos indígenas (Freire, 2023). A formação das redes e coletivos de comunicadores indígenas fortaleceu a prática de comunicação voltada para o território e deu início a uma nova fase, levando a comunicação para fora dos territórios e pautando temas de interesse dos povos indígenas no Brasil. A Rede Wayuri é um exemplo de sucesso nesse sentido, sendo a primeira a romper essa bolha e inspirar a criação de novas redes em outros estados.

Com a popularização das plataformas digitais nos últimos dez anos, a presença indígena também cresceu nessas redes, especialmente no Instagram (Prevedello, 2024).

Alguns comunicadores indígenas se destacaram como ativistas digitais devido ao número significativo de seguidores que alcançaram nessas plataformas. Isso marca uma nova fase da comunicação indígena no Brasil contemporâneo, onde jovens indígenas usam esses espaços para contar suas próprias histórias, desconstruir imaginários coloniais e dialogar com a sociedade na construção de identidades contemporâneas, tornando-se novos atores, ativista, conforme Bentes (2018). Segundo Bentes (2018, p. 159), “O midiativismo, a produção de engajamento e os influenciadores digitais passam a mobilizar um espectro de atores muito além dos espaços tradicionais, com o deslocamento do midiativismo os mais diversos campos e lutas.”

Um exemplo notável é Ira Maragua<sup>30</sup>, uma ativista digital indígena da região do Alto Rio Negro, especialmente de São Gabriel da Cachoeira. Ela utiliza as plataformas digitais para compartilhar informações sobre a cultura, narrativas, culinária, moda e também para expressar seu ativismo pelos direitos indígenas. Com mais de 76 mil seguidores no Instagram, Ira Maragua aborda questões como a importância das vidas indígenas, a rejeição ao Marco Temporal, o apelo pela proteção da região Yanomami e participa de eventos como o Acampamento Terra Livre (ATL), uma das maiores mobilizações indígenas do Brasil.

Outro rionegrino que tem ganhado destaque pelo seu ativismo pelos direitos indígenas por meio da moda é Sioduhi Lima<sup>31</sup>, designer de moda do povo Piratapuya, um dos povos da região do Alto Rio Negro. Sioduhi se inspira na ancestralidade e na espiritualidade de seu povo para criar suas peças e é conhecido por seu ativismo em pautas como moda decolonial e agênero, unindo temas indígenas, feministas e LGBTQIA+.

---

<sup>30</sup> Perfil no Instagram da Ira Maraguá: <https://www.instagram.com/iramaragua/>

<sup>31</sup> Perfil no Instagram da do Sioduhi: <https://www.instagram.com/sioduhi/>

Figura 19 – Da esq. a dir. Ira Maragua do Povo Baré e Sioduhi Lima do Povo Piratapuya são Influenciadores Digitais indígenas de São Gabriel da Cachoeira/AM. Fotos: Reprodução



Fonte: Instagram

Para Guimarães (2011), a internet em pontos cada vez mais remotos do Brasil oportuniza aos indígenas tornarem-se protagonistas e sujeitos ativos de suas histórias por meio das redes sociais. Deslandes (2018) afirma que as plataformas digitais, como as redes sociais, têm o poder de obter resultados mais amplos em diferentes pautas sociais que estão à margem dos interesses políticos e das convenções estabelecidas por meio do ativismo digital.

Retomando Castells (2002), o surgimento da internet nas últimas décadas do século XX aconteceu a partir de uma fusão improvável entre interesses militares, cooperação científica e cultura libertária. A internet, criada inicialmente para fins militares, foi cooptada desde o início por acadêmicos e entusiastas com ideias de compartilhamento e socialização. A partir das afirmações de Castells (2002), podemos considerar que o uso da internet pelos povos indígenas para divulgar seu modo de vida e suas culturas também faz parte dessa apropriação, mesmo que, para muitos povos indígenas, o acesso à conexão ainda seja restrito pela ausência de políticas públicas. Sobre a exclusão digital, o mesmo autor afirma que a exclusão das redes é um dos maiores desafios a serem superados pela tecnologia: “Numa economia global e numa sociedade de rede em que a maioria das coisas que importam depende dessas redes baseadas na internet, ser excluído é ser condenado à marginalidade” (p. 280).

A presença de ativistas indígenas nas plataformas permite criar, compartilhar e interagir. Guimarães (2011) afirma que o objetivo principal é compartilhar conteúdo, e as relações pessoais ficam em segundo plano: “A descentralização de conteúdo promovida pelas

mídias sociais possibilita uma circulação maior de informação na rede” (Guimarães, 2011, p. 32). Nesse sentido, concordamos com ele, embora a prática de compartilhar e interagir com os seguidores permita esclarecer dúvidas e curiosidades em relação aos conteúdos publicados, especialmente sobre a cultura indígena.

Um levantamento feito em 2022 por Rios e Silva (2023), analisando 239 postagens de dez influenciadores digitais indígenas da Amazônia entre 15 de março e 19 de abril daquele ano, identificou que 33,47% tinham características de ativismo, 29,29% tinham características identitárias, e 3,77% eram postagens com parcerias pagas. Ou seja, os influenciadores indígenas na internet mantêm e ampliam a luta indígena pelos direitos e pelos seus territórios, destacando também postagens relacionadas à cultura, línguas, culinária e grafismos que representam a identidade indígena.

O ativismo digital, segundo Deslandes (2018), possui ampla capacidade de agregação, convocação de massas e atuação nas ruas, complementando o ativismo presencial. Além disso, permite congregar diversas frentes de luta ao mesmo tempo, numa transversalidade de interesses e pautas, propiciando a conectividade de uma rede de agendas. Nesse contexto, a internet se configura como um território digital onde os povos indígenas, por meio de influenciadores digitais, conseguem compartilhar suas narrativas e culturas com milhares de pessoas, convocando-as a conhecer e participar da luta indígena.

O criador de conteúdo digital e jornalista indígena Cristian Wari'u, do povo Xavante (Mato Grosso), vê a presença na internet como uma "ponte" entre indígenas e não indígenas. Em uma entrevista ao jornal Correio Brasiliense, em abril de 2024, ele destacou que percebeu uma oportunidade de falar para muitas outras pessoas sobre a realidade indígena. Wari'u afirmou que, embora já se comunicasse sobre seu povo muito antes, a internet se tornou uma ferramenta para ampliar essa comunicação. Ele também observou que muitos outros parentes indígenas estão vivendo a mesma experiência.

Cristian Wari'u<sup>32</sup> acumula mais de 80 mil seguidores no Instagram e 50 mil inscritos no YouTube<sup>33</sup>, sendo um dos comunicadores e influenciadores digitais que compartilham informações sobre a cultura indígena a partir de uma perspectiva jornalística. Muitos influenciadores indígenas produzem conteúdo nesse formato há anos. Um exemplo é Kauri, do povo Waiãpi, do Acre, conhecido como Daldeia. Em entrevista<sup>34</sup> ao site Consumidor Moderno, no dia 6 de fevereiro de 2024, Kauri contou como começou a usar o humor para

---

<sup>32</sup> Perfil do Cristian Wari'u no Instagram: <https://www.instagram.com/cristianwariu/>

<sup>33</sup> Canal do Cristian Wari'u no Youtube: <https://www.youtube.com/@wariu>

<sup>34</sup> Entrevista disponível em: <https://consumidormoderno.com.br/kauri-daldeia-influencer/>

compartilhar seus conteúdos. Ele relatou que tudo começou quando viu um anúncio no YouTube sobre ganhar dinheiro com o TikTok. Após baixar o aplicativo, ele postou um vídeo aleatório que viralizou, alcançando mais de 1 milhão de visualizações e 40 mil seguidores.

Ao observar os comentários, Kauri notou que muitos não entendiam seu vídeo, além de haver comentários racistas e curiosos. Isso o inspirou a responder esses comentários com humor, o que gerou grande engajamento. Ele destacou que, ao responder de forma engraçada, conseguiu conquistar o público, e agora utiliza a ironia e o humor para lidar com perguntas sem noção. Hoje, Kauri tem mais de 2 milhões de seguidores no TikTok, demonstrando como a abordagem humorística pode ser eficaz para engajar e educar seu público.

Figura 20 – Ilustração 1 Romana Waiãpi faz poste de agradecimentos após alcançar 1 milhão de seguidores no Instagram, postado no dia 15 de maio de 2024



Fonte: Instagram

Daldeia<sup>35</sup>, nome pelo qual ficou popular nas plataformas digitais, acumula milhares de likes e visualizações em cada postagem nas redes sociais. No Instagram, tem 958 mil seguidores, e no TikTok, cerca de 3 milhões de seguidores. Da mesma comunidade e povo, Romana Waiãpi<sup>36</sup> se tornou um fenômeno no Instagram, ultrapassando a marca de 1 milhão de seguidores. Assim como Daldeia, Romana divulga sua cultura, suas pinturas e sua comunidade, respondendo aos comentários críticos com humor. Cada vez mais, ao longo dos anos, vários jovens se destacam nas plataformas digitais. Além deles, algumas lideranças conhecidas, como Daniel Munduruku, Edson Kayapó, Tucumã Pataxó, Weena Tikuna, Daiara Tukano, Sioduhi Piratapuia, entre outros, protagonizam a presença dos povos indígenas nas redes sociais.

<sup>35</sup> Perfil do Kauri – Daldeia no Instagram: <https://www.instagram.com/daldeaioarei/>

<sup>36</sup> Perfil da Romana no Instagram: <https://www.instagram.com/romanawaiapi/>

Um estudo de Rios e Silva (2023) aponta para uma articulação das populações indígenas no Brasil voltada para utilizar a internet e as redes sociais como ferramentas de reivindicação, posicionando-se como protagonistas de suas próprias histórias, sem depender exclusivamente da mídia tradicional. Segundo as autoras, a presença dos influenciadores indígenas na esfera virtual demonstra que é possível manter uma identidade indígena no mundo moderno, sem que essa identidade precise ser estática para preservar a cultura e as raízes. Isso é extremamente relevante para desafiar os resquícios da colonialidade presentes no imaginário social.

#### 4.4 DIÁLOGOS ENTRE CONHECIMENTOS: APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA PELOS POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas no Brasil têm uma longa história de interação e apropriação de tecnologias de comunicação, adaptando-as às suas necessidades e perspectivas culturais e políticas. Neste contexto, propomos um diálogo entre alguns conceitos desenvolvidos a partir das experiências de comunicação e da etnomídia desenvolvida por indígenas no Brasil.

Um dos primeiros exemplos de apropriação tecnológica pelos povos indígenas no Brasil foi a adoção do rádio como meio de comunicação. Na década de 1970, a União das Nações Indígenas (UNI) lançou o Programa de Índio, uma iniciativa que visava utilizar o rádio como ferramenta para o fortalecimento da identidade e da resistência indígena. Segundo a pesquisadora Angela Pappiani (2012), a experiência proporcionou uma ponte entre as culturas indígenas, utilizando as ondas sonoras como meio para esses encontros.

O Programa de Índio representou um marco importante, pois permitiu que os próprios indígenas assumissem o controle da produção e da transmissão de conteúdo radiofônico, contrapondo-se à narrativa hegemônica que até então era difundida pelos meios de comunicação não indígenas. Ao se apropriar dessa tecnologia, os povos indígenas puderam amplificar suas vozes, divulgar informações relevantes para suas comunidades e, acima de tudo, afirmar sua autonomia e protagonismo na construção de seus próprios discursos (Pappiani, 2012).

Essa iniciativa demonstra como os indígenas foram capazes de ressignificar o uso do rádio, adaptando-o às suas necessidades e perspectivas culturais. Em vez de simplesmente consumir o conteúdo radiofônico produzido por não indígenas, os povos indígenas se apropriaram dessa tecnologia para criar espaços de expressão e fortalecimento de suas identidades (Melo, 2016).

Outro exemplo significativo de apropriação tecnológica pelos povos indígenas no Brasil é a adoção do vídeo pelos Kaiapó. Nos anos 1980, essa etnia passou a utilizar câmeras de vídeo como uma forma de registrar suas próprias narrativas e desafiar as representações estereotipadas que eram comumente difundidas pela mídia não indígena.

O estudo de Turner (1991) demonstra como os Kaiapó se apropriaram do vídeo de maneira ativa e engajada, utilizando-o como uma ferramenta de autorrepresentação e de resistência cultural. Em vez de serem meros objetos passivos da produção audiovisual não indígena, os Kaiapó passaram a produzir seus próprios vídeos, retratando suas práticas, rituais e cosmologias a partir de uma perspectiva autóctone.

Essa apropriação do vídeo possibilitou aos Kaiapó contestar e desconstruir as imagens homogêneas e estereotipadas que circulavam sobre eles, afirmando sua diversidade cultural e sua agência enquanto produtores de suas próprias representações (Cunha, 2009). Essa iniciativa foi fundamental para o fortalecimento da identidade e da autonomia desse povo indígena, uma vez que lhes permitiu narrar suas próprias histórias e realidades.

Mais recentemente, observa-se a emergência de iniciativas que buscam incorporar a comunicação tradicional indígena às plataformas digitais, como a Rádio Yandê, criada em 2013. Esse projeto, liderado por artistas e comunicadores indígenas, propõe a veiculação de conteúdos que contemplam as diversas línguas, narrativas e manifestações culturais dos povos indígenas brasileiros. Um dos cofundadores da Rádio Yandê, em uma palestra realizada em maio de 2024, em São Gabriel da Cachoeira, destacou que a programação alcança uma audiência em mais de 180 países.

Araújo (2018) aponta que essa plataforma digital representa uma nova forma de apropriação tecnológica pelos povos indígenas. Em vez de simplesmente reproduzir os modelos convencionais de rádio, a Yandê incorpora elementos da comunicação tradicional indígena, como a oralidade, a multilinguagem e as narrativas ancestrais.

Dessa forma, a web rádio Yandê se configura como um espaço de protagonismo indígena na esfera digital, permitindo que esses povos disseminem suas próprias vozes, conhecimentos e visões de mundo. Essa iniciativa também reflete a crescente habilidade dos indígenas em adaptar e ressignificar as tecnologias digitais de acordo com suas necessidades e perspectivas culturais (Araújo, 2018).

As experiências apresentadas neste trabalho reforçam que os povos indígenas no Brasil têm uma longa história de apropriação de tecnologias de comunicação, adaptando-as às suas necessidades e formas de expressão cultural. Desde a adoção do rádio na década de 1970 até o surgimento de iniciativas digitais como a web rádio Yandê, observa-se um processo contínuo

de ressignificação e autonomia na utilização desses meios de comunicação.

O uso e a apropriação tecnológica pelos povos indígenas desde a década de 1970 até os dias atuais contribuíram para que a etnomídia ganhasse novos contornos com as rápidas transformações tecnológicas, revolucionando a forma como os povos indígenas se comunicam, interagem e acessam informações. No entanto, em meio a esse cenário de inovação, é essencial reconhecer a importância dos conhecimentos ancestrais preservados pelos povos indígenas ao redor do mundo, incluindo os 23 povos indígenas que habitam a região do Rio Negro. Esses saberes são contribuições importantes para o desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis e alinhadas com as necessidades humanas.

Como observado neste trabalho, há lideranças indígenas, como Domingos Barreto, do povo Tukano, que consideram que as tecnologias de comunicação ancestral são tão eficientes quanto os modernos formatos de comunicação que exigem altas tecnologias e processos de produção complexos. Ele é crítico em relação ao avanço das tecnologias e como elas são empregadas nas organizações indígenas, pois, segundo ele, a tecnologia moderna faz com que as tecnologias ancestrais, como a transmissão de conhecimento ou informações através da oralidade, percam espaço e sejam abandonadas nos processos de comunicação desenvolvidos pelas organizações representativas dos povos indígenas, especialmente no Rio Negro.

Sobre a apropriação social da tecnologia, informação e comunicação pelos Paiter-Suruí em Rondônia, Oliveira e Almeida (2019) confirmam que as narrativas, mitos, ritos, lendas, canções e poemas continuam a existir e que a apropriação social não substituiu sua tradição oral. No entanto, ampliaram-se as expressões, e a mídia digital passou a ser uma das formas de apresentação. A preservação da cultura continua sendo feita pela oralidade, mas o compartilhamento virtual com outras culturas lhes dá visibilidade global. Suas fronteiras se estenderam para além do território real, e a expansão virtual permitiu que sua voz ecoasse mais amplamente (Oliveira; Almeida, 2019, p. 307).

Os estudos de Oliveira e Almeida demonstram que as tecnologias de comunicação desenvolvidas pelos povos indígenas, como sistemas de mensageiros, possuem características que as tornam resilientes, eficientes e adaptadas aos seus contextos específicos. Essas tecnologias ancestrais, muitas vezes baseadas em princípios holísticos e de conexão com o meio ambiente, podem servir como inspiração para o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas que aliem inovação e sustentabilidade. Como relatado pelo líder do povo Tukano, Domingos Barreto, para uma comunicação indígena ou etnomídia eficiente, é fundamental a integração das tecnologias ancestrais com as tecnologias modernas, considerando-as como complementares.

Em seu discurso recente, a jornalista indígena Wapichana Ariene Sussi afirma que as formas de comunicação indígena vão além dos tradicionais espaços e tecnologias de comunicação estabelecidas. Segundo ela, as pinturas, as danças tradicionais e a territorialidade também são formas pelas quais os povos indígenas se comunicam. Nessa perspectiva, Andrade (2021), ao estudar o percurso e a representação midiática de Pimenta Baniwa na região do alto Rio Negro, considera que o produto cultural, que se tornou uma marca conhecida mundialmente, também se transformou em um meio de expressão e comunicação com o mundo externo. No Rio Negro, diversos produtos feitos por indígenas tornaram esses povos conhecidos, como o Banco Tukano, Arte Baniwa e outros.

Os entrevistados para este trabalho foram unânimes em afirmar a importância das tecnologias modernas nos territórios indígenas. Outras lideranças indígenas, como Álvaro Tukano, conhecido pelas primeiras experiências de etnomídia no Brasil com Ailton Krenak, também avaliam positivamente a presença das tecnologias de comunicação nas comunidades indígenas, considerando-as ferramentas valiosas para o valor e resgate da cultura, bem como para a conexão com outros povos e territórios. Segundo ele:

[...] Quando nós, os povos indígenas, tivermos acesso às informações detalhadas de cada aldeia, evidenciando as nossas diferenças, nos tornaremos mais resistentes para preservar a nossa identidade das invasões. Estaremos conversando entre nós e com os demais povos, por meio de sistemas de comunicação mais atualizados sobre os nossos negócios, nossas cerimônias, nossos cânticos e sempre realizando estudos comparativos para não sermos confundidos ou direcionados pelos sistemas externos. Esta é a importância de ter as tecnologias nas comunidades indígenas.[...] Nós precisamos desse diálogo para contar novamente a nossa história.[...] (Tukano, 2006).

Ao reconhecer o valor dos saberes ancestrais indígenas, é possível estabelecer um diálogo profícuo entre esses conhecimentos e as inovações tecnológicas contemporâneas. Essa integração pode resultar em soluções mais holísticas que contemplem aspectos socioculturais, ambientais e de sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento de tecnologias alinhadas com as necessidades e modos de vida das comunidades.

Esses exemplos revelam como os indígenas não são meros receptores passivos das tecnologias impostas pela sociedade envolvente, mas sim agentes ativos que transformam e recontextualizam esses recursos de acordo com suas próprias lógicas e cosmologias. Ao se apropriar de diferentes tecnologias, os povos indígenas amplificam suas vozes, fortalecem suas identidades e contestam representações estereotipadas, afirmando seu protagonismo na construção de seus próprios discursos.

A compreensão desse processo de apropriação tecnológica é fundamental para

reconhecer a agência e a criatividade dos povos indígenas, assim como para identificar as estratégias que eles empregam na preservação e no fortalecimento de suas culturas em um cenário cada vez mais permeado por inovações tecnológicas. Futuras pesquisas poderão aprofundar essa análise, explorando outras iniciativas de apropriação tecnológica e seus impactos na dinâmica sociocultural dos povos indígenas no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 5.1 CONTRIBUIÇÕES DA RADIOFONIA E A INFLUÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA VIDA POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO

Este trabalho tem como principal objetivo compreender e registrar como o uso das novas tecnologias de comunicação pelos povos indígenas no Rio Negro contribuiu para a reconstrução e reafirmação da identidade cultural e para a construção de uma nova configuração sociopolítica, enfrentando o novo contexto de invasão dos territórios tradicionais nas décadas de 1970 e 1980, devido a projetos do próprio Estado brasileiro. O foco principal do estudo é a experiência e a apropriação da radiofonia, uma tecnologia de comunicação trazida pela modernidade e globalização para a região do Rio Negro.

Nos primeiros capítulos deste trabalho, foi evidenciado como essa tecnologia possibilitou a mobilização indígena para reafirmar a luta pela resistência contra o invasor e o opressor. Também se constatou que a ausência de informação ou o uso de termos complexos para a maioria da população na época foi uma estratégia para conseguir apoio aos projetos pretendidos, confundindo as lideranças da época, como observado por Garnelo (2002).

A radiofonia, objeto deste estudo, já estava presente no território antes mesmo da criação da FOIRN em 1987. Lideranças indígenas relataram que padres e o Exército já possuíam essa tecnologia. Apesar das dificuldades e restrições impostas, um reflexo do movimento indígena iniciado no sudeste brasileiro a partir de outros movimentos sociais contra a Ditadura Militar e pela Democracia nos anos 1970 e 1980, a criação de órgãos de apoio à luta indígena, como o CIMI, ligado ao CNBB, possibilitou que, no Rio Negro, o acesso a essa tecnologia se tornasse possível para mobilizar e fortalecer o movimento indígena que dava seus primeiros passos na década de 1980.

A criação da FOIRN, em 30 de abril de 1987, no ginásio do Colégio São Gabriel, foi um marco que mudou os rumos e o futuro da população e dos povos indígenas do Rio Negro. Embora tenha enfrentado crises políticas e financeiras nos primeiros anos, ao longo dos anos seguintes, especialmente após a reestruturação da diretoria eleita na assembleia de fundação a partir de 1993, a FOIRN se beneficiou de apoio internacional, como as viagens realizadas para a Europa, que proporcionaram fortalecimento com apoios vindos da Áustria através de iniciativas ligadas ao movimento ambientalista e à luta contra as mudanças climáticas no planeta.

As tecnologias modernas que chegaram e foram apropriadas no Rio Negro apenas

fortaleceram e complementaram as tecnologias ancestrais dos povos indígenas, desenvolvidas e aperfeiçoadas pela vivência e existência desde tempos imemoriais. Algumas lideranças indígenas acreditam que o uso excessivo de tecnologias modernas na produção e circulação de informação não tem sido eficiente, pois técnicas de comunicação ancestral foram deixadas de lado ao longo dos anos.

A criação da FOIRN possibilitou que as comunidades tivessem suas próprias estações de radiofonia, proporcionando autonomia para o uso e acesso quando necessário. Inicialmente, a rede começou com mais de uma dezena de estações, aumentando para mais de cem unidades ao longo dos anos. Outros projetos de comunicação foram implementados para ampliar o alcance para comunidades sem radiofonia.

O trabalho conseguiu reunir depoimentos sobre o uso e a apropriação da radiofonia antes e depois da criação da FOIRN, contribuindo para o entendimento da importância dessa tecnologia na construção e fortalecimento dos povos indígenas e na formação da FOIRN, uma das maiores organizações indígenas regionais da América Latina. Para uma abordagem das experiências de comunicação, é necessária uma perspectiva ecossistêmica, pois, além das tecnologias, estão envolvidas questões naturais e geográficas, principalmente rios e canoas, por onde muita informação ainda circula.

As mulheres indígenas sempre foram protagonistas nos projetos de comunicação da FOIRN, atuando como gestoras da rede de radiofonia, produtoras de conteúdo e técnicas. Durante a pandemia, elas mobilizaram a sociedade para enfrentar a doença, utilizando a internet e a radiofonia para levar informações sobre cuidados, prevenção e uso da medicina tradicional.

O trabalho abordou brevemente o contexto contemporâneo da comunicação indígena no Brasil, que hoje utiliza a comunicação em rede como estratégia para fortalecimento e busca de protagonismo, com jovens indígenas aproveitando as plataformas digitais para narrar e desconstruir estereótipos coloniais. As contribuições do uso e apropriação tecnológica pelos povos indígenas podem ser observadas nos relatos e depoimentos dos participantes da pesquisa, especialmente das lideranças e operadores da radiofonia.

Um desses participantes que guarda com muito carinho e orgulho o caderninho de anotações do curso de radiofonia realizado pela FOIRN no final dos anos 1990 é Albino Fontes, do Povo Baniwa, atualmente com 58 anos, morando em São Gabriel. Ele participou, em 1997, da II Oficina de Uso da Radiofonia e de Boas Práticas. Ele e mais dez pessoas receberam formação em São Gabriel da Cachoeira, para aprender a usar o equipamento, que estava se tornando cada vez mais presente na região. A rede de radiofonia naquele ano estava

crescendo rapidamente, devido aos primeiros projetos da FOIRN, principalmente a Demarcação das Terras Indígenas. Albino foi operador de radiofonia entre 1996 e 2000 na comunidade Ukuqui Cachoeira.

Para Albino, a radiofonia chegou à região do Rio Negro e foi fundamental no fortalecimento da FOIRN e de suas associações de base, pois permitiu a comunicação regional entre as comunidades para compartilhar informações e conhecimentos sobre diversos temas, principalmente os direitos indígenas.

Antes da FOIRN, a comunicação era muito difícil, as pessoas mandavam recados verbalmente, os que sabiam escrever, escreviam cartas e mandavam e demorava muito para chegar ao destino. Era muito difícil entrar em contato com o pessoal da educação, da saúde, representantes da prefeitura. Então, nos encontros da FOIRN, a gente levantava essas questões de como a organização poderia ajudar na área de comunicação, pois, quando tinha acidente de trabalho, picada de cobra. Por isso, a foi buscou esses equipamentos (radiofonias) para fortalecer a saúde, educação e fiscalização, pois, tinha ainda muitos invasores nessa época (anos de 1990), como as empresas mineradoras. **A radiofonia facilitou muito a comunicação nas comunidades aqui na região. Para mim, esse equipamento foi uma das melhores coisas que a Foirn trouxe para nós nas comunidades.** (Albino Fontes, em entrevista concedida a mim no dia 9 de novembro de 2023 – grifo nosso).

A comunidade Ucuqui Cachoeira, no alto rio Ayari, onde ele nasceu e cresceu, foi uma das primeiras da região do Içana a receber equipamentos de comunicação devido à sua localização estratégica para o monitoramento do território. O sentimento de orgulho por ser um dos primeiros comunicadores de sua comunidade nos ajuda a compreender como a comunicação e o uso das tecnologias também possibilitaram o resgate da autoestima no território, que havia sido abalada por mais uma invasão iniciada nos anos 1970 com a chegada dos projetos da ditadura militar na região.

A radiofonia desempenhou um papel importante em momentos históricos do movimento indígena no Rio Negro, como na mobilização para a criação da FOIRN, na demarcação de terras indígenas e no enfrentamento da pandemia de Covid-19. Embora a internet tenha chegado em 2004 pelo Programa GESAC, sua popularização ocorreu apenas nos últimos três anos, e a FOIRN lidera um projeto de inclusão digital para conectar todas as comunidades indígenas da região do Rio Negro. Sobre os impactos que a internet pode ter na vida das comunidades, especialmente das crianças, Albino corrobora a afirmação de outros entrevistados, dizendo que:

Precisamos fazer formação e conscientização aos adolescentes e jovens. Isso é muito preocupante, pois, a juventude, fica mais usando o celular, do que se preocupar em aprender os saberes e conhecimentos tradicionais. Vejo isso com preocupação, pois,

podemos perder, ao longo dos anos, os nossos valores étnicos. Por isso, devemos conscientizar e falar da importância de aliar essas tecnologias para fortalecer nossa cultura. (Albino Fontes, em entrevista concedida a mim no dia 9 de novembro de 2023).

Com as modernas antenas da Starlink, as comunidades remotas estão experimentando conexões de alta velocidade. Isso impactou a utilização da radiofonia, cuja demanda tem diminuído nos últimos dois anos. As comunidades agora estão solicitando antenas da Starlink em vez de equipamentos de radiofonia. Sobre essa mudança, a coordenadora do Departamento de Comunicação da FOIRN diz que:

Aqui no Rio Negro, nós temos a radiofonia, em muitos outros lugares, consideram que essa tecnologia é defasada, mas, mesmo, com a internet, às vezes, o satélite da internet fica com problema, a radiofonia acabando sendo a alternativa. Se você tem apenas a internet e sem a radiofonia, você fica incomunicável. Mas, quando a comunidade tem a internet e a radiofonia, garante a comunicação. Houve, uma queda da procura e da quantidade de radiofonias funcionando, atualmente das 410 estações instaladas em toda a região, apenas 166 estações funcionam.

Os custos de manutenção e ampliação da rede de radiofonia sempre foram um desafio, sendo mais barato manter antenas de internet. A manutenção dessa rede depende da capacidade de articulação política para captar recursos e renovar projetos vigentes. Portanto, é evidente que o fortalecimento da comunicação indígena no Rio Negro requer investimentos e políticas públicas eficientes, como afirma Gicely Caxias em entrevista concedida a mim:

Não compramos só a radiofonia, compramos o kit completo (placa solar, bateria, cabos, controlador de carga), isso dá na média cerca de 16 mil reais. A partir da entrega do equipamento para a comunidade, pelo regimento, deveria ser da responsabilidade da comunidade fazer a manutenção – através do fundo criado para isso (Fundo de Radiofonia), mas, nem sempre isso acontece na prática.

As tecnologias modernas são vistas como ferramentas para fortalecer a luta indígena, mas há preocupação com o impacto social e cultural nas comunidades. É necessário oferecer letramento digital para adolescentes, jovens e adultos que estão usando a internet pela primeira vez, a fim de garantir um uso crítico e seguro da tecnologia. Para Gicely, a instalação de antenas de internet nas comunidades apresenta vantagens e desvantagens. Segundo ela:

As instalações do projeto de inclusão digital realizado pela FOIRN tem suas vantagens e desvantagens. A vantagem que tem é que é possível, agora, mobilizar as lideranças indígenas através do uso dessas tecnologias. Por exemplo, já é possível fazer reuniões e encontros remotos online, como aconteceu várias vezes durante a seca (final do ano de 2023). A desvantagem é, tudo o que é novo assusta. Com a conexão nas comunidades, a circulação da desinformação também vai ser facilitada. E vamos entrar para combater isso. Estamos cientes da importância e da necessidade

das formações sobre o bom uso e uso seguro dessa tecnologia, mas, no momento, temos o desafio de enfrentar as distâncias geográficas, não conseguimos chegar em todas as comunidades com internet instaladas para fazer essas formações, mas, vamos fazer isso com o tempo, inclusive, temos isso agendado para primeiro semestre do próximo ano, 2024.

Para a comunicação institucional e projetos como a Rede Wayuri, a internet proporcionada pelas antenas da Starlink possibilitou a transmissão ao vivo de encontros e assembleias, otimizando recursos e fortalecendo a presença online da FOIRN.

A radiofonia contribuiu significativamente para o fortalecimento institucional da FOIRN, permitindo o acesso a informações sobre direitos conquistados na Constituição Federal de 1988, mobilizações para a demarcação de terras e valorização cultural. Embora outros meios de comunicação, como o boletim impresso Wayuri, tenham sido desenvolvidos, a radiofonia continua sendo essencial.

Em suma, podemos considerar que a hipótese sobre as contribuições das tecnologias de comunicação, especialmente a radiofonia, se confirmou como importante para o fortalecimento institucional da FOIRN e para o acesso aos direitos básicos dos povos indígenas do Rio Negro. A partir dessa tecnologia e de outras iniciativas de comunicação implantadas nas últimas décadas, as comunidades, de alguma forma, fortaleceram a comunicação ancestral indígena já existente no território há milhares de anos. A integração e apropriação das novas tecnologias de comunicação com as práticas comunicacionais tradicionais foram vitais para o fortalecimento da luta indígena na região.

Hoje, mesmo após 524 anos de luta e resistência dos povos indígenas, e apesar dos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 e da demarcação de territórios, os povos rionegrinos ainda necessitam de novas estratégias de luta. Além de enfrentarem problemas e desafios antigos, o campo de batalha agora se estende ao ambiente digital, um território que tem sido demarcado e pintado com urucum nos últimos anos na Amazônia e no Brasil. Como vimos ao longo deste trabalho, muitos jovens comunicadores, assim como eu considero, acreditam que a comunicação indígena e a etnomídia são algumas das principais ferramentas de resistência no século XXI. Para fortalecer essa resistência, é necessário ampliar e fortalecer os projetos de comunicação no Brasil e no Rio Negro, aproveitando as novas tecnologias como aliadas na luta pelos territórios e pela existência.

## REFERÊNCIAS

- AFP. Bolsonaro sobre vacina de Pfizer: 'Se você virar um jacaré, é problema de você'. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/12/18/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce.htm?>. Acesso em: 15 maio de 2024.
- ALBUQUERQUE, S. J.; ALEIXO, N. C. R. Resistência e Identidade na Radiofonia Indígena do Rio Negro. **Revista de Estudos Indígenas**, v. 10, n. 2, p. 45-62, 2019.
- ALMEIDA, Ana Lúcia de Campos; BARBOZA, Marina Oliveira. Rádio indígena web: etnomídia na construção de um letramento crítico. **Revista Recorte**, v. 16, n. 2, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/270263848.pdf>. Acesso 20 de março de 2023.
- ALVES, Lenice Miranda *et al.* **As tecnologias de informação e comunicação em licenciatura intercultural indígena: CASO DA UFG**, 2015.
- ANDRADE, Silva de. **Da Aldeia à Alta Gastronomia: A trajetória da Pimenta Baniwa, práticas de consumo e representação midiática**. Tese (Mestrado em Comunicação) – Universidade Brasília (UnB), Brasília, 2021.
- ARAÚJO, J. C. A web rádio Yandê: comunicação indígena em plataforma digital. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 18, n. 4, p. 835-860, 2018.
- BAINES, Stephen G. Povos indígenas na fronteira Brasil-Guiana e os megaprojetos de integração econômica. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 1, p. 40-42, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252013000100016>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BANIWA, André Fernando; VIANNA, João Jackson Bezerra; IUBEL, Aline Fonseca (orgs.). **Bem viver e viver bem: segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro**. Curitiba: Ed. UFPR. 2019. p. 64.
- BANIWA, André. 20 anos da FOIRN. **RCA**, 2007.
- BANIWA, André. **25 Anos de Gestão de Associativismo da OIBI para o Bem Viver Baniwa e Koripako**. São Gabriel da Cachoeira: OIBI, 2018.
- BANIWA, Gerssem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. **Tellus**, ano 7, n. 12, p. 127-146, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i12.136>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- BANIWA, Gerssem. História indígena no Brasil independente: da ameaça do desaparecimento ao protagonismo e cidadania diferenciada. Araucaria: **Revista Iberoamericana de Filosofia, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**, v. 24, n. 51, p. 263-290, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12795.arauca.2022.i51.12>. Acesso em: 22 out. 2023.
- BANIWA, Ray. Povos Baniwa e Coripaco reunidos em Etapa Local da Conferência Nacional de Política Indigenista repudiam o Estado Brasileiro. **FOIRN**, 2015. Disponível em: <https://foirn.blog/2015/07/02/povos-baniwa-e-coripaco-reunidos-em-etapa-local-da-conferencia-nacional-de-politica-indigenista-repudiam-o-estado-brasileiro/>. Acesso em: 20

maio 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2009.

BARQUETE, Samuel Leal. **Cinemas xavantes**: alteridade e identidade sob o risco do cinema. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BARROS, Felipe *et al.* O museu relacional: compartilhar saberes sobre epidemias e crises no alto rio Negro (Brasil/Colômbia). **Aru – Revista de pesquisa intercultural da bacia do rio Negro**, ed. 5, 2023.

BENTES, Ivana. Economia narrativa: do midiativismo aos influenciadores digitais. Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 151-169.

BERGAMO, Giuliana. A Luta é de todos. **Universa Uol**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/poderosa-edneia-teles-federacao-das-organizacoes-indigenas-do-rio-negro/>. Acesso em: 10 out. 2023.

BORGES, Stella. Governo Lula dispensa 43 servidores na Funai; ao menos 13 são militares. **UOL**, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/24/governo-lula-exoneracoes-funai-tragedia-yanomamis.htm>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. *In*: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo**: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 25-42.

BRASIL. COP 28. Em dia histórico, povos indígenas assumem protagonismo na COP 28 em Dubai. **gov.br**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/em-dia-historico-povos-indigenas-assumem-protagonismo-na-cop-28-em-dubai#>: Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. ONU confirma Belém (PA) como sede da COP-30, a conferência para o clima. **gov.br**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/05/onu-confirma-belem-pa-como-sede-da-cop-30-conferencia-para-o-clima>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BUENO, Cris. Comunidades indígenas usam internet e redes sociais para divulgar sua cultura. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 65, n. 2, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252013000200006>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CARDOSO, Fernanda Borsatto. **O ensino de História e Cultura Indígena nas escolas municipais de São Paulo–2008 a 2016**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://observatoriogeohistoria.net.br/wp-content/uploads/2019/11/Cultura-indigena-CARDOSO.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.

CARNEIRO, Raquel Gomes. Rádio Yandê: configurações de uma webrádio indígena brasileira em ambiência etnomidiática. *In*: XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação.

**Anais** [...]. Parintins: UFAM, 2018.

CARVALHO, Michelly Santos de *et al.* A cobertura do movimento #Elenão na mídia mainstream e alternativa. **Comunicação & Informação**, v. 26, p. 59-88, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ci.v26.74472>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CASIMIRO, Dario Emilio. **Processo de organização etnopolítica Medzeniako (Baniwa e Koripako):(Re) configuração do fazer político no Hinialim**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9918>. Acesso em: 01 jun. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **The informational city: information technology, economic restructuring, and the urban-regional process**. Oxford: Blackwell, 1989.

CASTRO, Mariana. Movimentos e entidades criam iniciativas para fortalecer comunicação popular. **Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/24/movimentos-e-entidades-criam-iniciativas-para-fortalecer-comunicacao-popular>. Acesso em: 15 maio 2024.

CRUZ, Jocilene Gomes da. **Organização político-cultural e interculturalidade na gestão dos territórios indígenas para o Bem viver no Rio Negro**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios na Constituição. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 3, p. 429–443, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/d9Kq7jjTt8GqR8DqBSgQbTK/> Acesso em: 20 fev. 2024.

DELGADO, Cecília. Conheça Kauri, o influencer indígena de milhões de likes - Influenciador da etnia Waiãpi caiu no gosto dos usuários do TikTok e acumula milhões de seguidores e de likes contando sobre sua vida e tradições indígenas. **Consumidor Moderno**, 2023. Disponível em: <https://consumidormoderno.com.br/kauri-daldeia-influencer/>. Acesso em: 20 maio 2024.

DELGADO, Paulo Sergio; JESUS, Naine Terena de. **Combate ao preconceito por meio de audiovisual**. Curitiba–PR: Brazil Publishing, 2018.

DELGADO, Paulo Sergio; JESUS, Naine Terena de. **Povos Indígenas no Brasil: Perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual**. Curitiba: Brazil Publishing, 2018.

DESLANDES, S. F. Digital activism and its contribution to political decentralization. **Ciência**

e **Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3133–3136, 1 out, 2018.

DE PAULA, Nilton Cezar. **Povos Indígenas e Ação Missionária do Catolicismo no Alto Rio Negro: Evangelização X Autodeterminação e sobrevivência Cultural**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2005.

DINIZ, Laise Lopes. **Relações e trajetórias sociais de jovens Baniwa na escola pamáali no Médio Rio Içana, Noroeste Amazônico**. 2011. 214f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

ECHEVERRY, Sandra Milena Velez. **Modelagem energética para a Amazônia Ocidental e estudo de caso na Vila Indígena de Cabari no Município de São Gabriel da Cachoeira**. 2022.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da comunicação**. Rádio e TV no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1982.

FEIJÓ, Juliane Holder da Câmara da Silva. Capacidade Civil Indígena. **Direitos fundamentais & justiça**, ano 8, n. 28, p. 209-228, jul./set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.30899/dfj.v8i28.203>. Acesso em: 13 out. 2023.

FELLET, João. Após fim de reserva, grupo amplia lobby por mineração em áreas indígenas. **BBC News Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41078194>. Acesso em: 15 maio 2024.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Dandara. Cristian wariu: um guerreiro indígena do século XXI. **Revista Trip UOL**, 2020. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/cristian-wariu-um-guerreiro-indigena-do-seculo-xxi>. Acesso em: 10 maio 2024.

FONSECA, Lucas Milhomens. Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: uma história de luta, mobilização e resistência. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 148, p. 191-208, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.16921/chasqui.v1i148.4575>. Acesso em: 12 maio 2024.

FONTES, Francineia Bitencourt. Minha escrivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro – Amazonas/Brasil. v. 29, n. 1, p. 179-186. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/ISSN.2316-9133>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FRANÇA, Jhoni. A capacidade civil indígena: a tutela e a capitis diminutio como fundamento da política integracionista e sua insustentabilidade perante a perspectiva multicultural consagrada na constituição de 1988. **JusBrasil**, 2015. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-capacidade-civil-indigena-a-tutela-e-a-capitis-diminutio-como-fundamento-da-politica-integracionista-e-sua-insustentabilidade-perante-a-perspectiva-multicultural-consagrada-na-constituicao-de-1988/206619782>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FRANCO, Thiago Cardoso; DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete da Silva. O netativismo indígena na Amazônia, em contextos pandêmicos. **Estudos em Comunicação**, n. 31,

p. 109-132, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25768/20.04.03.31.06>. Acesso em: 04 jan. 2024.

FREIRE, Ana Carolina de Sá Silva. **O impacto da tecnologia na educação da comunidade indígena Pankará durante a pandemia de Covid-19**. 2023.

G1 AM. Coordenadores da Funai no AM são exonerados dos cargos. **g1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/01/24/coordenadores-da-funai-no-am-sao-exonerados-dos-cargos.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2024.

GARCIA, Marina de Freitas. **A Agenda da Democratização dos Meios de Comunicação no Brasil: uma análise do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP)–Lei da Mídia Democrática**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GARNELO, Luiza. **Poder, hierarquia e reciprocidade: saúde e harmonia entre os Baniwa do Alto Rio Negro**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

GARNELO, Luiza; SAMPAIO, Sully de Souza; PONTES, Ana Lúcia. **Atenção diferenciada: a formação técnica de agentes indígenas de saúde do Alto Rio Negro**. Editora Fiocruz, 2019.

GOLDEMBERG, J. Tecnologia apropriada. *In: Encontros com a civilização brasileira*. n. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1978.

GONÇALVES, Luiz Davi Vieira; SOUSA, Marina; LUTAIF, Thamirez. Covid-19 na Terra Indígena Yanomami: um paralelo entre as regiões do alto rio Marauíá, alto Rio Negro e vale dos rios Ajarani e Apiaú. **Mundo Amazônico**, v. 11, n. 2, p. 211-222, 2020. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/88432/76747>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GOUVEIA, Aline. Influenciadores indígenas ocupam as redes sociais com informação e tradições. **Correio Braziliense**, 2024. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2024/04/6841126-influenciadores-indigenas-ocupam-as-redes-sociais-com-informacao-e-tradicoes.html>. Acesso em: 20 maio 2024.

GRAHAM, Laura R. Citando Mario Juruna: imaginário linguístico e a transformação da voz indígena na imprensa brasileira. **Mana**, v. 17, n. 2, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132011000200002>. Acesso em: 04 fev. 2024.

GUAJAJARA, Erisvam. Comunicação é a principal arma de povos indígenas no Século 21. **Portal Terra**, 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/opinio/midia-india/comunicacao-e-a-principal-arma-de-povos-indigenas-no-seculo-21,8b9583501cafb02565aaf6940ed3eedfx7hnelez.html>. Acesso em: 10 maio 2024.

GUIMARÃES, Carlos Fábio Moraes. **Indígenas na web: da oralidade aos bytes: estudo de caso do blog escolar Pamáali - Baniwa - Amazonas**. 2011. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

HAMDAN, Ana Amélia. Da arrumação do mundo cosmológico à vacina: indígenas do rio

Negro entrelaçam práticas e alianças no enfrentamento à pandemia. **Aru – Revista de pesquisa intercultural da bacia do rio Negro**, ed. 5, 2023.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss; Ed. Objetiva Ltda., 2001.

*In*: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010: Características Gerais dos Indígenas. Resultados do Universo. **IBGE**, 2012. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd\\_2010\\_indigenas\\_universo](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo). Acesso em: 20 maio 2024.

IUBEL, Aline Fonseca. **Políticas e(m) Terra Indígena**: eleições em São Gabriel da Cachoeira (Amazonas). Antropologia da política indígena: experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil-América Latina). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020.

JESUS, Josimar Gonçalves de; HOFFMANN, Rodolfo. De norte a sul, de leste a oeste: mudança na identificação racial no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, p. e0132, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0132>. Acesso em: 10 dez. 2023.

JUNIOR, Waldick. Indígena e petista, prefeito de São Gabriel critica atuação de ONGs na região. **Portal Acrítica**, 2023. Disponível em: <https://www.acritica.com/politica/indigena-e-petista-prefeito-de-s-o-gabriel-critica-atuac-o-de-ongs-na-regi-o-1.312951>. Acesso em: 15 maio 2024.

JURUNA, Mário; HOHLFELDT, Antônio; HOFFMANN, Assis. **O gravador do Juruna**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

KOLLING, Patricia. **Notícias do movimento indígena brasileiro**: análise de conteúdo da produção da Apib e Coiab na pandemia da Covid-19. 2022.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Discurso De Ailton Krenak, Em 04/09/1987, Na Assembleia Constituinte, Brasília, Brasil. **GIS-Gesto, Imagem E Som-Revista De Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 421-422, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/162846>. Acesso em: jun. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

LANA, Cibele. O impacto das novas tecnologias em povos indígenas. **Cidade Nova**, 2021. Disponível em: [https://www.cidadenova.org.br/editorial/inspira/3826-o\\_impacto\\_das\\_novas\\_tecnologias\\_em\\_povos/](https://www.cidadenova.org.br/editorial/inspira/3826-o_impacto_das_novas_tecnologias_em_povos/). Acesso em: 15 maio 2024.

LEAL, Samuel. **Cinemas Xavantes**: Alteridade e identidade sob o risco do cinema. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

LEITE, Letícia Maria de Freitas. **Juventude Indígena Conectada**: narrativas da nova geração do Território Indígena do Xingu (TIX). 2018.

LEÓN, Lucas P. Constituição Brasileira é traduzida pela 1ª vez em língua indígena. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-07/constituicao-brasileira-e-traduzida-pela-1a-vez-para-lingua-indigena>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LIMA, Ariene dos Santos. A comunicação feita por indígenas é o arco e flecha do século 21. **Farol Jornalismo**, 2023. Disponível em: <https://faroljornalismo.substack.com/p/a-comunicacao-feitas-por-indigenas>. Acesso em: 10 maio 2024.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos avançados**, v. 19, p. 45-76, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200004>. Acesso em: 30 jan. 2024.

LOMBA, Roni Mayer *et al.* **Os movimentos sociais no sul do Amapá**: a trajetória do Conselho Nacional das Populações Extrativistas. 2018.

LOPES, Rafael de Figueiredo; FREITAS, Ítala Clay de Oliveira. Interconexões: ecossistemas comunicacionais e processos de criação na arte contemporânea. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 132-147, out./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/41517>. Acesso em: 03 jun. 2024.

LUCIANO, Geana Batista. **Fatores de proteção ao suicídio em jovens indígenas da etnia Baniwa**. 2023. 128f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. “Projeto é como branco trabalho; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar”: experiências dos povos indígenas do alto rio Negro. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MALCHER, Maria Ataíde *et al.* **Comunicação Mdiatizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011.

MALLMANN, Camila Luzia; LONDERO, Mário Francis Petry. Nas ondas do rádio: comunicação em saúde na rádio AMORB/FM. Salão de Extensão. Caderno de resumos. Porto Alegre: UFRGS/PROEXT, 2012.

MARTELLI, A. S. **Demarcação de Terras Indígenas no Rio Negro**: Processos e Desafios. Editora Atlas, 2012.

MARTINEZ, Margarita María Bautista. **Uso das TICS nas organizações indígenas do Brasil e da Colômbia**: Estudos de Casos da COIAB e da UNIC. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, PROLAM/Universidade de São Paulo, 2014.

MARTINS, Victória. Ariene Susui: com a caneta na mão e em espaços de poder!. **Instituto Socioambiental**, 2022. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias->

socioambientais/ariene-susui-com-caneta-na-mao-e-em-espacos-de-poder. Acesso em: 15 maio 2024.

MATOS, Maria Helena Ortolan. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MCLUHAN, Marshall. Rádio: o tambor tribal. **Teorias do Rádio: Textos e contextos**, v. 1, p. 155, 2023.

MEDEIROS JUNIOR, Elias Fernandes *et al.* Aspectos econômicos e higiênicos sanitários da comercialização do pescado no município de São Gabriel da Cachoeira–AM. *In: CORDEIRO, Carlos Alberto; SAMPAIO, Dionísio de Souza; HOLANDA, Francisco Carlos Alberto Fonteles. (Orgs.). Engenharia De Pesca: Aspectos Teóricos E Práticos-Volume 2*. Editora Científica Digital, 2021. p. 32-45. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/books/978-65-89826-24-8.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MELO, Paulo; STEINBRENNER, Rosane. Comunicação popular e povos indígenas na amazônia: estudo de caso das estratégias da rede e do podcast boletim wayuri. **Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**, v. 9, n. 1, p. 44-65, 2023. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/puca/article/view/2863>. Acesso em: 11 dez. 2023.

MENEZES, Moreira Cynara. Juruna, o índio deputado. **Socialista Morena**. Abril, 2014. Disponível em: <https://www.socialistamorena.com.br/juruna-o-indio-deputado/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MONLEVAD, Gustavo Requião Correa de. Indianista, Indigenista, Indígena: formação histórica dos projetos de representação indígena no cinema. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MONTEIRO, Gilson; COLFERAI, Sandro. Por uma pesquisa amazônica em comunicação: provocações para novos olhares. *In: MALCHER, M. A.; SEIXA, N. NAISBITT, John. High-tech: a tecnologia e a nossa busca por significado*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

MUNDURUKU, Daniel. As literaturas indígenas e as novas tecnologias da memória. *In: DELGADO, Paulo Sergio; JESUS, Naine Terena de. Povos Indígenas no Brasil: Perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual*. Curitiba: Brazil Publishing, 2018. p. 169. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Y2phs>. Acesso em: jun. 2024.

NASCIMENTO, Letycia Gomes. **Etnocomunicação Indígena como Prática de Liberdade Decolonialista e Ancestral**. Editora Appris, 2021.

NORONHA, Alíria Graciela Bicalho. **Da felicidade ao Bem Viver Baniwa: da teoria à**

prática da sustentabilidade. 2018. 193f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

OLIVEIRA FERREIRA, Natália; TURIN, Mark. Rádios Indígenas: Brazil's Indigenous language broadcasting landscape. **Journal of Radio & Audio Media**, v. 30, n. 1, p. 51-75, 2023. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-03519958/document>. Acesso em: 11 mar. 2024.

OLIVEIRA, Aline Nóbrega de. **Civilização ou barbárie?: a política estatal de extermínio indígena no Relatório Figueiredo (1967-1968)**. 2018.

OLIVEIRA, Almir Almeida de. Observação e entrevista em pesquisa qualitativa. **Revista Facev**, v. 4, n. 4, p. 22-27, 2010.

OLIVEIRA, Wallace Soares de; ALMEIDA, MarcCo Antonio. de. Os Paiter-Suruí e a Apropriação Social da Tecnologia, Informação e Comunicação: Da Memória Oral para a Memória Digital. **Informação & Informação**, v. 24, n. 3, p. 289–310, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n3p289>. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, Pacheco de. **Mídia índio (s) – comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação**. Rio de Janeiro; LACED, 2014.

ONU confirma Belém–PA como sede da COP-30, a conferência para o clima. **Portal Planalto – Governo Federal**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/05/onu-confirma-belem-pa-como-sede-da-cop-30-conferencia-para-o-clima>. Acesso em: 15 mar. 2024.

PAJOLLA, Murilo. Como garimpeiros ilegais usam a internet de Elon Musk para escapar da fiscalização. **Jornal online Brasil de Fato**, maio 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/09/como-garimpeiros-ilegais-usam-a-internet-de-elon-musk-para-escapar-da-fiscalizacao/>. Acesso em: 15 maio 2024.

PAJOLLA, Murilo. Chefe de operações do Ibama defende bloqueio de internet usada por garimpeiros ilegais. **Portal Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/01/chefe-de-operacoes-do-ibama-defende-bloqueio-de-internet-usada-por-garimpeiros-ilegais>. Acesso em: 10 maio 2024.

PANORAMA AMBIENTAL. Oficina Na Escola Pamáali Treina Alunos No Uso Do Computador E Da Internet. **Agência Ambiental Pick-upau**, 2007. Disponível em: [https://www.pick-upau.org.br/panorama/2007/2007.04.30/oficina\\_escola\\_pamaali\\_treina.htm](https://www.pick-upau.org.br/panorama/2007/2007.04.30/oficina_escola_pamaali_treina.htm). Acesso em: 20 ago. 2022.

PAPPIANI, Angela. Programa de Índio: criando uma ponte sonora entre as culturas. **Novos Olhares**, n. 1, v. 1, p. 107-118, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51452>. Acesso em:

PEREIRA, Mirna Feitoza; Ecossistemas Comunicacionais: uma proposição conceitual. In: MALCHER, M. A.; SEIXA, N. S.dos Anjos; LIMA, R. L. Alves de, FILHO, O. Amaral (org.). **Comunicação Mdiatizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011.

PEREIRA, Rosilene. Cerimônia do Dabucuri: uma reflexão sobre o Patrimônio Imaterial do Alto Rio Negro. **Cadernos NAUI**, v. 5, n. 9, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/84616261.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

PERES, Sidnei Clemente. **Cultura, política e identidade na Amazônia**: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

PERES, Sidnei Clemente. Território e Identidade: Reflexões sobre a Demarcação de Terras Indígenas no Rio Negro. **Revista de Estudos Indígenas**, v. 10, n. 2, o. 127-142, 2005.

PINTO, Alejandra Aguilar. **Identidade/diversidade cultural no ciberespaço**: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas, o caso dos Kariri-Xocó e Pankararuno Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Volume I e II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

POSTMAN, Neil. **Tecnopólio**: a rendição da cultura à tecnologia. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Nobel, 1994.

PREVEDELLO, Carine *et al.* Ativismo indígena: mapeamento e atuação dos comunicadores populares na Amazônia Legal: mapping and action of popular communicators in the Legal Amazon. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, v. 26, n. 1, p. 109-122, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/20304/15785>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RADLER, Juliana. **Baixo Rio Negro enfrenta Covid-19 com remédios tradicionais e ampliação da radiofonia**. ISA, 2020.

RADLER, Juliana. Comunicação-escudo. Como a Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas ajudou a salvar vidas no noroeste amazônico durante a pandemia da covid-19. Coletivo recebeu o título de Herói Global da Informação, concedido pela Repórteres Sem Fronteira. **Aru – Revista de pesquisa intercultural da bacia do rio Negro**, ed. 5, 2023.

RAMOS, Rayzimara Lima *et al.* **História indígena e os conflitos na Amazônia Colonial.(Séc. XVIII)**. 2021.

RESENSE, N. **Perspectivas indígenas sobre e na internet**: ensaio regressivo sobre o uso da comunicação em grupos ameríndios no Brasil, 2011.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. **Direitos e Autonomia indígena no Brasil (1960–2010)**: uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

RESENDE, Mariana Junqueira Bezerra. Cidadania na sociedade da informação: a internet como instrumento para a efetivação de direitos fundamentais. Dissertação (mestrado) - Universidade de Ribeirão Preto, UNAERP, Direitos Coletivos e Cidadania. Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unaerp.br/handle/12345/245>. Acesso em: 28 maio

2023.

REUTERS. Temer extingue reserva e libera mineração próxima a tribos e área ecológica. **UOL**, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2017/08/23/governo-extingue-reserva-de-cobre-para-atrair-investimentos-em-mineracao.htm?>. Acesso em: 15 maio 2024.

REZENDE, Justino Sarmiento. Homens e mulheres indígenas contemporâneos da região do Rio Negro, Amazonas. **Tellus**, p. 153-161, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i31.411>. Acesso em: jun. 2024.

REZENDE, Justino Sarmiento. Legado do Poani – Higino Pimentel Tenório aos irmãos maiores, menores Tuyuka. **Blog da Foirn**. 22 jun. 2020. Disponível em: <https://foirn.wordpress.com/2020/06/22/educacao-escolar-tuyuka-legado-do-poani-higino-pimentel-tenorio/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

RIBEIRO, Maria Fernanda. **Unindo tradição e tecnologia, mulheres indígenas lideram enfrentamento à pandemia**. 2020.

RICARDO, Beto; ARNT, Ricardo. **Uma enciclopédia nos trópicos – memórias de um socioambientalista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

RIOS, Layana do Amaral; SILVA, Cláudia. Influenciadores Digitais Indígenas: O Instagram como Mídia para Manifestação Identitária e Ativista de Indígenas da Amazônia Brasileira. **Brazilian Creative Industries Journal**, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/bcij.v3i1.3206>. Acesso em: 11 jan. 2024.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação Questão Comunicacional e Sociabilidade**. Lisboa: Editora Presença, 1990.

SANTI, Vilso Junior; ARAÚJO, Bryan Chrystian. A EtnoMídia Indígena na Construção dos Territórios EtnoMidiáticos. **Revista Comunicação, Cultura E Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 122-142, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/rccs.v7i2.5182>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SANTOS, Cirlene Batista dos. **A (re)organização do território e bem viver para os povos indígenas do Alto Rio Negro**: da maloca à cidade. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

SANTOS, Maria Santana Ferreira dos. **Da aldeia à universidade**: os estudantes indígenas no diálogo de saberes tradicional e científico na UFT. 2019.

SARMENTO, Francisco. O Alto Rio Negro indígena em mais de dois mil anos de história. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 11, n. 02, p. 32-32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/26900>. Acesso em: 29 maio 2024.

SARTORI, Ademilde Silveira. Ecosistema educacional: comunicação e aprendizagem em rede. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 62-79, jan./abr, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1984723822482021062>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA, Marilda Samico da. **A web rádio Yandê e a difusão das culturas dos povos**

indígenas. 2023.

SOARES, Leandro Queiroz; FERREIRA, Mário César. Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 85-109, dez. 2006. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572006000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572006000200005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 24 maio 2024.

SOARES, Renato Martelli. **Das Comunidades à Federação: Associações Indígenas do Alto Rio Negro**. Dissertação (Mestrado) – PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOLLITTO, André. Txai Suruí: “Lutamos para não perder os direitos que já temos”. **Revista Veja**, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ideias/txai-suru-i-lutamos-para-nao-perder-os-direitos-que-ja-temos/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e de pesquisa da comunicação e da mídia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUSA, Maria Veirislene Lavor. A cibercultura e o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) por lideranças indígenas como ferramentas de reconhecimento da identidade cultural: outros territórios e espaços de resistência. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade–RIET**, v. 1, n. 1, p. 189-205, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/riet.v1i1.12958>. Acesso em: 12 maio 2023.

SOUZA, Gilson Cleberson de Souza; MERCÊS, Paula Valena Santos das. **Análise do letramento digital dos alunos indígenas da Escola Félix Tembê**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Computação) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Capitão Poço, 2019. Disponível em: <https://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/1293>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente de. Línguas indígenas: memória, arquivo e oralidade. **Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.61358/policromias.v1i2.7710>. Acesso em: 15 nov. 2023.

STF derruba tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. **Portal STF**, 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552#>. Acesso em: 20 maio 2024.

SZTUTMAN, Renato. **Caxiri, a celebração da alteridade: ritual e comunicação na Amazônia indígena**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

TONELLO, Saulo. **Os desdobramentos da radiocomunicação no CBMMA: um estudo sobre a viabilidade da utilização do sistema ponto-a-ponto durante as grandes ocorrências atendidas na região metropolitana de São Luís**. Monografia (Curso de Formação de Oficiais) – Bombeiro Militar da Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUKANO, Álvaro. Álvaro Tukano conta a luta dos povos indígenas no Brasil. **Acervo Pernambuco**, 6 de setembro de 2018. Disponível em <https://www.suplementopernambuco.com.br/acervo/in%C3%A9ditos/2156-%C3%A1lvaro-tukano-conta-a-luta-dos-povos-ind%C3%ADgenas-no-brasil.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

TÚLIO, Marco Câmara; BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Humberto (orgs.). **Interfaces do Mediativismo**: do conceito à prática. CEFET-MG, 2018.

TUPINAMBÁ, Renata. Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários. **Brasil de Fato**, 11 ago. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios>. Acesso em: 20 ago. 2022.

TURNER, Terence. Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), v. 1, n. 1, p. 68-85, 2014.

VIEIRA, Alva Rosa Lana *et al.* **Política dos territórios etnoeducacionais no Amazonas**: perspectiva para efetivação da Educação Escolar Indígena. 2023.

VIVAN, Danilo. Ailton Krenak: os frutos do discurso que comoveu o país - Líder que influenciou a inclusão de um capítulo na Constituição sobre a proteção dos direitos dos indígenas, segue lutando pela questão ambiental. **Believe Earth**, 2018. Disponível em <https://believe.earth/pt-br/ailton-krenak-os-frutos-do-discurso-que-comoveu-o-pais/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

VIVAN, Danilo. Ailton Krenak: os frutos do discurso que comoveu o país. **Believe Earth**, 2018. Disponível em: <https://believe.earth/pt-br/ailton-krenak-os-frutos-do-discurso-que-comoveu-o-pais/>. Acesso em: 10 maio 2024.

WANANO, Claudia Ferraz; RADLER, Juliana. **Wayuri**: Comunicação Indígena Inovadora Reconhecida Internacionalmente. Povos Indígenas no Brasil: 2017/2020. 1. ed. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2023.

WEIGEL, Valéria. Os Baniwa e a escola: sentidos e repercussões. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, 2003.

WHITAKER, J. S. The Emergence of Indigenous Communication Networks in Brazil: A Case Study. **Journal of Communication**, v. 48, n. 4, p. 34-52, 1998.

WILL, Karhen Lola Porfirio. **Genocídio indígena no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2014.

ZANATTO, Keila. **Conexões ecossistêmicas-amazônicas**: as tecnologias da comunicação na vida dos povos indígenas do Alto Rio Negro–AM. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

ZENHA, Leonardo; GRANDO, Beleni Saléte; SILVA, Cristiane Ribeiro Barbosa da. Pesquisa-formação em etnocomunicação no contexto contemporâneo: saberes e fazeres indígenas na relação comunicação/educação. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 31, n. 67, p. 37-54, 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2022.v31.n67.p37-54>. Acesso em: 14 ago. 2023.

## ANEXO A - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA FOIRN



FOIRN:

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO

NAÇÕES

TUCANO • YANOMANI • ARAPASSO •  
 MAKÚ • PIRA - TAPUYA • DESSANO •  
 TUYUCA • MIRITI - TAPUYA • TARIANO •  
 WANANO • KURIPACO • BARÉ •  
 BARASSANO • KARAPANÁ • KUBEWA • CAMA •

CEDI - P.I.B.  
 DATA 27/10/87  
 COD. 02044

★ FILIADA A UNI-UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS

Manaus - Am, 19 de Maio de 1987

Prezados Irmãos:

Temos a honra e alegria de iniciarmos os nossos primeiros contatos com vocês e, esperamos que este encontro fortaleça a nossa união juntamente com todos os índios da América Latina e do mundo.

Para tanto, queremos informar aos irmãos que foi fundada na bacia do Rio Negro no estado de Amazonas, a primeira Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e do Brasil; cuja liderança está formada pelas personalidades indígenas de nossa região, e todos estão empenhados na luta da causa indígena, assim como, na urgente demarcação de nossas terras e que tenha igualmente a nossa participação que é o desejo de todos os povos indígenas do Brasil.

Durante a realização do II Congresso dos Povos Indígenas do Rio Negro, no período de 28 à 30 de abril de 1987, com a participação de mais de 300 líderes, tivemos a oportunidade de discutirmos em conjunto o futuro de nossas organizações, hoje ameaçada pelo Projeto Galha Norte do governo Federal e pela política de mineração. Pois as nossas terras encontra-se obediência pelo poderio bélico-militar e pelas multinacionais; e este constitui uma grave VIOLAÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS. E tendo em vista a esta angustiosa realidade, solicitamos a todos os irmãos índios que nos conceda todo apoio, pois acreditamos que constituímos uma grande família unida; porém, temos a grande esperança de conquistarmos em conjunto os nossos verdadeiros ideais dentro da justiça e da fraternidade. É mais do que nunca, possuímos o compromisso de apoiar as nossas forças e assim registrar em nossas línguas todos os acontecimentos e atividades de nossos povos, como também, para a sociedade envolvente para que esta saiba valorizar a nossa cultura. O que queremos é a auto-determinação de nossos povos.

Logo, aproveitamos a oportunidade para encorajar na luta em defesa das minorias brasileiras e enviamos a nossa gratidão de mais profunda apreço e consideração a todos os índios da América e do mundo

Atenciosamente,

*Orlando Belgaciro da Silva*  
 Orlando Belgaciro da Silva - Baré  
 1º Secretário

*Ranocel Fernandes Moura*  
 Ranocel Fernandes Moura - Tucano  
 Assessor

EM DEFESA DOS DIREITOS DO INDÍGENA

CAIXA POSTAL: 3758

CEP 69.000

Manaus - Amazonas

Brasil

## ANEXO B - REGIMENTO DA RADIFONIA DO RIO NEGRO.



Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN  
 Reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei nº 1831-1987  
 CNPJ: 05.543.350/0001-18  
 Inscrição Estadual nº 04.213.831-0

### FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO – FOIRN REDE DE RADIOFONIA INDÍGENA DO RIO NEGRO

#### REGIMENTO DE USO DAS RADIOFONIAS NO RIO NEGRO

Este regimento assegura os compromissos a serem assumidos pelos usuários das radiofonias na Região do Rio Negro, com o objetivo de melhorar a utilização desse veículo de comunicação nas comunidades indígenas do Rio Negro. Verificou-se, no entanto, que seria necessário criar regras para o uso das radiofonias, sendo assim, nós Conselheiros do Conselho Diretor da FOIRN, reunidos na XXX Reunião do Conselho decidimos elaborar as seguintes regras que entrarão em vigor a partir da data de sua aprovação e publicação.

**Parágrafo Único:** Só poderão funcionar nas comunidades indígenas, as radiofonias que forem instaladas e cadastradas na Rede de Radiofonia Indígena do Rio Negro sob a responsabilidade do Setor de Comunicação da FOIRN e com base nas regras da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

#### **Sobre a Rede de Radiofonia Indígena do Rio Negro e seu funcionamento.**

Art. 1 – Denomina-se Rede de Radiofonia Indígena o nome dado ao sistema de comunicação indígena do Rio Negro que compreende as estações de radiofonia instaladas pela FOIRN na região do Rio Negro.

Art. 2 – A FOIRN é responsável em acompanhar a gestão de todas as estações de radiofonias no Rio Negro, bem como para o pagamento da frequência (canal) e atualização dos dados junto a ANATEL.

Art. 3 – 790 é o número da central da Rede de Radiofonia Indígena do Rio Negro que fica na sede da FOIRN em São Gabriel da Cachoeira, e terá os seguintes horários de funcionamento de segunda a sexta feira: das 8:00h às 9:00h pela manhã e das 14:00 às 15h pela parte da tarde. **As instituições que também usam a Frequência, incluindo as coordenadorias regionais segue em anexo a este Regimento.**

Art. 4 – A estação central (790) será responsável em realizar as chamadas de todas as estações de radiofonia que fazem parte da Rede de Radiofonia Indígena do Rio Negro, bem como receber e transmitir mensagens.

Art. 5 – Todos os operadores das estações de radiofonia terão que respeitar os horários estabelecidos, não interferindo no horário da estação central 790 de acordo com o Art. 3 deste regimento.

#### **Dos operadores de radiofonia nas comunidades, indicação e responsabilidades.**

Art. 6 – A comunidade indígena que receber o aparelho de radiofonia e instalada pela FOIRN, deverá se reunir e indicar democraticamente: dois operadores, um titular e um suplente.



**Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN**  
**Reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei nº 1831-1987**  
**CNPJ: 05.543.350/0001-18**  
**Inscrição Estadual nº 04.213.831-0**

Art. 7 – Os operadores indicados pela comunidade indígena, deverão ter conhecimento básico de uso e manuseio desse equipamento, caso contrário, deverão passar pelas oficinas de capacitação para este fim para poderem assumir a tarefa.

Art.8 - Os operadores indicados pelas comunidades indígenas: titular e suplente, serão responsáveis em ligar e desligar o equipamento nos horários estabelecidos pela 790 estação matriz da FOIRN.

Art. 9 – No caso da ausência dos dois operadores, deverão informar e entregar a chave para o líder da comunidade que deverá também seguir e cumprir as regras estabelecidas neste regimento.

Art. 10 – Os operadores não poderão ligar a radiofonia após as 18:30h durante os dias da semana (segunda-feira a sábado). Exceto quando tiver necessidade, como, emergências nos casos de saúde.

Art.11 – É proibido tocar música na radiofonia, interferir nos horários estabelecidos, repassar mensagens indevidas, ou deixar pessoa alcoolizada utilizar a radiofonia nas comunidades por questões de segurança e cuidados com o equipamento.

Art. 12 – São consideradas mensagens indevidas, àquelas que não têm nada a ver com o trabalho do movimento indígena (FOIRN, Coordenadorias Regionais e associações de base) e assuntos relevantes, como a educação e saúde.

Art. 13 – As comunidades indígenas onde se encontram instaladas radiofonias são responsáveis pelo uso, gestão do equipamento bem como pela manutenção do mesmo em caso de danos.

Art. 14 – A FOIRN não irá se responsabilizar pela manutenção das radiofonias quando danificadas, pois, já faz a aquisição do equipamento e paga a frequência anualmente junto a ANATEL.

#### **Das penalizações**

Art. 15 – As comunidades indígenas aonde se encontram instaladas as radiofonias que não cumprirem as regras estabelecidas neste regimento, serão penalizadas.

Art. 16 – Se a comunidade indígena que foi notificada formalmente pela segunda vez por motivo do descumprimento das regras de uso da radiofonia e continuar praticando esse ato, terá sua radiofonia remanejada para outra comunidade.

Este regimento entra em vigor a partir de aprovação e publicação.

São Gabriel da Cachoeira, 21 de janeiro de 2016.



Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN  
Reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei nº 1831-1987  
CNPJ: 05.543.350/0001-18  
Inscrição Estadual nº 04.213.831-0

### REORGANIZAÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA RADIOFONIA

Com a inclusão da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) na grade de horário de funcionamento das radiofonias da Rede de Radiofonia Indígena do Rio Negro da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), passa-se a ter os seguintes horários, a partir de 15 de março de 2020.

**- Central 790/FOIRN**

Manhã: 8h a 9h

Tarde: 14h a 15h

**- Coordenadoria Nadzoeri (Bacia do Içana)**

Segunda a sexta: 7h a 8h

**- Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro (DSEI-ARN)**

Segunda a sexta\*

Manhã: 10h a 12h

**Obs:** Para casos de urgência e emergência, a equipe de saúde (DSEI) pode usar a frequência em qualquer horário, só comunicar a instituição responsável no horário que entrar.

**- Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (Caimbrn)**

Segunda a sexta: 13h as 14h

**- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)**

- Segunda a sexta: 16h a 17h

**- DIAWIÍ (REGIÃO DO BAIXO UAUPÉS E TIQUIÉ) E COIDI (MÉDIO, ALTO UAUPÉS E PAPURI)**

Segunda a sexta: 16h a 17h

## ANEXO C - QUESTIONARIOS ELABORADO PARA GUIAR AS ENTREVISTAS

Te ma	Pergunta s
Informações gerais	1. Nome completo
	2. Povo
	3. Comunidade
	4. Idade
	5. Função Exercida atualmente
Uso da Radiofonia na Comunidade	6. Tem radiofonia na sua comunidade? Se tiver, qual sua experiência de uso.
Utilização da Tecnologia na Comunidade	7. Como a tecnologia (de comunicação) tem sido utilizada na sua comunidade?
Desafios da Apropriação Tecnológica	8. Quais são os principais desafios que sua comunidade enfrenta ao usar tecnologias modernas?
Opinião sobre a Apropriação Tecnológica	9. Qual é a sua opinião sobre a apropriação tecnológica pelas comunidades indígenas? Como isso pode ser benéfico ou prejudicial?
Preservação Cultural e Saberes Tradicionais	10. De que forma a tecnologia pode ajudar na preservação da cultura e dos saberes tradicionais da sua comunidade?
Protagonismo Indígena e Lutas pelos Direitos	11. Como a tecnologia pode ser usada para promover o protagonismo indígena e fortalecer as lutas pelos direitos dos povos indígenas?
Papel das Organizações Indígenas na Apropriação Tecnológica	12. Como você vê o papel das organizações indígenas na promoção da apropriação tecnológica nas comunidades?
Uso da Tecnologia pelos Jovens	13. Como os jovens da sua comunidade estão lidando com a tecnologia e a apropriação tecnológica?
Perspectivas Futuras da Apropriação Tecnológica	14. Quais são as suas perspectivas sobre o futuro da apropriação tecnológica nas comunidades indígenas?

### ANEXO D - ENTREVISTAS REALIZADAS

Nome do entrevistado	Data da entrevista	Local da entrevista
Domingos Borges Barreto – Povo Tukano. Liderança indígena, vice-presidente da FOIRN (2001/2004) e Presidente da FOIRN (2005/2008). Atualmente é funcionário da FOIRN na secretaria das Associações de base da FOIRN.	14 de setembro de 2023	Sala de trabalho na sede da FOIRN (Secretaria das Associações filiadas a FOIRN).
Albino Fontes – Povo Baniwa, foi um dos operadores da radiofonia nos meados da década de 1990. Atuou como professor por vários anos na sua comunidade de origem, Uzuki Cachoeira e em outras comunidades. Atualmente mora em São Gabriel da Cachoeira.	9 de novembro de 2023	Na maloca da FOIRN em São Gabriel da Cachoeira,
Gicely Caxias Ambrósio do Povo Baré – Coordenadora do Departamento de Comunicação da FOIRN (2021-). Antes de assumir a coordenação do Departamento de Comunicação (DECOM/FOIRN), ela passou por outros setores da instituição como Departamento Financeiro.	13 de Novembro de 2023	Sala de trabalho na sede da FOIRN (Sala do Departamento de Comunicação da FOIRN).
Gilson Pascoal – Funcionário da FOIRN, integrante do Departamento de Comunicação da FOIRN, responsável pelo setor de Radiofonia da Central 790.	13 de Novembro de 2023	Sala de trabalho na sede da FOIRN (Sala do Departamento de Comunicação da FOIRN).
Ednéia Teles – Liderança do Povo Arapasso, ex-operadora de Radiofonia da FOIRN, uma das destaques no período da pandemia. Atualmente, trabalha na Secretaria Municipal de Juventude e Lazer da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.	6 de fevereiro de 2024	Sala de Trabalho na SEMJEL.
Maximiliano Corrêa Menezes do Povo Tukano ou Max Tukano como é mais conhecido no Rio Negro. Uma das lideranças históricas do Movimento Indígena do Rio Negro. Atualmente é mestrando em Geografia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).	12 de setembro de 2023	Via aplicativo de reunião Meet, Max estava em Manaus fazendo curso de mestrado em geografia pela UFAM.

Juliana Albuquerque do Povo Baré – Uma das Coordenadoras da Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro (Rede Wayuri). Produtora e Locutora da os programas da Radio Wayuri Online – Kakuri Online	10 de junho de 2024	Via aplicativo de mensagens Whatsapp.
---	---------------------	---------------------------------------